



Universidade Federal de Ouro Preto
Instituto de Ciências Humanas e Sociais
Programa de Pós-Graduação em História



Dissertação de Mestrado

**"A OBRA DELE É A MINHA PRÓPRIA": LÊDA BOECHAT RODRIGUES E
O LUGAR DO FEMININO NA HISTÓRIA DA HISTORIOGRAFIA BRASILEIRA**

Ilda Renata Andreatta Sesquim

MARIANA, MG
2023

Ilda Renata Andreatta Sesquim

**"A OBRA DELE É A MINHA PRÓPRIA": LÊDA BOECHAT RODRIGUES E
O LUGAR DO FEMININO NA HISTÓRIA DA HISTORIOGRAFIA BRASILEIRA**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal de Ouro Preto, como requisito para obtenção do título de Mestra em História.

Área de concentração: Poder e Linguagens.
Linha de Pesquisa: Ideias, Linguagens e Historiografia.

Orientador: Professor Dr. Andre de Lemos Freixo

SISBIN - SISTEMA DE BIBLIOTECAS E INFORMAÇÃO

S493o Sesquim, Ilda Renata Andreato.
"A obra dele é a minha própria" [manuscrito]: Lêda Boechat
Rodrigues e o lugar do feminino na história da historiografia brasileira. /
Ilda Renata Andreato Sesquim. - 2023.
148 f.

Orientador: Prof. Dr. Andre de Lemos Freixo.
Dissertação (Mestrado Acadêmico). Universidade Federal de Ouro
Preto. Departamento de História. Programa de Pós-Graduação em
História.

Área de Concentração: História.

1. Rodrigues, Leda Boechat, 1917-. 2. Historiadoras. 3. Historiografia -
Brasil. I. Freixo, Andre de Lemos. II. Universidade Federal de Ouro Preto.
III. Título.

CDU 930(81)

Bibliotecário(a) Responsável: Iury de Souza Batista - CRB6/3841



FOLHA DE APROVAÇÃO

Ilda Renata Andreatta Sesquim

**"A obra dele é a minha própria": Lêda Boechat Rodrigues e o
Lugar do Feminino na História da Historiografia Brasileira**

Dissertação apresentada ao Programa de História da Universidade Federal
de Ouro Preto como requisito parcial para obtenção do título de Mestre

Aprovada em 27 de janeiro de 2023

Membros da banca

Doutor - Andre de Lemos Freixo - Orientador (Universidade Federal de Ouro Preto)
Doutora - Mariana de Moraes Silveira - (Universidade Federal de Minas Gerais)
Doutora - Thamara de Oliveira Rodrigues - (Universidade do Estado de Minas Gerais)

Andre de Lemos Freixo, orientador do trabalho, aprovou a versão final e autorizou seu depósito no Repositório Institucional da UFOP em 01/03/2023.



Documento assinado eletronicamente por **Andre de Lemos Freixo, PROFESSOR DE MAGISTERIO SUPERIOR**, em 01/03/2023, às 10:05, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site http://sei.ufop.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador **0481768** e o código CRC **29473D54**.

AGRADECIMENTOS

Iniciei minha formação como historiadora no ano de 2017 na Universidade Federal de Ouro Preto. Seis anos depois, vejo que a finalização desta pesquisa envolveu um processo de muita aprendizagem, desafios e satisfação. Com estas páginas, encerro um ciclo, ainda incipiente, mas muito almejado, que não teria sido possível sem a participação de muitos que me apoiaram e contribuíram ao longo de minha de formação.

Começo agradecendo à Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES), pelo financiamento da pesquisa e por tornar materialmente possível a escrita desta dissertação. Agradeço à Universidade Federal de Ouro Preto (UFOP), em particular, ao Instituto de Ciências Humanas e Sociais, pela calorosa acolhida durante esses anos. Sou eternamente grata aos professores e funcionários pelas inúmeras trocas e ensinamentos vivenciados nesse espaço.

Ao meu orientador, Andre de Lemos Freixo, que tem me acompanhado, com deveras paciência e entusiasmo, desde os esboços iniciais desta pesquisa, ainda na graduação. Agradeço especialmente por ter sido a pessoa que me apresentou este objeto de estudo, fruto de incansáveis conversas e reflexões. Aos meus colegas do Núcleo de Estudo em História da Historiografia e Modernidade (NEHM), em particular ao professor Marcelo Abreu, pela confiança e encorajamento, e à Vitória, pela companhia empenhada nessa missão.

Às queridas professoras e fontes de inspiração Géssica Guimarães, Giulle Vieira da Mata, Mariana de Moraes Silveira e Thamara de Oliveira Rodrigues. Agradeço não só pelas leituras gentis e pelas preciosas sugestões apresentadas no exame de qualificação e na defesa, mas pelo estímulo depositado em mim e em minha pesquisa, essenciais para o processo de escrita e autoafirmação.

Aos amigos e pessoas maravilhosas que encontrei durante essa jornada nas Minas Gerais e foram um verdadeiro lar fora de casa: Andressa, Lerrânnya, Ivana, Larissa, Marina, Yan, Guilherme, Patrick, Rafael e Eri. Com eles pude vivenciar momentos de trocas intelectuais e afetivas em um laço de acolhimento, amizade e descontração. Sou grata também à Mileyde, pela parceria de longa data, sem a qual não teria sido possível encontrar parte das fontes utilizadas nessa pesquisa.

Agradeço a Aguinaldo, companheiro e amigo que esteve comigo em cada momento dessa dissertação. Sou grata pela confiança em minha capacidade, pelos conselhos e por

encantar-me com momentos de leveza e alegria quando os caminhos pareciam turvos e intempestivos.

Por fim, agradeço à minha mãe, Maria Aparecida, ao meu pai, Amarildo, e à minha irmã, Larissa, que acreditaram em minhas escolhas e acompanharam, de perto ou por ligação, cada uma das alegrias, tristezas, conquistas e incertezas vivenciadas durante essa trajetória. A eles meu profundo respeito e admiração.

A todas e todos, meus mais sinceros agradecimentos.

“A literatura está aberta a todos. Recuso-me a permitir que você, mesmo que seja um bedel, me negue acesso ao gramado. Tranque as bibliotecas, se quiser; mas não há portões, nem fechaduras, nem cadeados com os quais você conseguirá trancar a liberdade do meu pensamento”.

(Virginia Woolf – *Um teto todo seu*, 1929)

RESUMO

A presente dissertação tem como objeto a trajetória de Lêda Boechat Rodrigues (1917-2014) e se propõe a investigar, através de sua experiência pessoal, como as articulações entre gênero e academia depositaram tensões estruturais que acompanharam sua carreira e delimitaram as formas que Boechat teria encontrado para fazer-se historiadora. Em toda sua trajetória enquanto jurista e historiadora, Lêda Boechat Rodrigues recebeu um relativo reconhecimento, exceto na história da historiografia. Para o campo, o caminho encarado pela intelectual seria acompanhado pela “sombra” do homem com quem escolheu se casar: José Honório Rodrigues (1913-1987). Essa sombra se projetaria sobre a sua experiência como intelectual, deixando uma lacuna em sua trajetória, na qual o seu lugar seria apenas o de “esposa” e não o de historiadora. A partir desse estudo de caso, o objetivo desta dissertação é questionar, portanto, essa dualidade que se estabeleceu entre o seu reconhecimento e a dimensão efetiva de seu trabalho. Acreditamos que a análise da trajetória de Lêda permite, assim, questionar esse (não)lugar reservado a ela no imaginário histórico e historiográfico. À luz da dimensão política de gênero que freou o reconhecimento e direcionou o que era importante ou merecia ser lembrado, nossa hipótese central é que Lêda encontrou uma forma peculiar para fazer-se historiadora (e uma historiadora da historiografia). Além da vasta produção historiográfica dedicada à história do direito brasileiro e norte-americano, a intelectual atuou de forma efetiva na organização dos textos de José Honório como historiador, um autor central para a história da historiografia brasileira. Seja na condição de colaboradora ou como organizadora de seu espólio literário, produzindo um extenso acervo historiográfico sobre Rodrigues, Lêda fez deste autor e obra uma referência não apenas para aqueles que o conheceram em vida, mas um monumento historiográfico para ser lido e (re)conhecido por outras gerações.

Palavras-chave: Lêda Boechat Rodrigues, Gênero, Historiadora, Historiografia Brasileira.

ABSTRACT

The present thesis studies the path of Lêda Boechat Rodrigues (1917-2014), and aims to investigate, through her personal experience, how the intersections between gender and academia have set structural tensions that accompanied her career and delimited the ways which Boechat found to become a historian. In the course of her path as a jurist and historian, Lêda Boechat Rodrigues received a considerable recognition, except within the History of Historiography. For this field of knowledge, the path walked by the scholar was followed by the *shadow* of the man chosen to be her husband: José Honório Rodrigues (1913-1987). This *shadow* would project itself over her experience as an intellectual, causing a void in her career, in which her place would be only of a *wife*, and not that of a historian. Based on this study case, the objective of this thesis is, therefore, to question the duality that was established between her recognition and the effective dimension of her work. We believe that the analysis of Lêda's path allows us to question this (non)place held for her in the historical and historiographic imaginary. In the light of the political dimension of gender that hindered her recognition and set what was important or deserved to be remembered, our core hypothesis is that Lêda found a peculiar way to establish herself as a historian (and a historian of Historiography). Besides the wide historiographic production dedicated to Brazilian and North-American Law History, the intellectual acted effectively in the organization of José Honório's texts as a historian, a pivotal author to the History of Brazilian Historiography. Either in the condition of collaborator, or as an organizer of his literary estate, producing a wide historiographic heritage about Rodrigues, Lêda made this author and his work a reference not only for those who knew him in life, but a historiographic monument to be read and recognized by other generations.

Keywords: Lêda Boechat Rodrigues; gender; historian; Brazilian Historiography.

LISTA DE ABREVIACÕES

ABL – Academia Brasileira de Letras

CEB - Casa do Estudante do Brasil

EUA – Estados Unidos da América

FNFi - Faculdade Nacional de Filosofia

IEA - Instituto de Estudos Avanços

IHGB - Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro

ISEB - Instituto Superior de Estudos Brasileiros

STF – Supremo Tribunal Federal

UNE - União Nacional dos Estudantes

USP – Universidade de São Paulo

UUF - União Universitária Feminina

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	13
CAPÍTULO 1 - CONTRAPONTO À ESCRITA DA HISTÓRIA: A TRAJETÓRIA DE LÊDA BOECHAT RODRIGUES	21
1.1 MULHERES HISTORIADORAS.....	24
1.1.1 A invisibilidade na história da historiografia	24
1.1.2 A história como disciplina científica.....	26
1.1.3 A profissionalização feminina no Brasil	31
1.1.4 Historiadoras e o campo historiográfico brasileiro	32
1.2 UM OLHAR SOBRE O FEMININO: UUF	38
1.2.1 A União Universitária Feminina (UUF).....	39
1.2.2 O feminino em atuação	41
1.3 QUEM FOI LÊDA BOECHAT RODRIGUES?	45
1.3.1 Elementos biográficos de Lêda	46
1.3.2 Acadêmica do Direito.....	47
1.3.3. Lêda, historiadora do Direito	51
1.3.4. Historiadora ou colaboradora?	53
1.4 COMPANHEIRISMO INTELLECTUAL E CONJUGALIDADE: PONTOS DE TENSIONAMENTO	56
1.4.1 O estereótipo da “esposa assistente”	58
1.4.2 “A obra dele é a minha própria”.....	61
CAPÍTULO 2 - O QUE FAZ DE ALGUÉM HISTORIADORA?	71
2.1 UMA HISTORIOGRAFIA EM ABERTO.....	73
2.2 A AUTORIA, A OBRA E O RECONHECIMENTO	80
2.2.1 Por que não “historiadora”?	82
2.3 CONHECER E APRENDER COM OS “GRANDES” HISTORIADORES	88
2.3.1 Manter a mesma forma?	93

CAPÍTULO 3 - ANTES DE ERIGIR UM MONUMENTO: AS FUNDAÇÕES	100
3.1 LÊDA E A CORRESPONDÊNCIA DE JOSÉ HONÓRIO RODRIGUES	102
3.2 OS CÍRCULOS INTELECTUAIS E AS BASES PARA UMA MONUMENTALIZAÇÃO	112
3.3 AS LACUNAS, OS CONFLITOS E AS FORMAS POSSÍVEIS DE FAZER-SE HISTORIADORA	122
CONCLUSÕES	134
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	139

INTRODUÇÃO

Gostaria de começar a primeira impressão desta dissertação trazendo uma espécie de testemunho-depoimento que atravessa a pesquisa de modo singular. Certa tarde, cumprindo as demandas da rotina da pós-graduação, sentei-me em frente à escrivaninha para elaborar um texto qualquer. Como uma típica contemporânea do século XXI, abri o *Google Docs* para dar início à redação. Dentre as frases que se materializavam naquela tela, o comportamento do algoritmo em relação a uma delas me chamou sobremaneira a atenção. A título de síntese, a frase expressava algo como: “[...] de historiadoras da historiografia brasileira”. Sugerindo que algo pudesse estar incorreto, o algoritmo sublinhou em azul a palavra “historiadoras”. Ao clicar sobre o sublinhado, me surpreendi estranhamente com a seguinte sugestão: “*Considere alterar para: historiadores*”. De certo que essa ocorrência pode, ou poderia, ser facilmente revertida com um *feedback* negativo sobre a sugestão. Todavia, para o problema que apresentarei a seguir, esse sutil silenciamento parece, sintomaticamente, escancarar ao campo uma latente questão: qual seria o lugar permitido ao feminino na história da historiografia no Brasil?

Questionar esse cenário abre um caminho tortuoso que nos direciona a pensar como as definições de masculinidade e feminilidade estiveram relacionadas ao desenvolvimento da prática e do reconhecimento historiográfico. Durante muito tempo, a subjetividade dos historiadores foi marcada por um suposto afastamento dos interesses e manifestações pessoais que levou a crer que o conhecimento histórico, neutro e verdadeiro, estaria acima de quaisquer uma dessas definições. No entanto, embora essas questões pareçam estranhas para alguns, os ideais de isenção e impessoalidade exigidos pela profissão historiadora foram construídos sobre muitos silenciamentos e repressões. No que se refere às condições de gênero, particularmente, essas marcas distintivas mostram como a orientação epistemológica da historiografia provocou uma exclusão do elemento feminino e fomentou a construção de um conjunto de referências majoritariamente formado por autores homens.

São diversas e crescentes as pesquisas que têm buscado ampliar o nosso entendimento sobre essa exclusão das mulheres da atividade historiográfica. Para o caso da história da historiografia brasileira, recentes trabalhos que se debruçam sobre a trajetória de historiadoras mostram, de modo preciso, como a identidade do “historiador” implicou na recepção e na forma encontrada pelas mulheres para escreverem história e se afirmarem profissionalmente.

Dentre essas historiadoras, podemos encontrar nomes como Alice Canabrava, Cecília Westphalen, Eulália Maria Lobo, Maria Yedda Linhares, Olga Pantaleão e uma ampla gama de intelectuais que tiveram sua carreira afetada pelo fato de serem mulheres e almejavam ocupar esses espaços profissionais. Por um lado, essas pesquisas lançam os holofotes sobre trajetórias até então pouco conhecidas pelo campo historiográfico, cumprindo com a função de evidenciar o valor teórico e epistemológico de suas contribuições. Por outro, ao identificar as tensões e barreiras que acompanharam essas trajetórias, elas denunciam o profundo processo de generificação¹ presente no campo historiográfico e suas implicações ao historiador e à historiadora.

Esta dissertação parte, portanto, dessas questões substanciais que acompanham a presença (ou a ausência) de mulheres no campo da história da historiografia brasileira. Assim como inúmeras mulheres intelectuais, há na figura de Lêda Boechat Rodrigues uma tensão eminente com a disciplina e suas genealogias. Localizada na tênue linha entre seu anonimato e sua consistente carreira intelectual e profissional, a trajetória de Lêda parecia carregar uma espécie de inquietação que a manteve sempre presente durante os percursos de minha pesquisa. Com algum tempo e certa dose de luta, esses problemas começaram a ser lapidados e seu caso passou paulatinamente a revelar um tipo de dimensão política de gênero presente do campo da história da historiografia.

Desde os primeiros contatos, ainda na graduação, a surpresa com a trajetória de Lêda Boechat Rodrigues foi imediata. Na medida que tinha acesso às suas obras, passava a conhecer uma faceta diferente: uma companheira intelectual, uma jurista, uma militante feminina e, por que não, uma historiadora. Em meio a esses encantos, surgiam, contudo, algumas tensões. De um lado, lidava com uma intelectual adornada pelo reconhecimento de muitas qualidades profissionais e intelectuais. De outro, presenciava o incomodo de uma personagem assombrada por um detalhe de sua trajetória: ter sido casada com José Honório Rodrigues (1913-1987), historiador que se tornou uma referência para o campo da história da historiografia brasileira. Essa sombra projeta-se sobre a sua experiência como historiadora,

¹ O termo “generificado” é mobilizado por Carmem Liblik para explicar de que forma o gênero e outros atributos atravessam as representações do que significa o imaginário de um sujeito considerado “notável historiador”. LIBLIK, Carmem Silvia da Fonseca Kummer. *Uma história toda sua: trajetórias de historiadoras brasileiras*. (1934-1990). Tese (Doutorado em História) – Setor de Ciências Humanas da Universidade Federal do Paraná. Curitiba, 2017.

deixando uma lacuna em sua trajetória, na qual o seu lugar seria apenas o de “esposa” e não o de “historiadora”.

Conforme Lêda emergia em minha frente, esse incomodo se tornava cada vez mais latente. Em meio às incontáveis mudanças e reorganizações que acompanharam esta investigação, enquanto pensava sobre o campo de história da historiografia brasileira, José Honório Rodrigues passava pela minha cabeça repetidas vezes. Era estranho o modo como a sua figura parecia oferecer uma certa legitimidade de pesquisa que não podia ser encontrada em Lêda. Ao voltar-me para o campo, os atributos que atravessam as representações do “historiador notável” davam certos indícios do que viria a diferenciar, respectivamente, a constituição do ofício do historiador e da historiadora. As tensões que se colocavam entre o anonimato de Lêda Boechat Rodrigues e o protagonismo de José Honório Rodrigues, evidenciavam uma essa espécie de dualidade que orientava o imaginário histórico do historiador e seu trabalho. Considerando a dimensão efetiva e quantitativa do trabalho produzido por Lêda, uma pergunta, portanto, inevitavelmente se colocava: por que não a Lêda? Por que ela não pode ser pensada como uma historiadora?

Esta é a interrogação que guia essa pesquisa. O objetivo que busco é investigar os motivos pelos quais Lêda Boechat Rodrigues não foi identificada como uma historiadora brasileira, ou como um “objeto” privilegiado para análise historiográfica. Para além dos atributos e do conjunto de práticas que fazem de alguém um(a) “autor(a)” de textos de história, proponho-me a analisar a ideia de uma história da historiografia orientada majoritariamente pelo fator aparentemente determinante do gênero. Isso implicar em observar que, ainda hoje, um sentido da história da historiografia brasileira continua a perpassar por nossas formações: os marcos e “grandes nomes” que compõe os conjuntos de referências historiográficas são, quase todos, homens, brancos, pertencentes a uma família tradicional e privilegiados. A partir disso, eu estou construindo um estudo de caso para pensar o que há para além dessas virtudes, evidenciando a dimensão política de gênero que freia esse reconhecimento intelectual e direciona o que é importante ou merece ser lembrado. Nesse sentido, me debruço sobre a trajetória de Lêda Boechat Rodrigues como objetivo de identificar porque sua produção e protagonismo acadêmico e intelectual ainda não foram mensurados, figurando largamente desconhecidos e ignorados, quando não, completamente assombrados pelo monumento ao marido. Monumento esse do qual ela mesma foi, em grande parte, responsável por erigir. O foco da análise privilegiará o gênero como eixo.

O trabalho possui três camadas: 1) a trajetória de Lêda Boechat Rodrigues; 2) uma análise teórica e epistemológica sobre autoria e as dimensões que atravessam o reconhecimento no interior de campos acadêmicos (em especial os chamados “cânones); e 3) o papel ativo que Lêda Boechat desempenhou no processo de elaboração da “obra/monumento” de um José Honório Rodrigues historiador e a forma que ela encontra para fazer-se historiadora, em meio às sombras desse monumento que ela erigiu. Em termos de hipótese central, ao considerar a dimensão efetiva e quantitativa de seu trabalho, defendo que podemos encontrar em Lêda uma forma peculiar de fazer-se historiadora (e uma historiadora da historiografia). Afinal, além da produção de uma vasta bibliografia dedicada à história do direito brasileiro e norte-americano, Lêda atuou também de forma concreta na organização dos textos de José Honório como historiador. Na condição de colaboradora, inicialmente, mas, principalmente, atuando de forma silenciosa na produção do acervo historiográfico de Honório Rodrigues (textos póstumos, catálogos, prefácios, correspondência selecionada, traduções, entre outras), Lêda fez deste autor e obra uma referência não apenas para aqueles que o conheceram em vida, mas um monumento historiográfico para ser lido e (re)conhecido por outras gerações.

1) Como fontes documentais, para retomar a sua trajetória, eu utilizo principalmente as obras, discursos e relatos da própria autora. Alguns trechos de periódicos, selecionados majoritariamente da Coleção de Periódicos especiais da Biblioteca Mário de Andrade e de jornais disponíveis *online* através da plataforma da Hemeroteca Digital também são fundamentais para analisarmos, principalmente, as dinâmicas de inserção e recepção das obras da autora.

2) De certa forma, a análise da biobibliografia de Lêda Boechat Rodrigues, permite que identifiquemos um problema pertinente e ainda muito recorrente nos modos como a história produz seus referenciais históricos, os marcos ou agentes que definem um sentido ao processo histórico de seu vir a ser. Na historiografia ocidental, reconhecer figuras femininas como vozes ativas no processo de produção do conhecimento ainda não se constitui como uma ação recorrente. Quando pensamos em um grande historiador, ainda o imaginamos homem, e as mulheres, quando não invisibilizadas por completo, seguem mistificadas pelo hábito de reservar a elas apenas o papel de coadjuvantes.

Por esse viés, estudar a trajetória de Lêda Boechat Rodrigues nos permite, antes de tudo, problematizar esse “não-lugar” reservado às mulheres nos espaços de recordação e

reconhecimento acadêmicos. Em certa medida, é possível dizer que a historiografia ainda se orienta historiograficamente a partir de figuras “paternas”, isto é: os agentes da sua história seguem sendo homens, historiadores, e apenas os seus trabalhos parecem importantes como “obras” que definem a configuração do campo. Apesar dos recentes avanços no que se refere aos estudos de gênero, à ampliação do campo de estudos da história das mulheres e a multiplicação de autoras, a estrutura de produção desse tipo de reconhecimento acadêmico continua a funcionar sob bases predominantemente sexistas, reproduzindo (ainda que muitas vezes não intencionalmente) protocolos, formas e fórmulas que trazem consigo preconceitos machistas e patriarcais da nossa sociedade. Frequentemente associada às imagens vitorianas da Razão, do “gênio”, da lógica e do trabalho intelectual como atributos exclusivamente masculinos, a norma da subjetividade masculina segue imperando como forma a partir da qual narramos, ainda hoje, a história da história. De forma excludente, como motor da produção de conhecimento histórico e historiográfico, a história da historiografia parece representar a si e ao seu vir a ser (com incrível naturalidade) como um grande “clube do bolinha”.

Assim, como aporte teórico do trabalho, busco dialogar com as produções recentes tanto no que se refere à área de teoria e história da historiografia brasileira quanto às epistemologias feministas e os debates de gênero. Atualmente os estudos sobre a condição das mulheres intelectuais no Brasil têm ganhado um espaço progressivo dentro do campo de pesquisa da história. Iniciativas como o projeto *Humanas: pesquisadoras em rede*² são hoje um dos grandes exemplos de como as pautas de gênero e suas interseccionalidades passaram a emergir como meios de enfrentamento das instâncias de reprodução da invisibilidade da produção intelectual das mulheres em todas as áreas de conhecimento. Trabalhos recentes como os de Maria da Glória de Oliveira, Flávia Varela, Patrícia Aranha, Carmem Silvia da Fonseca Kummer Liblik e Bruna Stutz Klem dão margens para pensar como os problemas de gênero ainda condicionam e legitimam a separação de interesses sociais de homens e mulheres e afastam a carreira acadêmica das possibilidades do “universo feminino”. Em outra mão, obras como a de Bonnie Smith³ se constituem como clássicas referências para esquematizar as formas e as condições pelas quais as mulheres intelectuais foram paulatinamente afastadas do processo de constituição de uma história dita científica ou profissional.

² *Humanas: pesquisadoras em rede*. Site: <https://www.humanasrede.com/>

³ SMITH, Bonnie G. *Gênero e História: homens, mulheres e a prática histórica*. Tradução de Flávia Beatriz Rossl Bauru, SP: EDUSC, 2003.

No campo de estudo de história das mulheres, seguirei a perspectiva teórica apresentada por Joan Scott de que “precisamos pensar sobre este campo como um estudo dinâmico na política da produção de conhecimento” (SCOTT, 1992, p. 66). De acordo com essa perspectiva, a emergência da história das mulheres como um campo de estudos, não percorreu um caminho linear dentro da disciplina. Considerado ora como um suplemento à história já estabelecida e ora como um deslocamento radical dessa mesma história, ao questionar a ideia intrínseca do homem branco enquanto objeto de representação do ser humano universal, o surgimento desse campo implicou em uma expansão dos limites da própria História.

Por conseguinte, ao me propor a esta pesquisa, caminho em direção a perspectiva defendida por Rachel Soihet (1997) de que para abarcar metodologicamente essa multiplicidade convergimos para a necessidade de focalizar a relação entre os sexos e a categoria de gênero. Sob este ângulo teórico o termo “gênero” enfatiza o caráter relacional existente entre os sexos, de forma que a compreensão de homem e mulher não pode ser estabelecida por meio de um estudo que considere esses dois polos enquanto categorias analíticas totalmente separadas. Se propor então a estudar a trajetória de Lêda Boechat Rodrigues através de uma perspectiva de gênero, implica uma forma de indicar “a criação inteiramente social de ideias sobre os papéis adequados aos homens e às mulheres” (SCOTT, 1995, p. 75).

3) As obras de e sobre José Honório Rodrigues publicadas e/ou organizadas por Lêda, com uma atenção especial aos prefácios, introduções, apresentações e notas de rodapé, se constituem como uma das principais fontes para esboçar a relação que se estabeleceu entre o casal, tanto no que diz respeito ao aspecto afetivo, mais da parte dela via testemunhos da vida conjugal, quanto sobre as relações intelectuais que estabeleceram enquanto “historiadores”. Dentre essas obras podemos citar, por exemplo, os livros *Ensaio Livres* (1991)⁴, *José Honório Rodrigues: um historiador na trincheira* (1994) e o tomo I⁵ e o tomo II⁶ do segundo volume de *História da História do Brasil* (1988). *A Correspondência de José Honório*

⁴ RODRIGUES, José Honório. *Ensaio Livres*. Lêda Boechat Rodrigues (organizadora). São Paulo: Imaginário, 1991.

⁵ RODRIGUES, José Honório. *História da História do Brasil*. Volume II – Tomo 1. A Historiografia Conservadora. São Paulo: Editora Nacional, 1988b.

⁶ RODRIGUES, José Honório. *História da História do Brasil*. Volume II – Tomo 2: A metafísica do Latifúndio: O Ultra-reacionário Oliveira Viana. São Paulo: Editora Nacional, 1988a.

*Rodrigues (2000)*⁷ e a *Nova Correspondência de José Honório Rodrigues (2004)*⁸, em específico, serão as principais fontes utilizadas no terceiro capítulo, através das quais conseguiremos analisar mais de perto as facetas e as tensões do trabalho intelectual de Lêda no processo de construção do “cânone” de José Honório Rodrigues. Esses dois livros foram elaborados a partir da correspondência profissional de José Honório, contendo cartas trocadas com historiadores e professores nacionais e estrangeiros. Essa correspondência estava arranjada em ordem alfabética, guardada em arquivos de aço. Quinze dias após a morte de José Honório Rodrigues, Lêda resolveu prepara-las para a publicação, pois conhecia os nomes dos correspondentes e os assuntos históricos tratados. A intelectual relata⁹ que gastou dois anos de trabalho, em dedicação integral, nessa tarefa. Para publicação, Lêda arrumou as cartas em ordem cronológica e traduziu as escritas em inglês, francês, holandês e alemão. As escolhas metodológicas e o trabalho intelectual desempenhado por Lêda Boechat Rodrigues com esta correspondência, portanto, são fontes fundamentais para esboçar a atuação da intelectual no processo de monumentalização do historiador. O conteúdo da correspondência e os comentários feitos por Lêda através das notas de rodapé, por sua vez, dão margem para pensar esse trabalho efetivamente autoral de Lêda, a forma ela se inseriu nessas redes intelectuais e se relacionou afetiva e intelectualmente com este José Honório “historiador”.

Longe de responder à pergunta inicial proposta nessa introdução, o exercício a ser desenvolvido nesta pesquisa parece direcionar nosso olhar para um ângulo preciso de indagação. Ao lado de muitas contribuições recentes, trazer a trajetória de Lêda Boechat Rodrigues é mais uma das maneiras de avaliar quais seriam, e ainda são, as possibilidades de inserção da produção intelectual feminina no campo historiográfico. Se trata, portanto, de enfrentar um problema tanto de ordem epistemológica quanto política, no qual essas tensões podem ser percebidas no interior de um processo que envolve as relações entre história da historiografia, gênero e vida privada. Dessa forma, compreendo que esta investigação pode contribuir para tensionar a ideia de uma suposta neutralidade da produção de conhecimento no

⁷ RODRIGUES, José Honório, 1913-1987. *Correspondência de José Honório Rodrigues*. Organização, prefácio, notas e traduções de Lêda Boechat Rodrigues. Rio de Janeiro: Academia Brasileira de Letras, 2000. 400 p.; 18 cm. (Coleção Afrânio Peixoto, 56). ISBN 85-7440-029-7.

⁸ RODRIGUES, José Honório. *Nova Correspondência de José Honório Rodrigues*. Organização, prefácio e traduções de Lêda Boechat Rodrigues; posfácio de Vamireh Chacon. Rio de Janeiro: Academia Brasileira de Letras, 2004.

⁹ RODRIGUES, Lêda Boechat; MELLO, José Octávio de Arruda. *José Honório Rodrigues: um historiador na trincheira*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1994, p. 31.

campo científico e da produção de reconhecimento no campo científico que marcaram a história da historiografia brasileira.

CAPÍTULO 1 - CONTRAPONOS À ESCRITA DA HISTÓRIA: A TRAJETÓRIA DE LÊDA BOECHAT RODRIGUES

*No teatro da memória, as mulheres são
uma leve sombra.*

(PERROT, 2005, p. 33)

Durante muito tempo na iconografia ocidental as alegorias e símbolos coroaram os grandes homens. Via de regra, o sujeito de “representação universal” foi, quase sempre, masculino e a narrativa histórica tradicional consagrou o homem enquanto o sujeito da história. As mulheres, quando não invisibilizadas por completo, seguiam mistificadas pelo papel de subalternas na representação e na produção do conhecimento histórico (OLIVEIRA, 2021). Em certa medida, podemos dizer que a historiografia ocidental se cristalizou em torno da figura do homem historiador e de seu trabalho, onde a subjetividade masculina imperou como a peça central da construção das balizas epistemológicas da história como discurso científico.

Neste capítulo me dedico a pensar, portanto, os sintomas deste processo de construção de uma história da historiografia orientada majoritariamente por homens, de forma que o sentido da história continua a perpassar ainda hoje por estes marcos e grandes nomes. Procuo relacionar o não-lugar das historiadoras e intelectuais ao “cânone” historiográfico de modo a reivindicar a relativamente silenciada importância que estas mulheres exerceram no processo de constituição do campo disciplinar. Assim, a partir da análise do estudo de caso de Lêda Boechat Rodrigues, defendo que investigar a trajetória de mulheres historiadoras permite-nos desafiar os padrões sexistas, predominantemente de homens, no imaginário histórico que municia o elenco de figuras “exemplares” (virtuosas) que servem de espelhos para certa “identidade do historiador”: as autorrepresentações dos agentes que escrevem a história dos campos (e subcampos) de pesquisa em história e da própria profissão historiadora.¹⁰ A título

¹⁰ A esse respeito, cabe ver o artigo de Andre de Lemos Freixo a respeito da dimensão ético-política das relações entre instituição pública, memória e história. A partir do estudo dos trabalhos editoriais de José Honório Rodrigues (1913-1987), Freixo mostra como o historiador mobilizou a produção de artefatos de memória que foram imprescindíveis para justificar novas bases e possibilidades historiográficas que figuravam nos horizontes

de exemplo, podemos destacar aquilo que Francisco Falcon (1996) definiu como a “autoconsciência do historiador”. Trata-se da intenção de produzir trabalhos históricos que mobilizem e reverenciem (ainda que criticamente) cânones pela comunidade de interesse que relaciona o sujeito de produção de conhecimento e o campo no qual ele atua. Esse movimento utiliza a tópica modernista da inovação para “romper” com a “tradição” e criar o novo como uma ruptura crítica, que sabe respeitar o que veio antes para criar o seu. Aqui, estou mobilizando propositalmente o gênero masculino quando digo “historiador”. Embora o texto¹¹ de Falcon enuncie o problema da convivência conflituosa, entre as décadas de 1960 e 1970, de diferentes “identidades de historiador” no campo disciplinar, podemos notar a centralidade do gênero masculino na sua análise. Busco pensar então como essas autorrepresentações permitem identificar os pressupostos epistêmicos envolvidos na constituição do campo e identificar esse não-lugar ocupado pelas autoras mulheres na escrita da história.

É importante ressaltar que o caso em tela se insere em um contexto intelectual predominante masculino. Em toda sua trajetória, Lêda Boechat Rodrigues recebeu um relativo reconhecimento, exceto na história da historiografia. Ou seja, a história da historiografia não reconheceu nela uma historiadora, porque o campo esteve fundamentalmente amparado por essa espécie de dualidade que orientava o imaginário histórico do historiador e seu trabalho. Para além desses silêncios que atribuímos ao problema da misoginia presente e atuante no seio da historiografia, o caminho encarado por Lêda Boechat foi também acompanhado pela “sombra” da carreira do homem com quem escolheu se casar: José Honório Rodrigues (1913-1987). Deixo claro, desde já, que não busco posicionar os sintomas da subjugação e da redução ao papel de esposa na escolha de Lêda Boechat pelo casamento. Lêda casou-se em 1941 e construiu seu lugar e carreira ao lado de Rodrigues, desenvolvendo uma relação de colaboração e companheirismo, na qual houve atritos, discordâncias e concordâncias. O que desejo com este trabalho é questionar o lugar reservado a ela no imaginário histórico e historiográfico. Por esse ângulo, os cerceamentos impostos à sua trajetória despontam precisamente na dimensão política de gênero que atravessa e direciona o reconhecimento no campo intelectual. Ao tentar recuperar nessas páginas a dimensão do trabalho efetivamente

dele e de outros intelectuais naquela conjuntura. FREIXO, Andre de Lemos. José Honório Rodrigues na Biblioteca Nacional (1946-1953) – (re)considerando as relações entre memória e história. *Revista Escrita da História*, Ano I – vol. 1, n. 2, out./mar. 2014-2015.

11 FALCON, Francisco. J. C. “A identidade do historiador”. *Estudos Históricos*, v. 9, n. 17, 1996, p. 7-30.

produzido por Lêda, a pergunta que direciono, portanto, é de por que não a pensar como uma historiadora? Só por que era mulher? Por que era esposa de um historiador? Tarefa inseparável, evidentemente, da sua escolha como companheira e colaboradora dos trabalhos de José Honório, mas cuja produção e protagonismo acadêmico e intelectual ainda continuam largamente desconhecidos e ignorados, quando não completamente assombrados pelo monumento ao marido.

Para realizar esta investigação me deparei com condições semelhantes às pontuadas por Soihet (1997). Como mostra a autora, a escassez de “vestígios acerca do passado das mulheres” (SOIHET, 1997, p. 428) ainda se estabelece como um dos grandes problemas a serem enfrentados pelas historiadoras na contemporaneidade. Na maioria das vezes as representações sobre as mulheres não são produzidas por elas próprias e, quando existentes, se baseiam em discursos masculinos que buscavam categorizá-las e delimitar suas ações¹². Seja nas produções historiográficas, ou nos arquivos públicos, o déficit desses vestígios dificulta o acesso ao passado feminino. Em relação à Lêda Boechat Rodrigues, a única produção historiográfica sobre sua trajetória diz respeito a um artigo de Miridan Britto Falci¹³, sintomaticamente intitulado como *Uma Companheira Intelectual: Lêda Boechat Rodrigues* e publicado na revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (IHGB) em uma sessão em homenagem ao centenário de nascimento do sócio José Honório Rodrigues.¹⁴ Essa ausência de estudos sobre sua trajetória faz com que grande parte das informações ainda se encontre dispersa em jornais e periódicos, ampliando ainda mais o abismo existente em relação aos inúmeros estudos publicados sobre o “canônico” historiador *brasileiro*,¹⁵ José Honório Rodrigues.

¹² Embora esses estereótipos sociais estruturais permeiem a representação de todo o contingente feminino, é necessário ressaltar a forma específica que as mulheres negras foram, e ainda são, afetadas pelo sexismo no contexto brasileiro. Sobre essa especificidade, Lélia Gonzales (1984) traz importante contribuições para compreendermos os efeitos violentos decorrentes do processo de objetificação envolvidos na representação das mulheres negras na sociedade brasileira. GONZALES, Lélia. Racismo e sexismo na cultura brasileira. *Revista Ciências Sociais Hoje*, São Paulo, p. 223-244, 1984.

¹³ FALCI, Miridan Britto. Uma Companheira Intelectual: Lêda Boechat Rodrigues. *R. IHGB*, Rio de Janeiro, a. 174 (461):317-322, out./dez. 2013.

¹⁴ Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro. Sessão em homenagem ao centenário de nascimento do sócio José Honório Rodrigues. *RIHGB*, Rio de Janeiro, a. 174, n. 461, p. 307-354, out./dez. 2013.

¹⁵ Por “brasileiro” faço menção ao elemento nacionalista atribuído ao imaginário de José Honório Rodrigues. Como argumenta José Octávio de Arruda Mello (2013), as predileções pelas grandes causas nacionais faziam de José Honório um historiador brasileiro, ou seja, intelectual da nacionalidade. MELLO, José Octávio de Arruda. Um intelectual entre a história e a nacionalidade. *R. IHGB*, Rio de Janeiro, a. 174 (461):307-316, out./dez. 2013.

De forma semelhante ao movimento feito por Liblik (2017) em sua pesquisa sobre a trajetória de historiadoras brasileiras¹⁶, utilizarei essas articulações entre “cânone”, gênero e vida privada para pensar quais são as relações existentes entre o fazer histórico e as condições de gênero. Em um primeiro momento, ao evidenciar uma “tradição historiográfica de ver escritores canônicos do sexo masculino no centro da história” (SMITH, 2003, p. 24), me dedicarei a pensar como o gênero foi responsável por moldar a elaboração e recepção das obras no contexto da produção histórica. Posteriormente, me debruço sobre a análise trajetória de Lêda Boechat Rodrigues com o objetivo de identificar uma trajetória intelectual própria, autoral e autônoma, em contraposição ao lugar reservado a ela no imaginário historiográfico. Com o intuito de observar como as relações intelectuais, conjugais e de gênero influenciaram na recepção de suas obras e na constituição de sua trajetória, buscarei identificar em que medida o imaginário atribuído a José Honório Rodrigues se expande de modo a criar uma enorme sombra sobre o seu trabalho, relegando a historiadora a um reconhecimento indissociável daquele já obtido por seu marido.

1.1 MULHERES HISTORIADORAS

1.1.1 A invisibilidade na história da historiografia

A legitimidade e o reconhecimento na história da historiografia estão profundamente enraizados pela existência de um universo valorativo que orientou, e ainda orienta, a produção historiográfica. Diante desse mundo de valores que determinou quem faz, o que faz e como se faz história, o lugar reservado às mulheres historiadoras, todavia, parecia resguardar um enorme descompasso em relação ao do homem historiador e sua produção. Na minha experiência como mulher e pesquisadora, por mais difícil que seja identificar esses preconceitos, esse descompasso acompanhava persistentemente a minha cogitação. Em meio às disciplinas, leituras, temas de pesquisas e discussões, a relativa ausência de mulheres

¹⁶ LIBLIK, Carmem Silvia da Fonseca Kummer. *Uma história toda sua: trajetórias de historiadoras brasileiras. (1934-1990)*. Tese (Doutorado em História) – Setor de Ciências Humanas da Universidade Federal do Paraná. Curitiba, 2017.

historiadoras sugeriu que essas ocupavam uma posição subalternizada na esteira de produção do conhecimento histórico. Notei que, enquanto essas mulheres assumiam os estereótipos de uma caracterização acessória e secundária, os homens historiadores estavam amparados por um amplo conjunto de elogios ao gênero, a genialidade e a originalidade que se traduzia em uma presença incontestável durante minha formação. No caso de historiadoras casadas com figuras de prestígio no campo historiográfico, como é o caso do casamento entre Lêda Boechat Rodrigues e José Honório Rodrigues, era recorrente observar o hábito de rotulá-las exclusivamente nas funções de secretária ou companheira do marido em suas atividades acadêmicas e intelectuais.

Embora trate-se acima de um relato pessoal, ao nos debruçarmos sobre o conjunto de referências e os nomes considerados “notáveis” pela história da historiografia brasileira, não é surpresa observar que eles sejam também, em sua maioria, indiscutivelmente masculinos. Para Liblik (2017), os sintomas dessa masculinização do “cânone” podem ser identificados por dois aspectos iniciais. Em primeiro lugar, a figura do historiador é quase sempre referenciada pelo gênero masculino, o uso da palavra “historiadora” dificilmente é identificado nos documentos e nos meios acadêmicos tradicionais. O segundo ponto diz respeito ao estereótipo do homem enquanto o sujeito de representação universal, aquele isento de singularidades e diferenças que se constitui como o objeto de investigação da pesquisa histórica.

O historiador e seu trabalho têm sido responsáveis por direcionarem o conjunto de temas e estratégias adotadas que seriam cristalizadas na historiografia. Maria da Glória Oliveira (2021), no artigo *Decolonizing and gendering theory of History*¹⁷, mostra como os atributos para a escrita da história e o *ethos* que definiu o historiador no século XIX privaram as mulheres escritoras. Além das práticas e métodos exigidos para escrita da história, ser historiador implicava uma questão cívica e moral. Como pontua Turin (2009), a escrita da história nacional era um ato essencialmente político que reclamava ao autor a reflexão sobre o vínculo pessoal/nacional. Dessa forma, desprovida de corpo político e excluída da condição de cidadã, a mulher escritora e sua obra eram colocadas à margem dos cânones literários e historiográficos.

¹⁷ OLIVEIRA, Maria da Glória de. *Decolonizing and gendering theory of History*. In: *Emergencies: Race, Gender, and Decoloniality*. FREIXO, Andre de Lemos; BOLDRINI, Aguinaldo Medeiros; RAMALHO, Walderez (Orgs.). Vitória: Editora Milfontes, 2021.

As poucas mulheres que conseguiam driblar esse tópico e escrever efetivamente textos históricos enfrentavam ainda o problema de serem relegadas a lugares mais subalternos em uma hierarquia de importância dos trabalhos. Assim, apesar de muitas intelectuais terem demonstrado um apurado sentido para a prática historiográfica, fundindo gêneros distintos e desafiando os limites epistemológicos e disciplinares, elas encontraram entraves que buscavam rotular de diferentes maneiras suas obras como inferiores e ultrapassadas. Através de temas e convenções que desmereciam o trabalho dessas historiadoras, esses princípios normativos tendiam, portanto, a excluir a participação feminina do campo profissional.

Nesse sentido, enquanto a história profissional se constituía como marcadamente masculina, escrita por profissionais liberais e homens notáveis do período, surgia no século XIX, associada às mulheres escritoras, o estigma da história “amadora”. Embora o juízo dicotômico entre essas duas categorias não abarque de modo suficiente a complexidade e a real extensão do trabalho produzido por essas historiadoras, ele ilustra como a atividade historiográfica direcionava-se a uma história singular sobre o historiador e as altas realizações de seu profissionalismo. Conforme categorizado por Smith (2003), essa distinção contribuiria para naturalizar a ideia de que as mulheres não produziam conhecimento histórico com valor relevante, legitimando como pressuposto norteador o homem historiador e sua produção.

1.1.2 A história como disciplina científica

A constituição oitocentista da história como disciplina científica reforçava, assim, o imaginário perversamente vitoriano de um suposto “caráter viril” da Razão, nesse caso associado à prática historiográfica¹⁸, em contraposição a uma, igualmente suposta, “fraqueza”

¹⁸ A construção social de um modelo de mulher voltado ao simbolismo da esposa, mãe e do lar, implicou em uma intensa desvalorização intelectual, profissional e política do sexo feminino. Para o cenário brasileiro, Rago (1985) explica como essa desvalorização parte do pressuposto de que a mulher por si só nada é e deve estar prontamente à disposição do marido e dos filhos. Como resultado desse cenário majoritariamente patriarcal, a atuação da mulher na sociedade, principalmente em relação à vida acadêmica e profissional, restringiu-se a papéis secundários de auxílio aos agentes masculinos. Em relação ao contexto britânico no século XIX, Varella (2021) explica como essas barreiras oriundas da divisão de gênero implicaram em dificuldades para a inserção intelectual do sexo feminino no campo da história. RAGO, Luzia Margareth. *Do Cabaré ao Lar: a utopia da sociedade disciplinar: Brasil 1890-1930* / Luzia Margareth Rago. – Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1985. (Coleção Estudos brasileiros; v. 90); VARELLA, Flávia Florentino. Catharine Macaulay, Elizabeth Hamilton Gray and the limits of the history genre (1760-1840). In: *Emergencies: Race, Gender, and Decoloniality*. FREIXO, Andre de Lemos; BOLDRINI, Aguinaldo Medeiros; RAMALHO, Walderez (Orgs.). Vitória: Editora Milfontes, 2021.

associada ao pensamento abstrato, sensível e “passional” das mulheres.¹⁹ A história política se constituía cada vez mais com um rosto masculino que buscava categorizar as mulheres eruditas como menos adequadas ao desenvolvimento de uma carreira profissional. No geral, essas mulheres, quando conseguiam romper com o estigma da história “amadora” e seguir com uma carreira profissional, eram destinadas a locais menos valorizados, como pequenas sociedades históricas locais, em alguns casos à docência escolar, arquivos e bibliotecas²⁰. Os seminários e universidades, via de regra, eram ocupados em sua maioria por homens e estavam enredados na própria noção não apenas de intelectualidade, mas de pesquisa e produção de conhecimento. Ou seja, enquanto os homens eram os agentes da razão, as mulheres não seriam vistas como pesquisadoras, pois o elemento da razão não era próprio do feminino.

Embora os regulamentos impostos nos arquivos e bibliotecas tivessem proibido durante muito tempo a entrada de mulheres, é importante observar que a prática em arquivos e repositórios foi gradativamente feminilizada ao longo do século XIX. O que se observa, entretanto, é o fato de que os homens qualificados e os modos comuns de comportamento projetaram tarefas específicas para cada área do trabalho histórico que foram fortemente moldadas pelo gênero. Nesse sentido, embora seja inegável o avanço científico da disciplina durante os oitocentos, o gênero, enquanto parte constitutiva dos procedimentos da profissionalização histórica, implicou no desenvolvimento de uma profissão, nos termos de Smith (2003), “opressivamente masculina”.

A metodologia histórica, em consonância com o desenvolvimento da ciência moderna, expressava, assim, na representação do historiador masculino os ideais necessários à prática profissional (o elemento da razão). Conforme a história se consolidava enquanto disciplina, em oposição a uma historiografia científica e legítima, características como a superficialidade, a confusão e a desorientação eram definidas como próprias da escrita feminina. Os ideais de

¹⁹ O Manifesto de Kleinberg, Scott e Wilder ressalta essa distinção entre uma história masculinizada e uma teoria feminizada. Enquanto a prática e o método histórico são elogiados por suas atitudes “viris”, o pensamento abstrato é denunciado como especulativo, onde as reflexões teóricas são tidas como fraquezas femininas. KLEINBERG, Ethan; SCOTT, Joan W.; WILDER, Gary. *Teses sobre Teoria e História*. Trad. Andre Freixo e João Ohara. p. 4. Disponível em: https://www.academia.edu/36775977/Teses_sobre_Teoria_e_Hist%C3%B3ria_TRADU%C3%87%C3%83O. Acesso em 22/03/2022.

²⁰ Bonnie Smith definiu o termo “história amadora” como a escrita da história praticada por mulheres desde o século XVIII, o que incluía gêneros textuais como ensaios e biografias, romances, memórias e crônicas históricas. SMITH, Bonnie G. *Gênero e História: homens, mulheres e a prática histórica*. Tradução de Flávia Beatriz Rossi Bauru, SP: EDUSC, 2003, p. 95.

autocontrole, transparência e autenticidade, por sua vez, eram considerados características supostamente “inatas” aos historiadores.

Nestes moldes, durante a guinada rumo à ciência moderna, a disciplina e a prática historiográfica se apropriaram de uma roupagem epistemológica universalista, forte entre as ciências da natureza, fundada na distância entre o sujeito e objeto. O sujeito transcendental seria, portanto, uma voz da Razão, uma mente que, para produzir conhecimento, deveria estar absolutamente livre de quaisquer constrangimentos. Uma consciência plena, livre e racional, na esteira do pensamento neokantiano²¹. Sujeito que nenhum outro imperativo da existência, da política, do “mundo dos valores” (ética), nem das ilusões sensoriais do corpo, ou das paixões demoveria da “vocação” do homem disciplinado e acético. O historiador, devotado homem de ciência, e seu trabalho reinariam como a figura central da produção de conhecimento que, na esteira das demais ciências modernas, libertaria a humanidade da credulidade, da necessidade e da ignorância. O trabalho do historiador cientista foi criado numa era de progresso e tecnologia. O futuro redentor para uma época de mudanças e rupturas, iconoclastia e promessas de um mundo no qual Deus estaria morto e, em vez de caos, dor, doença, pragas e apocalipse, a ciência moderna ordenaria o mundo rumo ao progresso. A história tornou-se como o plano geral no qual se desenrolaria essa caminhada universalista: de onde viemos e para onde caminhamos. A seriedade da tarefa obedecia aos protocolos da época para a objetividade: trabalho desprovido de emoções e das amarras do corpo e carregava consigo uma realidade que estava para além das realidades vivenciadas pelos fatos históricos. A história científica desenvolveu os elementos dos historicismos e seu fascínio pelo sentido, pela ordem, pela razão na história. A articulação de uma realidade passada produzida pelo trabalho do historiador, em níveis superiores e mais verdadeiros.

A partir dessa política do conhecimento “superior”, porque mais objetivo e intersubjetivo, mais racional e não passional, pode-se identificar o gesto da silenciosa

²¹ O pensamento neokantiano aparece como representante de uma filosofia que pretendia estender a validade e os princípios das ciências da natureza para as ciências do espírito. A partir dessa ótica, neokantianos como Wilhelm Dilthey (1833-1911), Heinrich Rickert (1863-1936), Max Weber (1863-1920), embora este último se afastasse, em certa medida, de uma filosofia dos valores neokantiana, teriam representado um momento da separação radical entre sujeito e objeto. SILVA, Aída Rita Tedesco e. *Conceitos individualizantes e valores na teoria da história de Heinrich Rickert*. 2016. 158 f. Dissertação (Mestrado) - Universidade Federal de Ouro Preto. Instituto de Ciências Humanas e Sociais. Departamento de História. Programa de Pós-Graduação em História. Mariana, 2016.

supressão das intelectualidades femininas²². Ao defender que o sujeito de conhecimento não possui corpo, é apenas razão e liberdade, a verdade histórica foi acoplada a uma lógica que desconsidera *a priori* o corpo e suas idiossincrasias como caprichos anticientíficos. A mente não possuiria, portanto, local de enunciação. As associações científicas, nesse sentido, se certificaram de assegurar a “moralidade” do conhecimento excluindo os corpos que eram vistos como lugares do desejo, do pecado, da discórdia e das paixões. As explicações científicas naturalistas, que buscavam explicar o porquê de as mulheres não poderem se comportar e pensar como os homens, serviram como base para fortalecer essas distinções de gênero e relegar às mulheres uma posição inferior na escala do ser cognitivo. Com isso, homens e mulheres passaram a encontrar realidades distintas e oportunidades diferentes para o seu desenvolvimento intelectual e profissional.

Se, por um lado, esses ideais de legitimidade epistemológica foram necessários à formação da história científica, por outro, eles certamente continuariam presentes e atuantes por um tempo demasiado longo nas práticas historiográficas, perpetuando privilégios e preconceitos de toda sorte. Em certa medida, o tipo de retórica da “razão pura” (metódicos, positivistas, historicismos, etc.) de fins do século XIX se torna uma matriz de pensamento, que não apenas explicaria o nosso presente, mas que justificaria e legitimaria o processo histórico do presente. Foi alimentada pela promessa de um futuro redentor que a história se tornou uma parte dos saberes escolares na formação de jovens cidadãos modernos, inicialmente nos liceus franceses após 1871.²³ Os ideais de uma sociedade nacionalista e burguesa que o conhecimento científico seria a única forma de conhecimento verdadeiro,²⁴ serviu como alicerce para afastar cada vez mais a imaginação romântica e as características ditas femininas da escrita da história. Neste sentido, até meados no século XX, ainda estava presente a ideia de que a história científica deveria evitar o feminino acima de tudo.

²² É importante destacar que, para além das restrições associadas ao gênero, esse movimento de supressão também se aplica aos conceitos de raça e classe. Em síntese, é uma restrição generalizada a tudo aquilo que não corresponda ao padrão cristalizado pelo homem branco europeu. Ver mais em: OLIVEIRA, Maria da Glória de. Decolonizing and gendering theory of History. In: *Emergencies: Race, Gender, and Decoloniality*. FREIXO, Andre de Lemos; BOLDRINI, Aguinaldo Medeiros; RAMALHO, Walderez (Orgs.). Vitória: Editora Milfontes, 2021.

²³ Sobre a gênese dessa prática profissional, o artigo de Gérard Noirel mostra como a maioria das normas, regras e hábitos que ainda hoje regem a profissão foram inventados no final do século XIX, quando se constitui na França a cultura literária e cientista. NOIRIEL, Gérard. “Nassaince du métier d’historien”. *Gêneses*, 1 sept., 1990. Ver também: CHARLES, Christophe. *La republique des Universitaires – 1870-1940*. Paris: Seuil, 1979.

²⁴ Para compreender como a renovação do Ensino superior a partir de 1878 incorporou e difundiu nas universidades e faculdades os ideais “científicos” e “republicanos”, conferir o artigo de George Weiz. WEISZ, George. L’Ideologie republicaine et les Sciences Sociales. La chair d’histoire d’economie sociale à la Sorbonne. *Revue Française Sociologie*, XX, 1979.

Uma pequena irrupção neste cenário começou a acontecer quando o grupo dos historiadores dos *Annales*, de Marc Bloch e Lucien Febvre²⁵, iniciaram o movimento de substituição do viés político para o econômico e social. Embora Lucien Febvre tenha possibilitado importantes aberturas ao questionar o rosto demasiadamente masculino da história científica²⁶, Perrot (2005) mostra que as mudanças não foram suficientes para suscitar grandes rupturas na estrutura de produção do conhecimento histórico. Apesar da constituição da escola remeter quase que exclusivamente aos nomes de Marc Bloch e Lucien Febvre, é necessário destacarmos também que esses homens se valiam de uma significativa assistência, privada ou paga, de mulheres intelectuais. Suzanne Febvre, por exemplo, esposa de Lucien Febvre, era formada em Geografia e história e atuou como assistente, secretária, tradutora e revisora dos trabalhos do marido. Os trabalhos de Suzanne, foram sucedidos posteriormente por Lucie Vargas, que atuou como tradutora e assistente de Lucien Febvre e se tornou a primeira mulher a publicar nos *Annales*. Por sua vez, a esposa de Marc Bloch, Simonne Vidal Bloch, atuou como secretária, assistente e revisora dos manuscritos do historiador. A segunda geração da chamada “escola dos *Annales*”, se mostrou mais favorável à inovação e à abertura para novas temáticas. Entretanto, na “nova história”²⁷ ainda havia uma forte resistência aos esforços de teorização impulsionados pelo movimento de mulheres. De modo geral, o feminino continuou a ser recebido com ceticismo e reservas e suas teorizações pairavam como uma constante ameaça de ruptura epistemológica.

Esses cenários não eram explicitamente fechados à participação feminina. Contudo, todo o modelo epistemológico deles pressupunha uma capacidade de abstração do corpo que era injusta e desigual – a isso somavam-se os protocolos e preconceitos sociais (normativos das condutas) da época que afugentavam muitas mulheres destes ambientes. Era o auge do racionalismo e do patriarcalismo. Para termos uma visão mais ampla sobre a profissionalização das mulheres historiadoras, torna-se necessário analisarmos como se deu o processo de inserção das mulheres nas universidades.

²⁵ Algumas referências que explicam a participação feminina na escola dos *Annales* são: SCHÖTTLER, Peter. *Lucie Varga: les autorités invisibles. Une historienne autrichienne aux Annales dans les années trente*. Paris: Le Cerf, 1991; DAVIS, Natalie Zemon. *Women and the World of the Annales*. *History Workshop Journal*, issue 33, 1992, p. 121–137; SOIHET, Rachel; SOARES, Rosana M. A.; COSTA, Suely Gomes. *A História das mulheres. Cultura e poder das mulheres: ensaio de historiografia*. *Revista Gênero, Niterói*, v.2, n.1, p. 7-30, 2001.

²⁶ De acordo com Smith (2003), na segunda metade do século XX, Lucien Febvre evidenciou que a história se recusava a narrar os romances de Mary Stuart, ou ainda, lançar luz sobre o Cavaleiro d'Eon. Embora essas colocações não tenham gerado efeitos práticos significantes, elas foram importantes para iniciar nos *Annales* um movimento de abertura ao questionamento do rosto demasiadamente masculino da história científica.

²⁷ Termo geralmente empregado para se referir à segunda geração dos *Annales*.

1.1.3 A profissionalização feminina no Brasil

No Brasil, data de 1879 a primeira lei que permitiu que as mulheres tivessem acesso aos cursos superiores. Limitando-se inicialmente aos cursos de Direito e Medicina, o decreto nº 7.247, conhecido como a Reforma Leôncio de Carvalho²⁸, instituía que fosse completamente livre o ensino superior em todo o Império. No entanto, vários ainda seriam os desafios enfrentados pelas mulheres para ingressarem nos cursos superiores e se afirmarem profissionalmente. Via de regra, a estrutura social e o sistema de ensino ainda tinham o objetivo de preparar as mulheres para a vida doméstica. Quando era possível a permanência nos estudos, a profissionalização das mulheres permanecia orientada para a carreira docente no ensino primário.

A historiadora Carmem Liblik (2017) levantou importantes considerações sobre esse processo de inserção das mulheres na universidade e a institucionalização dos cursos superiores no Brasil. Ao analisar a trajetória de historiadoras brasileiras, a autora identifica que as reais possibilidades dessas mulheres se formarem em um curso superior foram possíveis por dois contextos distintos: a) as mudanças culturais e sociais nas primeiras décadas do século XX; b) as contingências abertas pelo processo de institucionalização dos cursos superiores.

Em certo sentido, a gradual abertura em relação à emancipação feminina e à possibilidade de estudar e profissionalizar-se relacionam-se com as mudanças que ocorreram no início do século passado. A necessidade de sair de suas casas para buscar formas de complementar a renda familiar, estabeleceu-se como um dos pretextos para que as mulheres de classe média²⁹ começassem a fazer parte da vida pública e iniciassem de modo mais

²⁸ BRASIL. Decreto nº 7.247, de 19 de Abril de 1879. Ementa: Reforma o ensino primario e secundario no municipio da Côrte e o superior em todo o Imperio. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1824-1899/decreto-7247-19-abril-1879-547933-publicacaooriginal-62862-pe.html>. Acesso em: 12 de dez. de 2021.

²⁹ Mesmo que estes limites atingissem todo o contingente do sexo feminino, cerceando a vida de uma significativa parcela de mulheres, é necessário salientar a existência de realidades nas quais o sexo feminino desempenhava uma participação ativa no sustento da casa e na direção da família. Ao contrário das mulheres de camadas mais abastadas, as mulheres pobres e operárias, apesar de serem insuficientemente remuneradas, exerciam um papel fundamental na economia familiar. A fim de prover o sustento do lar, além da sobrecarga das atividades domésticas e familiares, essas mulheres vendiam sua força de trabalho e atuavam em tarefas

efetivo o seu processo de emancipação. Em paralelo a essas lentas aberturas, o processo de institucionalização dos cursos superiores no Brasil a partir da década de 1930 foi fundamental para que as mulheres conseguissem uma participação mais significativa nas universidades. Como identifica Liblik (2017), a urgência de preencher as vagas disponíveis funcionou como uma das brechas para a entrada mais expressiva de mulheres nos cursos superiores.

Entretanto, a feminização da universidade, dada inicialmente ao nível do público, não seria suficiente para romper com as barreiras impostas à profissionalização das mulheres. Sobretudo no campo intelectual, havia a presença de nítidos sistemas hierárquicos responsáveis por dominar uma disciplina e controlar a produção científica. O campo universitário era formado, assim, por figuras eminentes que ocupavam notórias posições de poder e regulavam a admissão e vinculação dos novos profissionais. Seja enquanto professor contratado, auxiliar ou assistente era necessário vincular-se a um professor catedrático para desenvolver uma carreira acadêmica notável.

As noções de participação e consagração seriam então fundamentais para alcançar lugares de destaque no campo intelectual. Da forma como identifica Klem (2019) no seu estudo sobre a inserção feminina na história da historiografia brasileira³⁰, as competições, as oportunidades e as conquistas se consagravam como meios para delimitar os agentes do campo e seus objetos de disputas. Nesse sentido, após a institucionalização dos cursos de história, um dos valores necessários a formação dos historiadores profissionais seria a capacidade de projetar-se nessa rede de relações e manter sua visibilidade no espaço acadêmico e intelectual. Para além do gênio, os espaços frequentados e a manutenção das redes de relações intelectuais constituíam-se aqui como uma das características atribuídas ao ofício do historiador.

1.1.4 Historiadoras e o campo historiográfico brasileiro

extensivas como “atividade doméstica de lavadeira, engomadeira, doceira; algumas eram cartomantes e muitas prostitutas” (SOIHET, 1989, p. 9).

³⁰ KLEM, Bruna Stutz. *Historiadoras* [manuscrito]: aproximações femininas à história da historiografia Brasileira. 2019. Dissertação (Mestrado) - Universidade Federal de Ouro Preto. Instituto de Ciências Humanas e Sociais. 2019.

O conceito de “campo”, nas pesquisas sociológicas de Pierre Bourdieu (2008), pode ajudar como uma ferramenta analítica. Os desdobramentos do tipo de hierarquização do campo intelectual, e em certa medida a produção do conhecimento científico em história, acompanham redes de relações de poder e de força que são sintomatizadas através de determinadas estratégias e interesses. As configurações do campo, para afirmar como o sociólogo francês, e as lutas para que elas se mantenham ou se modifiquem são resultantes dos espaços de conflito entre diferentes agentes localizados na estrutura hierárquica de poder. Nessa direção, a dificuldade de inserção das historiadoras no campo intelectual pode ser encarada como uma das estratégias para manutenção da hegemonia masculina na esteira produção do conhecimento histórico.

O que podemos observar é que o fato de ser mulher fazia com que as intelectuais carregassem consigo um fardo maior em relação à cultura acadêmica da época, e isso implica nas hostilidades que elas enfrentavam dos grupos masculinos. No artigo publicado por Erbereli Júnior na revista *História da Historiografia*³¹, ao comparar a trajetória de historiadoras brasileiras, é possível identificar esse papel subsidiário ocupado pelas mulheres intelectuais. Analisando a carreira de mulheres como Maria de Lourdes dos Santos, Ruth Alcântara, Gilda de Mello e Moraes Rocha, Erbereli Júnior (2016) mostra que todas elas enfrentaram papéis subsidiários nos grupos intelectuais que participam. O autor identifica também que, em grande parte das vezes, era comum que se relegasse a estas mulheres a função de secretárias de seus respectivos maridos, anulando ou silenciando a importância de suas contribuições.

Embora algumas mulheres consideradas pioneiras conseguissem o reconhecimento de suas vocações intelectuais, nota-se que o preconceito masculino sobre as mulheres historiadoras estava infiltrado nos próprios círculos acadêmicos e profissionais. Não era raro ver resistências agressivas e juízos simplistas sobre as carreiras destas mulheres, acusando-as de subverter as regras e fragilizar a constituição da história enquanto disciplina. O que se observa, em direção aos apontamentos de Scott (1992), é que a presença feminina contestava a natureza hegemônica e inviolável dos padrões profissionais e colocava em questão o uso de uma figura unívoca para representar o historiador.

³¹ ERBERELI JÚNIOR, Otávio. De preterida a preferida: considerações em torno da trajetória intelectual de Alice Piffer Canabrava (1935-1951). *Hist. Historiografia*, Ouro preto, n. 22, dezembro, 2016, p. 97-115. doi: 10.15848/hh.v0i22.1113

Foi com a maior inserção das mulheres nos espaços acadêmicos e institucionais, resultante dos esforços das historiadoras pioneiras da primeira geração, que essas vozes passaram a ganhar mais força e a agir como uma forma de resistência à dominação masculina. Entretanto, apesar de pesquisas de pioneiras como Alice Canabrava, Olga Pantaleão, Eulália Maria Lobo e Maria Yedda Linhares serem reconhecidas como sólidas e inovadoras, não é comum identificarmos testemunhos de um “brilhantismo natural” atribuído às historiadoras. Como identifica Liblik (2017), quando suas pesquisas e trajetórias se destacavam na historiografia, as justificativas eram atribuídas ao esforço e dedicação que estas mulheres colocavam em seus trabalhos. De modo geral, enquanto que a “genialidade do homem historiador é naturalizada, fazendo parte da sua própria constituição” (LIBLIK, 2017, p. 108), o corpo feminino e seu reconhecimento no campo historiográfico, caracterizado por um espaço predominantemente masculino, ficavam à mercê de sua capacidade de provar o valor de suas pesquisas. O sucesso profissional só poderia ser alcançado pelo seu sacrifício, que deveria ser acompanhado por um árduo trabalho e uma longa jornada de persistência.

Por este viés, podemos dizer que até a década de 1950 a presença de mulheres intelectuais ainda era uma novidade na historiografia brasileira. Falar de historiadoras, significava falar de uma ausência e percorrer um local vazio nos espaços de reconhecimento acadêmico. Evidenciar esses silêncios, todavia, não se trata apenas de reivindicar a importância dessas mulheres para a historiografia brasileira. O que se coloca em questão, da forma como identifica a historiadora Bruna Klem (2019), é questionar a própria estrutura discursiva do cânone, onde se observa uma nítida predominância de homens ocupando a posição de intelectuais no estudo da historiografia brasileira.

Como mencionado, durante muitos anos o ensino superior e a profissionalização foram considerados privilégios estritamente masculinos. Mesmo que, com o vagaroso acesso às universidades, as mulheres tenham passado a ocupar lugares que eram tradicionalmente ocupados por homens, permanecem ainda hoje resquícios dessa hierarquização. Podemos observar que, embora as mulheres representem a maioria numérica dos concluintes de cursos de graduação e pós-graduação (KLEM, 2019), os cargos de docência e as posições de prestígios continuam a ser ocupadas majoritariamente por homens. De forma geral, como argumentam os estudos recentes de Maria da Glória de Oliveira (2021), a desproporcionalidade não acompanha o balanço da distribuição entre homens e mulheres com mestrados e doutorados na área de história no Brasil. O que esses balanços mostram é que

para homens e mulheres a qualificação acadêmica não é suficiente para mascarar a desigualdade estrutural de gênero. Em outras palavras, a inserção das mulheres nas universidades não implica necessariamente em uma alteração substancial nas relações gênero e na desconstrução dos espaços tradicionalmente masculinos.

Nesse sentido, embora a partir do século XIX as falas femininas tenham irrompido em locais anteriormente proibidos, processo resultante da paulatina inserção das mulheres na escrita e na academia, podemos dizer que ainda subsistem muitas zonas de silêncio que destinam as mulheres intelectuais à obscuridade. O recente trabalho³² de Patricia Aranha (2021), mostra como a academia reflete ainda hoje estruturas sociais que alimentam a posição subordinada ocupada pelas mulheres. Ao reiterar o privilégio desfrutado pelos homens na academia e as posições subalternas ocupadas pelas mulheres, a autora identifica a discrepância existente entre a participação de homens e mulheres nas áreas profissionais de história e geografia. Fica evidente como esse universo da autorrepresentação dos historiadores alimenta uma estrutura que funciona como um espelho, onde se reproduz tudo aquilo que se quer ver e deseja ser enaltecido. Nessa projeção que se volta sobre o homem historiador e seu próprio trabalho, a marginalização das obras de autoria feminina serve como um tipo de reflexo que permite, por essa dualidade, construir uma imagem maior e superior sobre si mesmo.

Desde o início da profissionalização da disciplina, as dificuldades de acesso das mulheres à instrução e à escrita alimentaram então a ideia de que o trabalho feito por mulheres não envolvia o afincamento intelectual necessário. Durante muito tempo, estas mulheres foram vistas como incapazes de alcançar a profundidade necessária à ciência histórica e estiveram destinadas a ocupar lugares ditos inferiores na escala do ser cognitivo. Devido a essas dificuldades impostas ao desenvolvimento da intelectualidade feminina, a história profissional foi marcadamente monopolizada por agentes do sexo masculino.

De modo geral, podemos dizer que a história das mulheres no Brasil, marcada por uma intensa distinção social e normatização dos papéis e identidades de gênero estabelecidos aos sexos, foi caracterizada por um árduo caminho de restrições e silenciamentos. Com a inserção

³² ARANHA, Patricia. Female Historians and Geographers: Challenges from the past-present. In: *Emergencies: Race, Gender, and Decoloniality*. FREIXO, Andre de Lemos; BOLDRINI, Aguinaldo Medeiros; RAMALHO, Walderez (Orgs.). Vitória: Editora Milfontes, 2021.

das mulheres no universo acadêmico³³, ocorrido a partir do vagaroso acesso ao ensino superior e às universidades, essas distâncias entre os gêneros passaram a diminuir gradativamente. Entretanto, vários foram e ainda são os desafios enfrentados pelo sexo feminino ao tentar romper com o modelo passivo de feminilidade e se afirmar, seja como intelectuais ou enquanto personagens históricas integrantes e atuantes no meio social.

Estudar esse lugar das mulheres intelectuais nos leva então, antes de tudo, à necessidade de refletir sobre a forma como a mulher, tanto enquanto intelectual como enquanto sujeito histórico, tem sido retratada pela historiografia. É evidente que, como aponta Maria da Glória de Oliveira, a produção de autoria feminina ainda não se “configurou como tema privilegiado e frequente da história da historiografia, mantendo-se, em larga medida, como o “outro” silenciado, marginal e periférico nos cânones historiográficos e na memória disciplinar” (OLIVEIRA, 2018, P.104).

Mesmo que nas últimas décadas as categorias de gênero tenham se tornado mais presentes no campo historiográfico, através de estudos que têm buscado colocar essas questões no centro dos debates, pode-se dizer que essas categorias ainda “vivem as instabilidades dos sentidos que lhes são atribuídos, resultado de lutas dentro do próprio campo” (PEDRO, 2011, p. 277). De modo geral, as questões femininas e o estudo das intelectuais recebem pouca visibilidade na historiografia e raramente se configuram como um campo de estudo legítimo, constituindo-se como um tema exclusivo para especialistas em mulheres, gênero e feminismo³⁴.

³³ Atualmente os estudos sobre a condição das mulheres intelectuais no Brasil têm ganhado grande espaço dentro do campo de pesquisa da história. Um dos exemplos desses estudos é o artigo *Os sons do silêncio: interpelações feministas decoloniais à história da historiografia*, de Maria da Glória de Oliveira, publicado em setembro de 2018 pela Revista História da Historiografia. Nesse artigo, a autora fala mais detalhadamente sobre a condição enfrentada pelas mulheres dentro da academia, principalmente no que diz respeito à invisibilidade das produções de autoria feminina no campo da história intelectual. OLIVEIRA, Maria da Glória de. Os sons do silêncio: interpelações feministas decoloniais à História da historiografia. *Hist. Historiografia*, Ouro Preto, v. 11, n. 28, dez. 2018.

³⁴ Atualmente no campo da história da historiografia brasileira há uma crescente quantidade de trabalhos que se dedicam a analisar o modo o gênero se constitui como elemento estruturante na diferenciação e profissionalização de historiadores e historiadoras. Trabalhos com os de Machado (2016), Erbereli Júnior (2016) e Liblik (2017) nos permitem observar, por exemplo, como a trajetória e a recepção da carreira acadêmica de historiadoras como Cecília Westphalen, Alice Piffer Canabrava, Olga Pantaleão, Maria Yedda Linhares e Eulália Lahmeyer Lobo foram atravessadas pelas questões de gênero, indicando os percalços encontrados por essas mulheres ao buscarem se afirmar enquanto historiadoras profissionais. O que a análise destas trajetórias mostra, todavia, é a regra maior da exclusão de gênero no campo disciplinar histórico. LIBLIK, Carmem Silvia da Fonseca Kummer. *Uma história toda sua: trajetórias de historiadoras brasileiras (1934-1990)*. Tese (Doutorado em História) – Setor de Ciências Humanas da Universidade Federal do Paraná. – Curitiba, 2017, 330 f.; MACHADO, Daiane Vaiz. *Modo de ser historiadora: Cecília Westphalen no campo historiográfico brasileiro*

O balanço historiográfico feito por Flávia Florentino Varella (2018)³⁵ sobre as publicações da revista *História da Historiografia* mostrou que a maioria significativa dos artigos publicados na revista, somando um percentual de 95%, se debruçavam apenas sobre o estudo de autores do sexo masculino. O que esses dados nos mostram, é que a incorporação da perspectiva de gênero e o estudo das intelectuais seguem acompanhados pela resistência dos pressupostos do próprio campo da história da historiografia e da teoria da história. Via de regra, a produção científica do campo continua a se orientar por estes marcos e grandes nomes e os estudos sobre a produção de autoria feminina, considerados ora um deslocamento radical dessa história e ora como um suplemento à história já estabelecida, ainda não percorrem um caminho linear dentro da disciplina.

O que nos cabe pensar aqui, portanto, seria qual a relação que o gênero estabelece com a historiografia. Se por muito tempo pareceu normal que a prática profissional da escrita da história fosse feita quase que exclusivamente por homens, não é difícil deduzir que o trabalho intelectual das mulheres estivesse situado dentro de uma categoria problemática e inferior. Embora em alguns casos estas mulheres conseguissem ser reconhecidas como historiadoras profissionais, a retórica da história científica, as academias e os grupos intelectuais raramente conseguiam imaginá-las nesses termos. Mesmo que ingressassem nas universidades e conseguissem o diploma, as mulheres historiadoras, salvo pouquíssimas exceções, eram consideradas como inadequadas para a academia. Além de suas perspectivas de emprego serem sombrias e inferiores, essas condições contribuíram para invisibilidade das mulheres intelectuais e para marginalidade de seus trabalhos. Nesse sentido, na história da historiografia, a mulher profissional aparece, nas palavras de Smith (2003), como uma entidade imprecisa, um ser paradoxal que surge como uma espécie de borrão em meio às práticas da profissão.

Colocar em perspectiva os modos de ser historiador e indagar quais os resultados dessa prática historiográfica, significa questionar quais seriam as virtudes que fazem um(a) autor(a) de um texto de história. Em direção às colocações de Certeau (1982), esses questionamentos nos permitem perceber como as práticas da profissão e a escrita da história

da segunda metade do século XX. *Hist. Historiografia*, Ouro preto, n. 22, dezembro, 2016, p. 134-151; ERBERELI JÚNIOR, Otávio. De preterida a preferida: considerações em torno da trajetória intelectual de Alice Piffer Canabrava (1935-1951). *Hist. Historiografia*, Ouro preto, n. 22, dezembro, 2016, p. 97-115.

³⁵ VARELLA, Flávia Florentino. Limites, desafios e perspectivas: a primeira década da revista *História da Historiografia* (2008-2018). *Hist. Historiografia*, Ouro Preto, v. 11, n. 28, set-dez, ano 2018, p. 219-265 - DOI: 10.15848/hh.v0i28.1427

são atravessadas por marcas resultantes dos registros sociais que se camuflam por trás uma ambiciosa imparcialidade. Nas sombras da profissionalização da disciplina, as virtudes epistêmicas e as performances dos historiadores seguiram uma construção androcêntrica que reforçaram a invisibilidade de gênero e limitaram os caminhos trilhados pelas mulheres intelectuais.

Podemos dizer, portanto, que tensionar o não lugar reservado as autoras mulheres implica descortinar os preceitos epistêmicos que constroem e consolidam um autor de história. Indagar, assim, os motivos pelos quais Lêda Boechat Rodrigues não foi reconhecida enquanto uma autora de história ou como um objeto de análise da história da historiografia significa identificar os limites dentro dos quais foi desenvolvido o profissionalismo das mulheres. Ao lado de José Honório Rodrigues, o caso de Lêda evidencia como o acesso à educação superior e a alta qualificação não foram suficientes para romper com as desigualdades e desequilíbrios de gênero. Nas seções seguintes, buscaremos ilustrar como a questão de gênero tangenciou a carreira da historiadora e influenciou a recepção e circulação de suas obras nos círculos acadêmicos e intelectuais.

1.2 UM OLHAR SOBRE O FEMININO: UUF

Embora Lêda Boechat não tenha tematizado o feminino como eixo central de seus trabalhos, concentrando-se sobre a história do direto brasileiro e norte-americano, não podemos negligenciar a importância que as discussões sobre a emancipação feminina desempenharam na sua formação acadêmica. Em linhas gerais, podemos dizer que a luta pela inserção das mulheres no ambiente acadêmico e profissional foi um dos assuntos que estiveram presentes desde o início de sua trajetória intelectual. Influenciada pelos ideais europeus e norte-americanos, Lêda via a emancipação econômica da mulher como uma das principais vias para se extinguir as desigualdades entre os sexos. O feminismo era concebido pela intelectual como um movimento profundo correspondente a uma subjetivação de cultura. Ou seja, não se trataria de uma criação de novos valores, mas de uma multiplicação de valores onde as mulheres pudessem participar pessoalmente dos bens de cultura já existentes, dos

quais, entretanto, se viam excluídas³⁶. Dessa forma, suas lutas e reivindicações em relação ao feminino expressavam, por vez, a presença de elementos liberais no interior de seu pensamento que evidenciavam seu posicionamento ético e político quanto ao assunto. Os assuntos tematizados pela intelectual, portanto, rondavam o espectro filosófico liberal do mesmo e centravam-se em pautas como: a elevação do nível cultural da mulher brasileira, a entrada da mulher no mercado de trabalho, a defesa do direito ao divórcio e do direito à escolha ou não pela maternidade.

1.2.1 A União Universitária Feminina (UUF)

Nos anos iniciais de sua formação, ao ingressar na Faculdade de Direito, essas reivindicações encontraram terreno fértil por meio de sua participação na União Universitária Feminina (UUF). Fundada no dia 13 de janeiro de 1929, com sede no Rio de Janeiro, a agremiação destinava-se a estimular as mulheres brasileiras a adquirir o ensino técnico e superior, coordenando e orientando as moças que ingressavam nas universidades e oferecendo amparo às mulheres diplomadas a fim de estimular a realização de suas carreiras. Além de facilitar e incentivar o intercâmbio cultural entre as mulheres universitárias do Brasil e do exterior, a UUF tinha como finalidade defender os interesses femininos nas profissões liberais, desenvolver a intelectualidade feminina e colaborar na solução dos problemas relacionados com o progresso nacional e internacional (REUNIÕES, 1929, p. 6)³⁷.

Como pontuado por Regis (2012) em sua dissertação sobre a atuação da União Universitária Feminina³⁸, desde sua fundação a agremiação tinha interesse na solução das questões que remetessem às mulheres cultas e à realização de suas carreiras. Assim, ao congregar as estudantes universitárias e buscar ampliar o número de mulheres presentes no ensino superior, a agremiação buscava propagar o desenvolvimento intelectual das mulheres

³⁶ Essas e outras concepções de Lêda Boechat sobre o feminino podem ser melhor compreendidas no discurso por ela apresentado no III Congresso Nacional Feminino. BOÉCHAT, Lêda. Sugestões apresentadas ao III Congresso Nacional Feminino pela delegada da União Universitária Feminina. *Arquivo Nacional*. Código de referência: Q0, ADM, EVE. CNG, TXT. 16, p. 147-160, 1936, p. 148.

³⁷ REUNIÕES. *Correio da Manhã*, Rio de Janeiro, terça-feira, 1 de outubro de 1929. Edição 10661, p.6.

³⁸ REGIS, Caren Victorino. *A presença feminina na casa do estudante do Brasil (1931-1951): a atuação da união universitária feminina*. Dissertação (Mestre em Educação). Universidade Federal Do Estado Do Rio De Janeiro Centro De Ciências Humanas e Sociais, Programa De Pós-Graduação Em Educação. Rio De Janeiro, 2012.

por meio de inúmeras atividades. Realizavam palestras, apresentavam às associadas os grupos de intelectuais e de professores, organizavam bibliotecas e ofereciam um ambiente de solidariedade e de camaradagem, onde as associadas poderiam discutir diversos assuntos relacionados à academia, a carreira e ao feminino. Durante os anos de funcionamento, sob os auspícios da Federação Brasileira pelo Progresso Feminino, a União contou então com a participação de mulheres universitárias e formadas em diversas áreas, como medicina, direito, engenharia, química, etc., o que conferia uma grande amplitude aos debates realizados em seu interior.

Quanto à organização interna da agremiação, a Diretoria, eleita a cada dois anos, era composta por uma presidente, duas vice-presidentes, uma secretária e uma tesoureira e pelo conselho diretor, composta por cinco integrantes, escolhidas pelo grupo³⁹. O corpo social era estruturado por quatro segmentos:

a) pelas sócias efetivas – universitárias (mulheres diplomadas); b) Sócias estudantes – matriculadas em curso superior universitário, que além das alunas dessas mesmas universidades escolas, as mulheres diplomadas por estabelecimentos de ensino técnico superior; c) Associadas e associados – pessoas que se interessam pelo fim da U.U.F. e desejam auxiliá-la e d) Por benfeitoras, benfeitores e sócias remidas. (A UNIÃO..., 1938, p. 10)

A primeira diretora da União Universitária Feminina foi a Dr^a. Carmen Portinho, que se manteve na direção por sete anos consultivos, sendo sucedida pela dra. Elza Pinho em 1937. No ano de 1938, a União contava com um Departamento Intelectual e um de Assistência, além das Comissões de Relações Internacionais, Propaganda e de Paz. Embora a União tivesse sua sede no Rio de Janeiro, então Distrito Federal, ela expandiu-se também para outros Estados, como é o caso das representações em Minas Gerais, Pernambuco, Bahia e São Paulo. A União Universitária Feminina manteve suas atividades até o ano de 1961, momento a partir do qual a agremiação passou a ser denominada como Associação Brasileira de Mulheres Universitárias.

Em relação à atuação de Lêda Boechat, desde que iniciada sua trajetória na agremiação, a repercussão de suas atividades sugeria que as próprias associadas reconheciam suas qualidades e enalteciam o teor de seu trabalho. Nos primeiros anos após seu ingresso, a bacharelada passou a ser considerada por suas companheiras como “uma das maiores

³⁹ A UNIÃO Universitária Feminina. *O Paiz*, Rio de Janeiro, domingo, 20 de dezembro de 1929. Edição 16163, p. 12.

esperanças do feminismo brasileiro” (CHÁ..., 1935, p. 4)⁴⁰. Durante esse período, Lêda Boechat também foi responsável por representar a União em diversas instâncias, dirigindo cerimônias, organizando discursos e participando ativamente das publicações da revista de Cultura e Técnica, órgão oficial da União Universitária Feminina ativo entre anos de 1937 e 1939.

1.2.2 O feminino em atuação

Durante o III Congresso Nacional Feminino foi acometida a Lêda Boechat a tarefa de estudar a questão do desquite na legislação brasileira e apresentar o ponto de vista da União Universitária Feminina em face da indissolubilidade do vínculo matrimonial. Ocorrido no Rio de Janeiro em outubro de 1936, com a presença de representantes do governo e das associações femininas, o Congresso teve como tema principal a discussão do Estatuto da Mulher, a fim de regulamentar os dispositivos que se referiam à situação da mulher no direito brasileiro⁴¹. Enquanto delegada da UUF, em seu discurso Lêda denunciou o fato de a mulher brasileira ocupar uma posição inferior no Código Civil e ressaltou a necessidade de a mulher casada sair da situação de inferioridade que a declarava como incapaz.

Ao buscar assegurar à mulher uma situação de independência no casamento e na família, a fala de Lêda Boechat no III Congresso Nacional Feminino caminhou na direção de uma defesa irrestrita do divórcio. Com base em uma chamada “função social do casamento”⁴², a bacharelada em direito criticou o art. 144 da Carta Magna, que classificava o casamento como indissolúvel, e pontuou os motivos pelos quais a agremiação se posicionava enquanto partidária do divórcio. Lêda mostrou que o divórcio faz parte da realidade social, de modo que mesmo onde não existe o divórcio consagrado pela legislação, ele existe de fato. Dessa forma,

⁴⁰ CHÁ das calouras. *Diário da Noite*, Rio de Janeiro, quarta-feira, 10 de abril de 1935. Edição 02310, p. 4).

⁴¹ Na dissertação sobre Marialzira Perestrello, Vanessa Moura mostra com maiores detalhes como se deu a participação da UUF no III Congresso Nacional Feminino. MOURA, Vanessa de Almeida. *Marialzira Perestrello: a trajetória profissional de uma médica e psicanalista carioca (1934-1962)*. Dissertação (Mestrado em História das Ciências e da Saúde). Rio de Janeiro: Fundação Oswaldo Cruz. Casa de Oswaldo Cruz, 2019, 124f.

⁴² O termo é mobilizado por Lêda Boechat no discurso proferido III Congresso Nacional Feminino para explicar a posição partidária da UUF em relação ao direito de divórcio. BOECHAT, Lêda. Sugestões apresentadas ao III Congresso Nacional Feminino pela delegada da União Universitária Feminina. *Arquivo Nacional*. Código de referência: Q0, ADM, EVE. CNG, TXT. 16, p. 147-160, 1936, p. 150.

o argumento da intelectual foi de que a indissolubilidade do vínculo matrimonial não poderia ser justificada pelo ideal da monogamia, pois ele existia naquela realidade e precisaria ser regulamentado nos casos que fosse aplicado. Contrária ao desquite e à penosa situação que se encontrava a mulher desquitada na sociedade, a delegada defendeu que o divórcio era uma necessidade que precisava ser incluída entre as reivindicações mínimas do movimento feminista nacional.

Ainda como sócia da União Universitária Feminina, no Iº Conselho Nacional de Estudantes, realizado na Casa do Estudante do Brasil (CEB) em 1937, Lêda Boechat foi responsável por presidir a segunda plenária de fundação da União Nacional dos Estudantes (UNE). Na plenária, na qual compareceram sessenta delegados, discutiu-se os projetos apresentados pelas comissões para elaboração dos estatutos da UNE. Embora não se tenha chegado a uma versão final do estatuto neste Conselho, considera-se, extraoficialmente, que a fundação da instituição começou ali (POERNER, 2004). Lêda manteve essa participação ativa na CEB e no Conselho Nacional de Estudantes por um longo período de tempo. No 2º Conselho a intelectual, ainda segundo Poerner (2004), foi responsável por discutir a tese *A mulher estudante frente ao problema do lar*, em que defendeu pontos como a instituição do divórcio, a obrigatoriedade do exame pré-nupcial e o acesso das mulheres às leis trabalhistas. Os relatos sobre sua participação cessaram após o 4º Conselho Nacional de Estudantes, no qual participou, enquanto representante na União Universitária Feminina, como oradora da sessão de abertura.

Reforçado por um arraigado simbolismo vitoriano, que tentava confinar a mulher ao lar, o ambiente profissional e acadêmico era majoritariamente ocupado por homens. Assim, ao refletir sobre as dificuldades enfrentadas pelas mulheres para ingressar nesse meio, Lêda Boechat elencava a emancipação feminina como um dos principais objetivos a serem travados pelo feminismo da época. Essa preocupação frente ao problema da emancipação feminina pode ser observada de forma mais explícita em seu discurso proferido na cerimônia da UUF de Saudações das calouras⁴³:

⁴³ O Chá das calouras foi uma das principais estratégias adotadas pela UUF para agregar mais integrantes ao seu núcleo. Neste evento as sócias apresentavam a União às mulheres recém ingressas no ensino superior e buscavam atraí-las para a agremiação. Por meio do fortalecimento do movimento, influenciando o desenvolvimento feminino intelectual e profissional, o evento unia novas mulheres em prol da causa e agregava cada vez mais as estudantes do ensino superior. UMA festa na “União Universitária Feminina”: o discurso de

[...] Detentoras dos mesmos dotes intelectuais que os homens, possuindo em casos excepcionais a ipseidade extraordinária, quando isso reconheceram, julgaram-se com direito a possuir as mesmas regalias e privilégios que aqueles, em face da lei.

Conseguiram já uma grande parte de suas reivindicações, porém, a tela de preconceitos hipócritas que emaranham a atual sociedade, faz com que se lhe conceda de um lado capacidade jurídica igual a do homem, deixando-a, todavia, em alguns casos, numa atuação de manifesta inferioridade. A mulher precisa emancipar-se economicamente. E é com prazer que vejo terem todas vos que aqui estais, compreendendo isto perfeitamente. Os pais não vivem eternamente, os maridos nem sempre são bons, a educação dos filhos não pode, muitas vezes, ser feita somente pelo pai [...]. (UMA..., 1935, p. 21)

De certa maneira, o contato de Lêda Boechat com a União Universitária Feminina abriu caminhos para que ela estabelecesse relações com um universo de discussões que estavam fora do contexto da academia. Por esse viés, o espaço oferecido pela União permitiu que ela conciliasse sua formação jurídica com as implicações relativas às reivindicações pela equidade entre os gêneros. Como expressão desse amálgama, Lêda Boechat defendia enfaticamente que, dotadas da mesma capacidade intelectual, as mulheres deveriam desfrutar dos mesmos direitos que os homens. Para termos uma ideia mais precisa da importância que os debates sobre o feminino ocuparam na formação da intelectual, cabe destacarmos que dentre os quatro artigos publicados por Lêda até o ano de 1939, três deles versavam sobre a questão feminina, sendo eles: “Sentido social do feminismo”⁴⁴, publicado em 1937 na *Revista de Cultura e Técnica*; “Sobre o divórcio e pelo divórcio”⁴⁵, publicado na revista *A Época* no ano de 1938 e “Mulher frente ao problema do lar”⁴⁶, publicado pela revista *PAN* em 1939.

Ao aliar as ciências jurídicas e as discussões sobre o feminino, tanto em seus discursos quanto em suas nas publicações, a defesa pela igualdade jurídica da mulher em relação ao homem será um dos principais argumentos utilizados a favor da emancipação feminina. No que diz respeito às restrições da mulher casada, a intelectual defenderá pautas como o direito ao divórcio, a urgência da conquista intelectual feminina e da independência econômica das mulheres. Em relação ao divórcio, especificamente, Lêda dirá que não há

saudação da senhorita Lêda Boechat. *Diário de Notícias*, Rio de Janeiro, domingo, 14 de abril de 1935. Terceira sessão, p. 21.

⁴⁴ BOECHAT, Lêda. Sentido social do feminismo. *Revista de Cultura e Técnica*, Rio de Janeiro, ano 1, n.º 3, outubro de 1937.

⁴⁵ BOECHAT, Lêda. Sobre o divórcio e pelo divórcio. *A Época*, Rio de Janeiro, ano XXXII, n.º 2, julho 1938.

⁴⁶ BOECHAT, Lêda. Mulher frente ao problema do lar. *PAN*, Rio de Janeiro, n.º 173, 13 de maio de 1939b.

motivos plausíveis, sejam eles motivos religiosos ou motivos de ordem social, para obrigar cônjuges que não se dão bem a continuarem uma falsa vida em comum:

Tendo em vista a situação dos cônjuges que não se dão bem, por que obrigá-los a continuar um simulacro de vida em comum, quando de fato eles já estão separados? Pelo motivo religioso – dir-me-ão. Mas, e se os cônjuges não são religiosos? Por que não facultar-lhes esse remédio? – Há ainda o motivo das considerações de ordem social, no sentido de que o divórcio atuaria como destruidor da família, dirão outros. Ora, a família é um fato natural, a que a lei empresta caráter jurídico e, como tal, indestrutível. – Outros, ainda, invocariam o argumento supremo dos filhos. Vemos aí, também, o ponto mais delicado da questão. Mas os filhos são sempre sacrificados, uma vez tenha sido mal sucedido o casamento: haja ou não haja divórcio. Portanto, ainda neste particular julgamos ser preferível este, conforme opinião que fundamentamos em artigo publicado na revista oficial do corpo discente da Faculdade Nacional de Direito – “A Época”. (BOECHAT, 1939b, p. 9)

Quanto à mulher estudante propriamente dita, havia uma preocupação especial com a questão da orientação profissional. Nos discursos oficiais da agremiação e nas publicações da *Revista de Cultura e Técnica*, é possível identificar essa preocupação em orientar as mulheres para as profissões que estivessem de acordo com suas aptidões e temperamentos. Embora estes discursos enaltescessem a importância de olhar caso a caso as situações e questionassem veemente a presença majoritariamente masculina em cargos de direção e liderança, ainda pode ser observado a reprodução de elementos que não questionavam as divisões características dos papéis de gênero. Esses elementos estavam presentes tanto no posicionamento sobre as profissões que seriam adequadas ao sexo feminino quanto em relação aos ideais de mãe e esposa, se caracterizando, portanto, nos termos de Pinto (2003), como a face “bem-comportada” do feminismo brasileiro.

De certa forma, podemos observar que a tarefa de esclarecer a mulher brasileira e elevar seu nível cultural ainda estava vinculada aos papéis que a mulher ocupava na sociedade patriarcalmente constituída, perpetuando certas estruturas relativas à família, a feminilidade e a maternidade. A mulher não deveria “esquecer suas qualidades femininas” (BOECHAT, 1939b, p. 8) e o fato de estudar não deveria levá-la a masculinizar-se, ou, em outras palavras, a romper com as características atribuídas ao sexo feminino.

Quanto ao papel materno, esses elementos podem ser observados no trecho do discurso⁴⁷ de Lêda Boechat pronunciado também em ocasião do Chá da Vitória de 1939:

A nós, recém-diplomadas, bem como às nossas colegas já profissionais, caberá a tarefa ingrata, mas gloriosa, de esclarecer a mulher brasileira e trabalhar pelo levantamento de seu nível cultural, certas de que contribuiremos, assim, para o levantamento do nível cultural de todos os brasileiros, porque as mães de amanhã poderão dar a seus filhos um melhor sentido da vida que as de ontem nos deram. (BOECHAT, 1939a, p. 24)

Mesmo que estas referências ao feminino estivessem caracteristicamente presentes nos anos iniciais da formação acadêmica de Lêda Boechat, a partir de 1939 elas passam a diminuir gradativamente. O que se observa, através da análise de sua biobibliografia, é que após a conclusão do curso na Faculdade de Direito não se tem mais menção sobre a sua participação nas agremiações femininas e interrompem-se as publicações que versavam sobre o tema. Seja pelas definições de um recorte de pesquisa específico, pelos cerceamentos impostos pelo campo intelectual ou até mesmo pela relação conjugal que se oficializaria com José Honório Rodrigues no ano 1941, não é possível mensurar exatamente os motivos pelos quais essas temáticas perderam centralidade em sua trajetória. Todavia, podemos dizer que essas discussões sobre o feminino foram responsáveis por criar um vínculo entre o campo jurídico e o engajamento político que nunca cessariam, estando presente, ainda que de modo disperso, ao longo de todo o seu percurso acadêmico.

1.3 QUEM FOI LÊDA BOECHAT RODRIGUES?

Até o momento trouxe ao leitor uma série de considerações que buscaram evidenciar esse não-lugar ocupado pelas autoras mulheres na escrita da história como uma questão complexa que envolve múltiplas dimensões: epistêmicas, sociológicas, políticas, éticas e de gênero. Por um lado, essas considerações destacam o caráter androcêntrico da produção do conhecimento histórico. Entretanto, por outro, elas nos levam ao risco de cair exatamente naquilo que desejamos evitar: a ideia de que mulheres historiadoras não escreveram história

⁴⁷ BOECHAT, Lêda. Discurso da Dra. Leda Boechat pronunciado no Chá da Vitória. *Cultura e Técnica*, Rio de Janeiro, n. 1, vol. 3, fev. 1939a, p. 23-25.

de modo profissional. É importante destacar que identificar e pontuar esse não lugar não implica, de maneira alguma, em negligenciar a importância e a qualidade de suas produções. Mesmo que escondidas nas sombras do teatro da memória e cerceadas por uma cultura disciplinar que se recusava a reconhecê-las como vozes ativas na produção do conhecimento, haviam mulheres intelectuais produzindo história a todo tempo.

É precisamente a partir da relação que se estabelece entre esses anonimatos e as desenvolvimentos de trajetórias acadêmicas e profissionais das historiadoras que pretendemos analisar a biobibliografia de Lêda Boechat Rodrigues. Ao questionar essa suposta neutralidade da produção de conhecimento e de reconhecimento no campo científico, a trajetória de Lêda visa contribuir para identificar e tensionar esses atravessamentos de gênero que marcaram a história da historiografia brasileira. Portanto, se direcionarmos a pergunta “quem foi Lêda Boechat Rodrigues?” ao campo da história da historiografia brasileira, o que obteríamos como resposta? Procuo identificar nesta seção os traços e situações que podem auxiliar a nossa compreensão sobre suas estratégias de constituição enquanto historiadora.

1.3.1 Elementos biográficos de Lêda

A condição econômica e social serão fundamentais para compreendermos as reais possibilidades de profissionalização e os horizontes de expectativas encarados por Lêda Boechat. Nascida em Carangola, Minas Gerais, no dia 8 de dezembro de 1917, a abastada condição econômica de sua família, proveniente da exportação de café, concedeu-lhe grande disponibilidade financeira que implicava em uma certa independência econômica e propiciava seu acesso às atividades acadêmicas e culturais. Dada essas condições, ainda na cidade de Carangola, Lêda conseguiu espaço para desenvolver uma notável trajetória acadêmica e intelectual. Em 1933, com apenas quinze anos, foi ganhadora do Prêmio de Homenagem a Rui Barbosa em um concurso de oratória realizado pelo Gymnasio Municipal Carangolense como tributo à memória do jurista e diplomata (AINDA..., 1933, p. 11)⁴⁸. Nesse sentido, apesar de não ser uma prática comum entre o contingente feminino, a condição econômica

⁴⁸ AINDA a estação da Leopoldina em Carangola. *Correio da Manhã*, Rio de Janeiro, quarta-feira, 22 de novembro de 1933. Edição 11957, p. 11.

favorecida e o desempenho escolar permitiram que a jovem intelectual saísse de sua cidade para iniciar seus estudos no Rio de Janeiro, então Capital do país.

A trajetória de Lêda Boechat no Rio de Janeiro não seria muito diferente da já iniciada em sua cidade natal. O seu desempenho acadêmico começou a ser observado logo no início de sua trajetória. Em 1934, no processo seletivo da Universidade do Rio de Janeiro, Lêda se classificou como a primeira colocada dentre os trezentos candidatos inscritos no vestibular para Faculdade de Direito. Apesar dos percalços impostos ao desenvolvimento da intelectualidade feminina, após ingressar no curso direito, não demorou muito para que a jovem intelectual começasse a ser reconhecida no meio acadêmico. No início do segundo ano do seu bacharel, durante o período letivo de 1935, Lêda Boechat foi escolhida para dirigir, na condição de secretária, o Centro de Estudo Rui Barbosa (CENTRO..., 1935, p. 7)⁴⁹.

Em paralelo à vida acadêmica, Lêda Boechat começou ainda muito jovem a desenvolver sua trajetória profissional no judiciário. No ano de 1935 foi aprovada no concurso público prestado para o cargo de taquígrafa do Supremo Tribunal Federal, sendo nomeada em 1936 como funcionária efetiva do Supremo. A posse no cargo de taquígrafa do STF confirmou a estabilidade e a autonomia de sua classe social, o que foi fundamental para que ela circulasse com tranquilidade entre diversos campos acadêmicos e profissionais. Apesar da dificuldade estrutural que a mulher encontrava na sociedade da época para se afirmar enquanto sujeito autônomo e emancipar-se, os privilégios de uma condição de vida estável e próspera, permitiram que Lêda gozasse de uma educação formal de excelência, tornando-se uma figura influente nos círculos jurídicos, políticos e intelectuais brasileiros.

1.3.2 Acadêmica do Direito

No campo das ciências jurídicas, uma passagem sobre os jornais da época permite identificar que não seriam poucos os reconhecimentos atribuídos à intelectual. Considerada como uma “primorosa cultora do Direto” (UMA..., 1938, p. 3)⁵⁰, Lêda Boechat seria uma frequente remetente de elogios e condecorações, conquistando prêmios, como o Prêmio

⁴⁹ CENTRO de Estudos Rui Barbosa. *A Nação*, Rio de Janeiro, sexta-feira, 12 de abril de 1935. Edição 00690, p. 7.

⁵⁰ UMA palestra sobre direito criminal. *A noite*, Rio de Janeiro, quarta-feira, 06 de julho de 1938. Edição 09483, p. 3.

Lemos Brito, e assumindo papéis centrais em eventos e palestras que versavam sobre o tema. Após concluir seu bacharelado em Direito, no ano de 1939 Lêda Boechat ingressou no curso de Geografia e História da Faculdade Nacional de Filosofia, no qual permaneceu até o ano de 1941, quando abandonou o curso em virtude do casamento com José Honório Rodrigues. Nesse período, a intelectual pode intensificar as discussões e debates sobre os problemas sociais que cercavam sua época e, aliada às suas inclinações às ciências jurídicas, deu início a uma proeminente carreira de historiadora. No ano de 1940 formou-se em biblioteconomia na Biblioteca nacional (RODRIGUES; MELLO, 1994, p. 155)⁵¹ e, em outubro do mesmo ano, o professor Jacques Lambert ofereceu a ela uma bolsa de estudos de um ano nos Estados Unidos. A bolsa foi recusada, em virtude do casamento com José Honório Rodrigues que se realizaria no início do próximo ano⁵².

Não há dúvidas de que a experiência de Lêda Boechat como funcionária do Supremo Tribunal Federal possibilitou a ela um conhecimento aprofundado das diretrizes judiciárias. Ao acompanhar as sessões do tribunal, Lêda pode desenvolver competências teóricas que posteriormente seriam fundamentais para o desenvolvimento de sua carreira como pesquisadora da história do direito. Aliando sua capacitação com o pleno domínio da língua inglesa, em 1942 a intelectual publicou sua primeira tradução, *O Pensamento Vivo de Jefferson*⁵³, escrito pelo norte-americano John Dewey e editorado pela Livraria Martins (SP). Ainda no curso de Ciências Sociais, essas competências passaram a lhe render outros frutos. Em 1943, a convite do professor Hermes Lima, publicou a tradução do livro *A Natureza do processo e a evolução do direito*⁵⁴, do juiz estadunidense Benjamin N. Cardozo.

Podemos dizer que as traduções destas obras marcaram uma nova fase na trajetória de Lêda Boechat Rodrigues. De certa forma, elas foram responsáveis por materializar seu interesse pelo direito estadunidense, manifestado em particular pela chamada “escola sociológica do direito” e pela dinâmica da Suprema Corte Estadunidense. Esses temas, durante um longo período de tempo, passaram a ser o objeto de seus estudos e publicações e desenharam os caminhos iniciais de sua trajetória intelectual enquanto historiadora do direito.

⁵¹ RODRIGUES, Lêda Boechat; MELLO, José Octávio de Arruda. *José Honório Rodrigues: um historiador na trincheira*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1994, p. 155.

⁵² De acordo com os relatos de Lêda Boechat Rodrigues, esse teria sido o mesmo motivo pelo qual ela abandonou o curso de Geografia e História da FNF.

⁵³ DEWEY, John. *O Pensamento Vivo de Jefferson*. Apresentado por John Dewey. Tradução de Lêda Boechat Rodrigues. São Paulo, Livraria Martins, 1942.

⁵⁴ CARDOZO, Benjamin N. *A Natureza do Processo e a Evolução do Direito*. Tradução de Lêda Boechat Rodrigues. 1ª edição, Editora Nacional de Direito, 1943.

Seria durante a viagem aos EUA no ano de 1943, em decorrência da bolsa de estudos que José Honório Rodrigues recebe da Fundação Rockefeller, que Lêda Boechat Rodrigues encontraria terreno fértil para desenvolver efetivamente estes interesses. Recém-casados e indo em direção contrária às orientações da Fundação⁵⁵, José Honório Rodrigues decide levar junto consigo a esposa. Como ambos precisariam residir por um ano nos Estados Unidos (1943-1944), a jovem historiadora viu nesta ocasião as experiências necessárias para empreender suas pesquisas e aprofundar seus estudos sobre a história do direito norte-americano. Iniciada então a estadia, a intelectual passou seis meses em Nova York, frequentando o curso de *Jurisprudence* na Faculdade de Direito da Universidade de Columbia. Decorrido esses seis meses, o casal mudou-se para cidade de Washington, onde Lêda residira por três meses. Durante esta fase, a intelectual frequentou diariamente as bibliotecas do Congresso e da Suprema Corte norte-americana e acompanhou de perto todas as sessões públicas realizadas no tribunal.

Em nota, no livro *Correspondência de José Honório Rodrigues*, a autora relata mais detalhadamente como era organizada sua rotina. Essas tensões serão analisadas com maior aprofundamento nas seções seguintes, mas é importante anteciparmos aqui o fato de que suas atividades eram encaixadas de acordo com a rotina de estudos do esposo⁵⁶. Chama atenção, portanto, como Lêda usufruía dessas brechas para desenvolver sua carreira e afirmar-se enquanto intelectual. Contudo, mesmo lá, o que não é surpresa alguma, também existia esse problema de gênero que segmentava suas atividades:

Meu tempo era totalmente ocupado. De manhã, ajudava José Honório no escritório da Faculdade. Almoçava com ele no Clube dos Professores, na companhia de Professores argentinos e um inteligentíssimo Professor espanhol. Os almoços eram sempre verdadeiras tertúlias. De tarde, fazia minhas pesquisas sobre a Suprema Corte do EUA. Compareci a muitos *coffe parties* das senhoras dos Professores. Falei 40 minutos num almoço de senhoras ligadas à universidade sobre o Brasil, em inglês, sem ler. Fui muito elogiada e o meu retrato saiu no jornalzinho local. Seguiram-se outros convites para falar em diferentes grupos profissionais femininos. (RODRIGUES, 2000, p. 35 - nota nº 5)

⁵⁵ De acordo com José Octávio de Arruda Mello, José Honório Rodrigues desobedeceu às recomendações da Fundação Rockefeller ao levar consigo a esposa. Ao que se compreende, a recomendação da Fundação era de o pesquisador viajasse sozinho aos EUA, a fim de realizar suas pesquisas durante os anos de 1943 e 1944. RODRIGUES, Lêda Boechat; MELLO, José Octávio de Arruda. *José Honório Rodrigues: um historiador na trincheira*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1994, p. 159.

⁵⁶ Durante sua trajetória, Lêda Boechat Rodrigues também acompanharia outras viagens do esposo. Como é o caso da viagem à Inglaterra no ano de 1950, em que José Honório Rodrigues foi convidado pelo Conselho Britânico e Lêda aproveitou a estadia para fazer suas pesquisas em um dos tribunais ingleses.

Embora Lêda narre com certo entusiasmo essa passagem, a segmentação de gênero não passa despercebida. O fato dessas atividades serem direcionadas para as “senhoras”, ou ainda, para as “senhoras dos Professores”, e, quando muito, serem repercutidas no “jornalzinho local”, evidencia como os locais de inserção e os círculos intelectuais se apresentavam de forma diferente para o historiador e a historiadora.

De modo geral, podemos dizer que Lêda Boechat Rodrigues encontrou nessas pesquisas na e sobre a Suprema Corte dos Estados Unidos da América um rico campo de análise para esmiuçar seus estudos sobre o direito norte-americano. Em certa medida, a estadia nos EUA deu forma a um campo de estudos que nunca deixaria de ser lapidado pela intelectual e as pesquisas sobre a Suprema Corte e o direito americano acompanhariam então toda a sua trajetória acadêmica. É em decorrência destas pesquisas que a intelectual publica, no ano de 1958, o livro *A Corte Suprema e o Direito Constitucional Americano*⁵⁷ e passa a ser reconhecida no Brasil como uma “pioneira no escrever trabalhos especializados sobre a Suprema Corte” (PINTO, 1958, p. 7.)⁵⁸. A viagem rendeu-lhe também um estudo biográfico sobre o juiz Benjamin N. Cardozo, que seria publicado na segunda edição brasileira da tradução *A Natureza do processo e a evolução do direito*⁵⁹, em formato de nota biográfica. Retornando diversas vezes aos EUA, Lêda também cursa posteriormente (1966) um seminário de Direitos Civis na Faculdade de Direito da Universidade do Texas.

Em relação à vida profissional, a precoce carreira de Lêda Boechat Rodrigues no Supremo Tribunal Federal também foi marcada por um ascendente prestígio. Ao aliar sua desenvoltura intelectual com o desempenho profissional, a jovem taquígrafa despertou atenção dos círculos mais influentes do judiciário brasileiro. No ano de 1958, o Ministro Orosimbo Nonato a nomeou para assumir o cargo de chefe da sessão de jurisprudência do Supremo. Lêda recusou a nomeação. Os motivos pelos quais recusou o convite são expostos na introdução do quarto volume de seu livro *História do Supremo Tribunal Federal (1930-*

⁵⁷ O livro *A Corte Suprema e o Direito Constitucional Americano* foi publicado no início de 1958, pela Forense. No ano de 1965, foi lançada no México uma versão da obra em espanhol. RODRIGUES, Leda Boechat. *A corte suprema e o direito constitucional americano*. Imprenta: Rio de Janeiro, Revista Forense, 1958; RODRIGUES, Leda Boechat. *La Suprema Corte e el Derecho Constitucional Norteamericano*. México, Editorial Pomarca, 1956. Traducción de Justo Pastor Benitez.

⁵⁸ PINTO, Paulo Brossard de Souza. Um livro brasileiro sobre a Suprema Corta Americana. *Jornal do Brasil*, Rio de Janeiro, domingo, 17 de agosto de 1958. 3. caderno, edição 00191, p. 7

⁵⁹ CARDOZO, Benjamin N. *A Natureza do Processo e a Evolução do Direito*. Notícia bio-bibliográfica, tradução e notas de Lêda Boechat Rodrigues. Imprenta: São Paulo, Ed. Nacional de Direito, 1956.

1963)⁶⁰. Lêda Boechat Rodrigues justifica sua recusa por dois motivos. O primeiro deles é porque ela perderia a possibilidade de se aposentar aos vinte e cinco anos de serviço. O segundo diz respeito ao fato de que o Supremo Tribunal Federal seria transferido para a nova capital, Brasília, em 1960. Como o marido era diretor do Arquivo Nacional, localizado no Rio de Janeiro, não havia no momento possibilidade de conciliar os dois locais de trabalho. Por decorrência desses fatores, Lêda permaneceu no cargo de taquígrafa e se aposentou aos 42 anos de idade enquanto funcionária pública.

1.3.3. Lêda, historiadora do Direito

Mesmo findada sua trajetória profissional, o Supremo não deixaria de fazer parte da trajetória da historiadora. Em uma coleção de quatro volumes Lêda Boechat Rodrigues tratou esmiuçadamente a história do Supremo Tribunal Federal entre os anos de 1891 a 1963, nos quais perpassou por temas como a defesa das liberdades civis, do federalismo e a doutrina brasileira do *habeas corpus*⁶¹. Podemos dizer que, dominando a história constitucional americana e brasileira, Lêda Boechat Rodrigues ofereceu imagens vivas sobre a Suprema Corte norte-americana e sobre o Supremo Tribunal Federal, que nos permitem ainda hoje “avaliar a importância desses Tribunais no desenvolvimento material e político dos respectivos países” (LIMA, 1977, p. 5)⁶².

O levantamento das obras de Lêda Boechat Rodrigues realizado até o momento indica que sua produção intelectual inclui ao menos 21 livros, 2 colaborações em livros coletivos, 11 opúsculos, 7 traduções de livros, 12 traduções de artigos sobre direito americano, arquivos e arquivologia, e cerca de 33 artigos publicados que giraram em torno de temas como a

⁶⁰ RODRIGUES, Lêda Boechat. *História do Supremo Tribunal Federal*. Vol. 4, tomo I: 19330-1963. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002. p. 25-26.

⁶¹ Apesar de ter partido do modelo apresentado pelo instrumento jurídico inglês, no Brasil o termo seguiu contornos bem particulares e teve sua dimensão amplamente alargada. Na vigência da Constituição Federal de 1891, encabeçado por Ruy Barbosa, o *habeas corpus* se estenderia para além dos limites tradicionais da liberdade de ir e vir, alcançando a proteção dos direitos políticos e humanos em geral e o controle de legalidade de atos do poder público. Embora o texto original tenha sido alvo de restrições e reformas, a doutrina do *habeas corpus* brasileiro continuaria vigente até os dias atuais. No terceiro volume de *História do Supremo Tribunal de Federal*, Lêda Boechat Rodrigues defende a ideia que essa seria a maior criação jurisprudencial brasileira. RODRIGUES, Lêda Boechat. *História do Supremo Tribunal Federal*. Vol. 3. “A Doutrina Brasileira do Habeas Corpus. (1910-1930).” Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1991.

⁶² LIMA, Hermes. A Suprema Corte na Constituição Americana. *Jornal do Commercio*, Rio de Janeiro, domingo e segunda-feira, 18 e 19 de setembro de 1977. Edição 00293, p. 5.).

condição feminina, o direito norte-americano, os direitos humanos no Brasil e nos Estados Unidos e os problemas sociais brasileiros. É importante ressaltar que a ausência de organização prévia sobre as obras da autora ainda implica em uma estatística incompleta de suas produções, o que reflete em uma biobibliografia inacabada e dispersa em jornais, periódicos e nos relatos presentes nas próprias obras da autora.

É inegável que a formação intelectual e política de Lêda Boechat Rodrigues esteve diretamente influenciada pelos ideais norte-americanos, principalmente no que diz respeito a existência de uma linha ideológica liberal no interior de seu pensamento e escritos. De modo geral, as influências que constituíram o seu percurso acadêmico e profissional expressam-se em uma vasta bibliografia que transitou entre o direito norte-americano, os direitos humanos, as liberdades civis e a história do Supremo Tribunal Federal. Essas referências, por sua vez, podem ser notadas pela frequente expressão de crença na Suprema Corte e no Direito como mecanismos e meios de garantia da democracia. Tais expressões podem ser observadas mais de perto nas obras *A Corte Suprema e o Direito Constitucional Americano*, publicada em 1958, e *A Corte de Warren (1953-1969): Revolução Constitucional*, de 1986. Para Lêda Boechat Rodrigues, “a Suprema Corte representava um exemplo admirável de crença nos valores da tolerância, da justiça e da igualdade” (RODRIGUES, 1991b, p.126).

Os livros mais conhecidos de Boechat são: *Direito e Política: os Direitos Humanos no Brasil e nos Estados Unidos*, que se trata de uma coleção de ensaios próprios, publicado em 1977 e *História do Supremo Tribunal Federal*, dividido em quatro volumes, cujo primeiro foi publicado em 1965 e o último em 2002. Ambos os livros tiveram uma enorme recepção entre os intelectuais da época. A *História do Supremo Tribunal Federal* tratou de temas como a defesa das liberdades civis, a defesa do federalismo e a doutrina do Habeas Corpus. Nesta obra, a luz dos ideais norte-americanos, Lêda Boechat Rodrigues pensa as questões nacionais, os dilemas, os desafios e os problemas da sua própria pátria. Inspirada por uma suposta vitalidade democrática⁶³ dos EUA e pelo papel desempenhado pela Suprema Corte Norte-

⁶³ Em seu ensaio *O poder judiciário americano*, disponível no livro *Direito e Política. Os Direitos Humanos no Brasil e nos Estados Unidos*, Lêda Boechat comenta sobre a capacidade que a democracia americana demonstrava de se autocorrigir. De acordo com a autora, os Estados Unidos, e em especial o Poder Judiciário, possuíam uma vitalidade democrática que podia ser percebida através da flexibilidade de mudança social, de modo que essa flexibilidade podia ser traduzida na capacidade de se corrigir e adaptar-se às novas conjunturas. RODRIGUES, Lêda Boechat. *Direito e política: Os Direitos Humanos no Brasil e nos Estados Unidos*. 2. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1991b, p.127-137.

Americana, a autora defenderá a ideia de que o Supremo Tribunal Federal poderia se tornar uma instituição de esperança para a democracia e a nação brasileira.

1.3.4. Historiadora ou colaboradora?

Lêda Boechat Rodrigues também foi coorganizadora do texto parlamentar *O Parlamento e a Evolução Nacional*, redigido com a coorganização de José Honório Rodrigues e colaboração de Octaciano Nogueira. Somam-se a suas produções de destaque as traduções *O Pensamento Vivo de Jefferson*, de John Dewey, publicado em 1942 e *A avaliação dos documentos públicos modernos*, texto de Theodore Roosevelt traduzido em 1959.

Durante os 46 anos de casamento, Lêda Boechat Rodrigues atuou como colaboradora, organizadora e digitalizadora dos trabalhos de José Honório Rodrigues. Após o falecimento do marido, a intelectual foi responsável por coordenar, organizar os arquivos e publicar as obras que ainda não haviam sido publicadas, como a segunda parte (vol. II) da *História da História do Brasil*, formada pelo tomo I, *A Historiografia Conservadora*, e o tomo II, *A Metafísica do Latifúndio: o ultra-reacionário Oliveira Vianna*, lançados ainda em 1988. Além destes trabalhos, Lêda Boechat Rodrigues publicou e organizou várias obras póstumas sobre José Honório Rodrigues. Dentre elas podemos citar: *A coletânea Ensaio Livres*, organizada por ela e publicada em 1991; o livro *José Honório Rodrigues: um historiador na trincheira*, que publicou junto com José de Arruda Mello, em 1994; *Correspondência de José Honório Rodrigues*, organizado por ela e publicado em 2000 e *Nova Correspondência de José Honório Rodrigues*, publicado em 2004 na coleção Austregésilo de Athayde da Academia Brasileira de Letras.

Via de regra, as nuances sobre a participação e colaboração de Lêda na carreira de José Honório Rodrigues ficam obscurecidas pelo vulto de sucesso da carreira do historiador. Esses apagamentos produzidos por essa galeria de espelhos serão melhores trabalhados nas seções posteriores, onde me dedicarei a pensar de modo mais específico as implicações da relação afetiva e intelectual na constituição da sua produção de si mesma enquanto historiadora. Contudo, caberia já ressaltar que o trabalho empenhado pela historiadora seria parte fundamental do processo de monumentalização direcionado a José Honório e sua obra.

De forma geral, observa-se que, embora ela tenha sido em grande parte responsável por erigir essa obra-monumento sobre o historiador, essas participações ficam por vezes obscurecidas, sendo possível notá-las apenas nos bastidores das obras, como nos prefácios e nas notas, e em raros documentos dispersos. Quanto à participação de Lêda Boechat Rodrigues nas obras póstumas publicadas do e sobre o esposo, na passagem abaixo, retirada do prefácio do primeiro volume da correspondência, é possível ter uma breve noção do papel por ela desempenhado:

Toda a correspondência profissional de José Honório estava arranjada em ordem alfabética em arquivos de aço. Para publicação arrumei-a em ordem cronológica. Aparecem as cartas em seis línguas: português, francês, espanhol, holandês e alemão. Traduzi as escritas em inglês, francês, holandês e alemão. (RODRIGUES, 2000, p.16)

A luz sobre esses acontecimentos e situações que compuseram sua trajetória nos permitem traçar algumas conclusões sobre o seu processo de constituição enquanto historiadora. Em linhas gerais, podemos dizer que Lêda Boechat (Rodrigues) construiu uma vida acadêmica ativa e notável, de modo que ao fim da década de 1990 já era reconhecida pelos críticos acadêmicos e literários como a maior escritora e pesquisadora brasileira dedicada a história do Judiciário (UR-GENTE, 1991, p. 9)⁶⁴. Entretanto, na contramão, não é estranho para nós que esta continue ausente nos espaços de recordação e nos cânones da história da historiografia. No ano de 1969, o noticiário do Diário de Notícias (RJ) mencionava uma campanha em favor da elegibilidade feminina na Academia Brasileira de Letras. Ao questionar a impossibilidade das mulheres intelectuais se candidatarem às cadeiras vagas na ABL, o noticiário exibia a seguinte mensagem: “É dos estatutos que homem pode ser imortal; mulher não” (HOLANDA, 1969, p. 1)⁶⁵. Em meio às manifestações contrárias à presença exclusivamente masculina de intelectuais, estava o nome de Lêda Boechat como uma das escritoras cogitadas a ingressarem na Academia. Em novembro de 1969, outra notícia⁶⁶ no mesmo jornal aponta a não concretização da demanda e reforça a nítida segregação por gênero:

⁶⁴ UR-GENTE. *Tribuna da Imprensa*, Rio de Janeiro, segunda-feira, 28 de janeiro de 1991. Edição 12641, p. 9.

⁶⁵ HOLANDA, Nestor de. Telhado de vidro. *Diário de Notícias*, Rio de Janeiro, quarta-feira, 22 de janeiro 1969. 2. caderno, edição 14161, p. 1.

⁶⁶ POT-POURRI. *Diário de Notícias*, Rio de Janeiro, sábado, 29 de novembro de 1969. 2. seção, edição A14436, p. 5

Lêda Boechat que poderia pertencer à Academia caso as mulheres tivessem acesso à Casa de Machado de Assis, pede que as convidadas à posse do marido, José Honório Rodrigues, dia 5, compareçam de vestido longo. (POT-POURRI, 1969, p. 5)

Além das barreiras à elegibilidade feminina, a situação chama atenção para a eleição de José Honório Rodrigues e evidencia, contraditoriamente, o papel que foi reservado à Lêda Boechat Rodrigues na ABL. Essa negligência das mulheres intelectuais por parte da crítica e da historiografia, exemplificava, assim, um fenômeno recorrente nos meios acadêmicos brasileiros. Em certo sentido, o que os vetos à candidatura de Lêda Boechat representam são as estruturas misóginas que acortinavam o reconhecimento intelectual. No caso das mulheres que mantinham relações conjugais com intelectuais do sexo masculino, subtendia-se uma certa relação hierárquica na qual um era mais importante que o outro. Ao lado de José Honório Rodrigues, portanto, Lêda Boechat aparecia não como intelectual, mas como esposa incumbida da função de proteger seu “imortal”⁶⁷.

É importante ressaltar que a impossibilidade de se candidatar à ABL não exemplificava um episódio incomum. Como mostra Fanini (2010) esta situação representava um comportamento já esperado dentro da instituição. Desde seu projeto inaugural, as diretrizes da academia Brasileira de Letras seguiram padrões marcadamente androcêntricos que permaneceram inalterados por um longo período de tempo. Embora elegibilidade feminina fosse pauta recorrente nas seções acadêmicas, as reais possibilidades das candidaturas permaneceram fora de cogitação até meados da década de 1970⁶⁸. Mesmo que nomes femininos como Rachel de Queiroz e Dinah Silveira de Queiroz tivessem conseguido se tornar membras efetivas da Academia Brasileira de Letras, as barreiras relativas ao gênero ainda perduraram por muito tempo.

Nos anos 2000, período no qual já era admito as candidaturas femininas, Lêda Boechat Rodrigues foi indicada novamente à Academia, desta vez para preencher a cadeira vaga pelo falecimento de Afrânio Peixoto. O desfecho⁶⁹, não foi diferente:

⁶⁷ Na Academia Brasileira de Letras, “imortal” era o termo utilizado para se referir aos homens integrantes.

⁶⁸ A definitiva supressão do adendo limitativo à candidatura feminina data de 1976, exatamente um ano antes da eleição que consagrou Rachel de Queiroz como a mulher a ingressar na Academia Brasileira de Letras. FANINI, Michele Asmar. A (in)elegibilidade feminina na Academia Brasileira de Letras: Carolina Michaëlis e Amélia Beviláqua. *Tempo Social*, revista de sociologia da USP, v. 22, n. 1, p. 170.

⁶⁹ FERNANDES, Hélio. A Academia no limite da crise: Entre suas vagas e uma presidência, a imortalidade se muda para a realidade. *Tribuna da Imprensa*, Rio de Janeiro, quarta-feira, 24 de agosto de 2000. Edição 15499, p. 3

Barbosa Lima Sobrinho (foi dele a saudação a José Honório quando entrou para a Academia) fez os maiores elogios a Leda. E depois disse, sem pedir sigilo "que votaria nela numa próxima vaga". Entre todos os títulos, Leda Boechat Rodrigues ainda tem esse: era candidata do decano da Academia, uma das grandes figuras (a maior) do seu tempo. Agora dizem: "A vaga de Afranio não é uma vaga para mulher". Ora essa, e existe vaga para mulher e para homem? Leda vai entrar, certo e garantido, mas não agora. Os deuses da Academia, todos imortais, decidiram que esta vaga "teria que ser de um filólogo". um filólogo, exclamaram. E como Bechara estava à mão, será eleito, sem concorrentes, sem adversários, sem lenço nem documento. (FERNANDES, 2000, p. 3)

Nenhuma certeza, garantia, tampouco a “imortalidade”. Lêda faleceu no ano de 2014 sem entrar para Academia e o lugar reservado a ela na memória social e nos cânones disciplinares, fora do âmbito restrito das ciências jurídicas, ainda é subjugado preminentemente como a de companheira e colaboradora na obra do marido, José Honório Rodrigues.

1.4 COMPANHEIRISMO INTELECTUAL E CONJUGALIDADE: PONTOS DE TENSIONAMENTO

Certa vez, por volta de 1978, José Honório perguntou como era minha vida, e ao saber que Amável cuidava de tudo que dissera respeito às atividades práticas, assegurando-me exclusiva dedicação aos estudos, assim me manifestou: “Ah! Assim você vai progredir à bessa!”.”

(José Octávio de Arruda Mello, 1994)

Mesmo presumindo a alta qualificação e a condição social favorecida⁷⁰, Lêda Boechat Rodrigues, assim como Amável, não estaria livre das expectativas de que as mulheres tivessem que dedicar seu tempo e suas faculdades sempre à disposição da família e do esposo.

⁷⁰ Como indica Biroli (2014), o sentido e as formas de organização da esfera doméstica não variam apenas de acordo com o gênero, mas também com a condição de classe e o recorte social disponível. Entre as camadas mais pobres da população, por exemplo, as convenções de gênero, restrições e experiências assumem conotações significativamente diferentes daquelas experimentadas pelas poucas mulheres que puderam ter acesso à autonomia e remuneração proveniente de suas próprias carreiras profissionais.

Por vezes em detrimento de suas próprias realizações profissionais e intelectuais, as atribuições resultantes do convívio ao lado de José Honório Rodrigues seriam, inquestionavelmente, umas das fortes marcas que acompanhariam a carreira da jurista e historiadora. Entre as dimensões conjugais e intelectuais de seu companheirismo são diversas as tensões que exprimem, parafraseando a cientista social Flávia Biroli (2014), como o mundo dos afetos pode ser também aquele em que muitos abusos acontecem e são perpetuados em nome da privacidade e da autonomia da entidade familiar.

Longe de compor um quadro isolado, o caso de Lêda faz parte das inúmeras ocorrências em que a organização das relações na vida privada constituiu, ou ainda constitui, barreira à participação partidária das mulheres na vida pública. Embora ela estivesse isenta do trabalho feminino com a vida doméstica e com o cuidado dos filhos⁷¹, não há como negar que as barreiras à sua visibilidade na agenda pública e nos debates acadêmicos estariam também associadas ao tempo que a intelectual despendia no trabalho, não remunerado, ao lado do esposo. Por outro lado, é possível dizer que seria esse mesmo trabalho empenhado por seu companheirismo que permitiria a José Honório alcançar com êxito as exigências profissionais e intelectuais necessárias para construção de sua carreira. Isso parece sugerir, como pontua Biroli (2014), que a dedicação e a restrição de alguns à vida privada seria necessária para garantir a liberdade e a autonomia de outros.

Expor essas histórias não contadas na construção da vida pública permite compreender, portanto, como essas fronteiras entre público e privado implicam em normas diferenciadas para homens e mulheres. Em certa medida, contestar a suposta naturalidade dos valores que operam a esfera pública é uma forma de identificar como a dimensão do afeto encoberta as relações de poder das esferas domésticas e familiares. Para os casais que compartilharam os ambientes acadêmicos, essas percepções revelam como os estereótipos de gênero foram responsáveis por naturalizar os papéis atribuídos aos homens e às mulheres no decorrer de sua vida conjugal e intelectual. Não é por acaso que o papel de secretárias e companheiras, por muito tempo, foi visto como um traço recorrentemente atribuído ao sexo feminino. Garantindo aos homens o pleno exercício na vida pública e assegurando o seu

⁷¹ Lêda Boechat e José Honório Rodrigues não tiveram filhos. Em uma das notas no livro *Correspondência de José Honório Rodrigues* (2000) Lêda relata que desenvolveu uma gravidez tubária no ano de 1945. De acordo com a autora, a condição, agravada por uma hemorragia interna, lhe provocou um grave problema de saúde que a deixou a beira da morte, ao qual foi necessária uma intervenção operatória.

sucesso intelectual, os estereótipos dessa função estariam na base das diferenças hierarquizadas entre os sexos.

Desmascarar essa “falsa neutralidade de gênero”, para usar aqui o termo empregado por Okin (2008), seria, assim, uma das maneiras para entender como essas relações, aparentemente “voluntárias” e “espontâneas”, reproduzem complexos padrões de autoridade e subordinação. Nesse sentido, a luz sobre a convivência de Lêda e José Honório pode ser útil para revelar que a esfera privada se coloca não só como um espaço de relações desinteressadas, definida como um local de afeto e pactuação entre indivíduos formalmente livres (BOROLI, 2014, p. 36). Na intersecção entre os dois ambientes – casamento e trabalho – essa sinuosa experiência pode engendrar também uma ética distinta que reproduz sintomáticas relações de submissão e alienação das atividades das mulheres na vida privada.

1.4.1 O estereótipo da “esposa assistente”

Com os meus cursos de Direito, Ciências Sociais na Faculdade de Filosofia, Jurisprudence na Faculdade de Direito da Columbia University, Seminário de Direito na Universidade do Texas e Biblioteconomia na Biblioteca Nacional, além dos meus conhecimentos de línguas estrangeiras, estive sempre a seu lado, como manda a Igreja no momento da celebração do casamento: “para a saúde e a doença, para a vida e a morte”, acrescentando – para a consecução de seu destino de grande historiador. (RODRIGUES; MELLO, 1994, p. 133)

Athénais e Jules Michelet, Suzanne e Lucien Febvre, Beauvoir e Sartre, Marianne e Max Weber, Berta e Darcy Ribeiro... Seja em relações mais igualitárias ou em complexas relações de tensão, poderíamos citar aqui uma infinidade de casais que compartilharam entre si as esferas do companheirismo intelectual e da conjugalidade. Em relação aos homens historiadores especificamente, aproximando-se aqui de nosso recorte, não é difícil encontrar casos nos quais suas esposas trabalharam assiduamente em seus projetos, atuando como secretárias ou até mesmo escrevendo elas próprias as obras de seus respectivos maridos. Ao descortinar as neblinas do romantismo, o que vemos é que durante muito tempo a tópica da esposa assistente imperou como um fenômeno sobre a memória social do sexo feminino. No caso das relações intelectuais entre casais que envolviam a produção de textos em coautoria, como pontua Smith (2003), essas mulheres corriam constantemente o risco de serem

encobertas ou apagadas pela persona do marido, sendo comum que a voz autoral ouvida fosse apenas a masculina.

Conforme pontua Liblik (2017), embora as mudanças socioculturais de final do século XIX e início do século XX tenham permitido melhores condições para que as mulheres historiadoras realizassem suas pesquisas e cuidassem de sua profissão, essas conexões entre reconhecimento e gênero continuariam a atravessar o desenvolvimento das carreiras acadêmicas de mulheres intelectuais. Por trás de figuras “notórias” do sexo masculino, assistidos por suas esposas, não raro é possível constatar o caráter coletivo e colaborativo que cerceou as obras de diferentes intelectuais. A fim de assegurar ao marido a consecução de uma carreira e o reconhecimento enquanto grande historiador, as contribuições intelectuais e a dedicação dessas mulheres ficavam escondidas sob máscaras da genialidade masculina. No caso das mulheres que não abriram mão de suas carreiras individuais, suas obras ficavam, quase sempre, relegadas a um reconhecimento já obtido por seus maridos, o que ceifava as pequenas aberturas existentes ao seu desenvolvimento acadêmico e intelectual.

É pensando como essas relações conjugais perpassaram as condições de formação e atuação das mulheres intelectuais que pretendo aqui analisar como Lêda Boechat articulou as interpolações entre sua carreira acadêmica individual e a parceria conjugal com José Honório Rodrigues. Casados por 46 anos, Lêda construiu seu lugar e carreira ao lado do historiador, desenvolvendo uma relação de colaboração e companheirismo. Entretanto, embora ela tenha desenvolvido uma brilhante trajetória acadêmica e profissional, sua carreira foi inevitavelmente marcada pelos ecos da carreira do homem com quem escolheu se casar. A questão de fundo que norteia essa seção, portanto, será a de analisar como Lêda se posiciona frente a esses desdobramentos, de modo a identificar como e quando ela assume para si própria a causa de fazer da obra de José Honório a “sua”. O que vemos é que essa obra-monumento que a intelectual cria sobre José Honório Rodrigues se expande de modo a projetar uma sombra sobre sua própria trajetória intelectual, na qual a obra historiográfica de José Honório passa a ser o seu objeto. Em certa medida, este objeto historiográfico que Lêda preparou sobre o historiador foi o elemento principal que permite, ainda hoje, o acesso à obra e a este monumento. Isso implica dizer que, quando falamos de José Honório Rodrigues, as formulações já estão, inevitavelmente, na ordem do discurso de Lêda.

De antemão, gostaria de evidenciar um ponto que será fundamental para compreender o caso de Lêda Boechat Rodrigues e José Honório Rodrigues: ambos produziam de forma

autoral e se dedicavam individualmente às suas obras e carreiras. Meses atrás, vasculhando documentações da pesquisa, me deparei com uma matéria do jornal *Correio da Manhã* (RJ) publicado no ano de 1972 e intitulada “Elas protegem seus imortais”. A matéria noticiava como Lêda Boechat Rodrigues e outras duas mulheres, Jujuca Athayde e Ivonne Montello, se orgulhavam e ajudavam a manter a imortalidade de seus maridos intelectuais⁷². Em referência à Lêda, o jornal⁷³ dizia:

Também intelectual, como o marido, José Honório Rodrigues, escritora que é, tranquilamente se confessa “uma entidade autônoma”. Seus interesses são convergentes, mas cada qual possui seu trabalho. Ele, historiador, ela, mais dedicada a problemática jurídica. Mas não nega a influência de José Honório em seus trabalhos, pois da pesquisa histórica, nasce-lhe o gosto e a dedicação pelos fatos relacionados com o direito constitucional. (RIOS, 1972, p. 4)

Aqui ressalto duas questões. A primeira: o título de historiador é atribuído apenas a José Honório Rodrigues. Essa problemática sobre as virtudes que fazem de um autor de textos de história será abordada no próximo capítulo, mas cabe destacar que no ano de 1972 Lêda já se dedicava sistematicamente a estudar a história do Supremo Tribunal Federal, tendo publicado anteriormente, além das obras relativas à história do direito norte-americano, dois volumes do livro *História do Supremo Tribunal Federal*, respectivamente no ano de 1965 e 1968. A segunda questão, todavia, diz respeito ao fato de não haver na matéria nenhuma menção à colaboração e à efetiva participação de Lêda nas pesquisas e na carreira de José Honório Rodrigues. No geral, o que vemos é que pouco se fala sobre sua participação no trabalho de José Honório Rodrigues. Ao contrário disso, o que se evidencia são as influências que o marido exerceu em seus trabalhos.

Neste sentido, mesmo que Lêda se coloque em direção à elaboração de um projeto criativo autoral, essas passagens nos mostram como ela se localiza nesse lugar de tensionamento entre o papel desempenhado pelo seu companheirismo intelectual e sua condição enquanto intelectual autônoma. Essas questões aparecem nos prefácios, nas introduções e nas notas dos livros organizados sobre José Honório Rodrigues, ou publicados postumamente por Lêda Boechat Rodrigues, como sutis vestígios de seu trabalho enquanto

⁷² É por essa linguagem que os sujeitos em questões se relacionam em grande parte das fontes analisadas. As menções de Lêda a José Honório, seja nos noticiários ou nas obras organizadas pela historiadora frequentemente carregariam essa entonação romântica que enaltecia a figura do historiador e seu trabalho.

⁷³ RIOS, Marilda. *Elas Protegem seus imortais*. *Correio da manhã*, Rio de Janeiro, domingo e segunda-feira, 08 e 09 de outubro de 1972. Edição 24385, p. 4.

uma parceira intelectual. É nessas entrelinhas que a autora encontra voz para afirmar seu lugar frente a consecução do destino de José Honório enquanto um grande historiador e denunciar, por vezes, esses apagamentos que as próprias sombras do que viria a construir projetaram sobre ela.

São muitos os trechos nos quais a historiadora narra o relacionamento dos dois, narrativas essas sempre envoltas no ambiente acadêmico e intelectual e dotadas de um tom afetivo que irrompia, talvez em função do caráter melancólico e póstumos dos relatos, em ocasião de qualquer menção à José Honório Rodrigues. Dotada de um espírito crítico minucioso e aguçado, a Lêda participou ativamente da vida acadêmica do historiador. Nas palavras de Barbosa Lima Sobrinho, proferidas durante o discurso de posse na Academia Brasileira de Letras⁷⁴, Lêda permitiu que a história se tornasse uma espécie de “divindade familiar”, garantindo a José Honório um espaço de perfeita harmonia e um ambiente idílico em torno de assuntos graves e sérios.

1.4.2 “A obra dele é a minha própria”

O curso de Direito seria a ocasião que traria aos dois historiadores uma companhia, intelectual e conjugal, que perduraria até os últimos dias de suas vidas. Bacharelada em Direito, Lêda conheceu José Honório na Universidade do Rio de Janeiro, onde ele também estudava. Começaram a namorar em julho de 1935, durante uma embaixada de estudantes realizada na Bahia pelo Centro Acadêmico Cândido de Oliveira, do qual ambos faziam parte. Em 1940, em virtude da proposta de estudo que recebe do Prof. Jacques Lambert e sob a ameaça de um rompimento total caso a resposta fosse não, a intelectual pede José Honório para decidir-se se casaria com ela ou não⁷⁵. O namoro transformou-se em casamento no ano de 1941, durante as férias obrigatórias de Lêda do Supremo Tribunal Federal. De 1935 até ao falecimento de José Honório Rodrigues, viveram juntos mais de meio século e

⁷⁴ No prefácio do tomo II do segundo volume de *História da História do Brasil*, Lêda mobiliza esse discurso de Barbosa Sobrinho para ilustrar como ela participou ativamente da atividade acadêmica de José Honório na ABL. RODRIGUES, José Honório. *História da História do Brasil*. Volume II – Tomo 2: A metafísica do Latifúndio: O Ultra-reacionário Oliveira Viana. São Paulo: Editora Nacional, 1988a, p. XIII.

⁷⁵ Essa passagem é narrada por Lêda no primeiro capítulo de *José Honório Rodrigues: Um historiador na trincheira*. RODRIGUES, Lêda Boechat; MELLO, José Octávio de Arruda. *José Honório Rodrigues: um historiador na trincheira*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1994, p. 19.

compartilharam, na maior intensidade, “amor, emoção, trabalho intelectual, experiências de toda a ordem” (RODRIGUES, 2000, p.17).

Após o curso de Direito, a história torna-se, assim, o elo responsável por criar um laço de união entre as carreiras e interesses individuais do casal. A bolsa de estudos que José Honório Rodrigues recebe da Fundação Rockefeller no ano de 1943 seria uma das primeiras situações na qual os intelectuais, agora casados, presenciariam efetivamente esses entrecruzar dos interesses alheios. Por um lado, a experiência foi fundamental para que Lêda conhecesse de perto a Suprema Corte. Localizado em Washington, as visitas ao tribunal renderam a ela o livro *A Corte Suprema e o Direito Constitucional Americano* e serviu como fonte de inspiração para os estudos posteriores sobre a História do Supremo Tribunal Federal. Na contramão, Lêda era situada entre as suas atividades de pesquisa e as tarefas acadêmicas de José Honório. Pela manhã, como relata, seu tempo era destinado a ajudar o marido no escritório da Faculdade e o ritmo e destino, desta e de outras viagens⁷⁶, seguiam invariavelmente a agenda por ele demandada. Na volta para o Brasil, a viagem passou por Belém e seguiu para Recife, a fim de que José Honório pudesse consultar os documentos trazidos da Holanda que estavam presentes no Instituto Arqueológico e Geográfico Pernambucano. Nessa ocasião, a historiadora foi responsável por datilografar⁷⁷ várias peças escolhidas por ele e que lhe seriam úteis na realização das suas pesquisas sobre a Historiografia e bibliografia do domínio holandês no Brasil.

Embora não seja possível afirmar com precisão em que medida esse apressado de José Honório Rodrigues pelos temas da historiografia nacional seria responsável também por impulsionar a guinada na carreira de Lêda Boechat Rodrigues aos temas da história do direito brasileiro e promover o gradativo distanciamento dos temas relacionados aos Estados Unidos e à Suprema Corte Norte-Americana, algumas considerações podem ser colocadas sobre. Como relatado pela autora no Tomo I do segundo volume de *História da História do Brasil*, era nítido o desinteresse de José Honório pelos estudos referentes aos EUA e o apelo para que Lêda direcionasse suas pesquisas para estudar o Brasil:

⁷⁶ Durante várias passagens sobre as viagens do casal, é possível perceber que Lêda também aproveitava as estadias em prol de suas pesquisas, embora os locais fossem primariamente escolhidos a partir dos interesses de José Honório.

⁷⁷ Seja em relação aos arquivos ou as próprias obras de José Honório Rodrigues, recorrentemente Lêda Boechat Rodrigues assumia a função de datilógrafa. Cabe destacar, entretanto, que a intelectual não gostava desta função e a assumia apenas em caso de necessidade. Esse fato que pode ser observado no trecho a seguir: “Sempre que havia urgência era eu a datilógrafa. Eu fazia, mas detestava tal tarefa, porque sou péssima datilógrafa.” (RODRIGUES, 1988a, p. XXIX).

Diante de uma notícia desagradável, interrompia-a dizendo: "Este assunto não me interessa". Ouvi várias vezes esta frase, quando falava sobre os EUA. Ele achava que eu devia estudar o Brasil e não a Suprema Corte americana. (RODRIGUES, 1988b, p. XXX)

Após a década de 60 o que se observa é que parte significativa dos estudos de Lêda Boechat Rodrigues passaria a estar direcionada à história do judiciário brasileiro ou à história comparada do direito e política no Brasil e nos Estados Unidos. Os estudos direcionados exclusivamente à história constitucional do direito norte-americano, apesar de permanecerem presentes como tema de estudos, perderiam aos poucos a centralidade em sua trajetória intelectual.

Em 1946, quando José Honório Rodrigues foi nomeado Diretor da Divisão de Obras Raras e Publicações da Biblioteca Nacional, Lêda Boechat Rodrigues passou a acompanhar de perto tudo o que se passava na Biblioteca Nacional. Em seus relatos, a intelectual menciona que José Honório chegava ao ponto de rejeitar as secretárias, encarregando a ela a correspondência da repartição para ser feita. Durante a *Exposição Capistrano de Abreu*, idealizada por José Honório e que culminaria posteriormente em sua demissão⁷⁸, Lêda se tornou a responsável pelo trabalho com a correspondência de Capistrano. No dia do evento, ela se pôs ao telefone e convocou pessoalmente uma ampla gama de intelectuais, escritores, historiadores e biógrafos para dar importância e brilho à abertura da mostra.

O ano de 1955 também seria um importante reflexo das faces do companheirismo intelectual de Lêda. Ocupado pelo curso da Escola Superior de Guerra, a intelectual acompanhou com atenção todos os folhetos classificados e os relatos de José Honório impressionado com as conferências e com a revelação da atualidade brasileira. Além da astuta capacidade de escuta e do preparo intelectual para debater assuntos complexos, a jurista também atuou como uma ferrenha supervisora dos trabalhos de José Honório Rodrigues. A introdução do segundo volume de *História da História do Brasil*, publicado por Lêda em

⁷⁸ De acordo com Lêda, a demissão ocorreu porque um dos assessores do Ministro da Educação se sentira prejudicado por um ato administrativo realizado por José Honório na véspera da Exposição Capistrano de Abreu. No dia seguinte, em um ato de vingança, o Ministro da Educação, que tardava a comparecer na cerimônia e por isso fora diretamente intimado pela Biblioteca Nacional, demitiu José Honório da Direção Geral Interina da Biblioteca. RODRIGUES, José Honório. *História da História do Brasil*. Volume II – Tomo I. A Historiografia Conservadora. São Paulo: Editora Nacional, 1988b, p. XIX-XXI.

caráter póstumo, nos permite identificar esse movimento autoral de Lêda empenhado nas obras do marido:

Seu açoitamento quando acabava de escrever qualquer trabalho era tal, que nunca se detinha para revê-lo. Tinha pressa de entregá-lo. Eu lhe sugeria rever, dizia que havia repetições. ‘Eu gosto de repetir e não gosto de rever’, respondia-me. (RODRIGUES, 1988b, p. XXV).

Em oposição à escrita afoita do historiador, o talento organizativo e sistemático de Lêda a colocava como uma revisora eficiente e precisa, apontando erros e evitando lapsos na escrita do marido. José Honório foi autor de várias publicações e Lêda acompanhou de perto cada uma delas. Como resultado e sintoma dessa minuciosa dedicação, no ano de 1955 a intelectual já havia publicado uma completa bibliografia de José Honório Rodrigues⁷⁹.

Após a nomeação de José Honório Rodrigues para diretor do Arquivo Nacional (1958-1964), a participação de Lêda também seria fundamental para o estabelecimento uma política nacional de arquivos. Ao atuar na tradução de obras, seu conhecimento de línguas, a sólida cultura e o preparo de historiadora foram essenciais para o desenvolvimento do que Francisco Iglésias (1988) chamou, em um movimento de exagero e exaltação⁸⁰, como o período “mais notável da casa [...] e um dos momentos mais felizes da administração pública no país” (IGLÉSIAS, 1988, p.59). No geral, grande parte das obras básicas do Arquivo foram traduzidas por Lêda Boechat Rodrigues. Prezando pelo companheirismo de sempre e trabalhando três meses por tempo integral, foi tradutora de 14 folhetos, reviu os poucos que haviam sido traduzidos anteriormente por funcionárias do Arquivo Nacional e traduziu o volume de *Os Problemas Arquivísticos do Governo Geral do Brasil*⁸¹, de Theodor Roosevelt Schellenberg, publicado em 1960 pelo Arquivo Nacional.

⁷⁹ RODRIGUES, Lêda Boechat. Bibliografia de José Honório Rodrigues. *RIHGB*, Rio de Janeiro, V. 227, abr./jun. 1955, p. 361-391,.

⁸⁰ É necessário colocar em questão o caráter generalizante e tendencioso dessa afirmação. Embora José Honório Rodrigues seja reconhecido até hoje por grande parte dos arquivistas, sua trajetória no Arquivo Nacional foi acompanhada de polêmicas e desafetos. Portanto, considerar a administração de José Honório enquanto o período mais feliz e notável da casa diz mais sobre as relações pessoais entre os dois acadêmicos do que sobre um consenso quanto o caráter de sua administração. IGLÉSIAS, Francisco. *José Honório Rodrigues e a historiografia brasileira*. Estudos Históricos, Rio de Janeiro, v. 1 n. 1, 1988, p. 55-78.

⁸¹ SCHELLENBERG, Theodore Roosevelt. *Problemas arquivísticos do governo brasileiro*: relatório apresentado ao diretor do Arquivo Nacional. Trad. Leda Boechat Rodrigues. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 1960. (Publicações técnicas).

Entretanto, os frutos desse companheirismo intelectual não tardariam a ser convertidos em fortes tensões entre ela e José Honório Rodrigues. A habilidade com os arquivos e o trabalho documental havia rendido ao casal um contrato para a elaboração do *Índice de Pernambuco* e do *Índice do Ceará*. Ambas as obras foram feitas em conjunto pelo casal. Anos depois, por meio de uma nota de rodapé no livro *José Honório Rodrigues: um historiador na trincheira*, enquanto analisava uma das cartas enviadas a Amaro Quintas, a autora relata sua indignação ao ver que o *Índice da Revista do Ceará* tinha sido publicado apenas com autoria de José Honório Rodrigues, ocultando sua colaboração:

José Honório não preparou sozinho os dois índices das Revistas de Pernambuco e do Ceará. Preparou-os em co-autoria comigo. Ele mesmo afirmou nas Explicações que antecedem os dois volumes que foram feitos “desde o início em colaboração com Lêda Boechat Rodrigues”. Rubem Borba de Moraes, contratou primeiro o Índice de Pernambuco e depois o do Ceará, por dez contos de réis cada um; fizemos o trabalho e terminamos em 1944-1945. Quando saíram de nossa casa as duas folhas de rosto traziam nossos dois nomes. Foi, pois, com a maior surpresa que os vi publicados em 1959 e 1961 apenas com o nome de José Honório Rodrigues. Durante muito tempo suspeitei que meu nome pudesse ter sido tirado em Pernambuco e no Ceará. Está frase: “também preparado por mim” faz-me pensar que José Honório colaborou para a exclusão do meu nome. Resta-me apenas dizer: Sem comentários! (RODRIGUES; MELLO, 1994, p. 52)

Apesar dessas tensões, Lêda continuaria a usar sua experiência nos organismos de pesquisa para auxiliar o marido em suas atividades acadêmicas e intelectuais. Quando José Honório Rodrigues foi encarregado do preparo de *O Parlamento e a Evolução Nacional*⁸², como as fontes recolhidas eram muito volumosas e estavam completamente desordenadas, coube à Lêda traçar um plano de classificação para publicação dos volumes. Responsável pela elaboração da coletânea, José Honório resolveu adotar o plano por ela apresentado. Publicados em 1972, Lêda, ao lado de Octaciano Nogueira, teve ativa participação na obra e foi classificada como coautora dos quatro últimos volumes, sendo eles, respectivamente: vol. 2 (Tomo I e II), *A construção legislativa (1826-1840): Seleção de textos parlamentares*; vol. 3 (Tomo I e II), *A evolução política e os poderes do Estado (1826-1840): Seleção de textos parlamentares*; vol. 4 (Tomo I e II), *Reformas constitucionais e a maioria de D. Pedro II (1832-1840): Seleção de textos parlamentares* e vol. 5 (Tomo I), *Índice onomástico e remissivo*. Como resultado de seus esforços e participação, o acurado trabalho empregado na

⁸² RODRIGUES, José Honório; RODRIGUES, Lêda Boechat; NOGUEIRA, Octaciano. *O parlamento e a evolução nacional*. 5 v. em 8 t. Brasília: Senado Federal, 1972.

elaboração da obra rendeu à ela e ao marido uma Medalha do Congresso, concedida por Petrônio Portela logo após a publicação dos volumes.

Esse companheirismo intelectual de Lêda passaria a assumir uma nova fase. Após o derrame cerebral sofrido por José Honório Rodrigues aos 22 de maio de 1986. Hemiplégico e com a fala prejudicada, seguiu para o historiador um tempo de sofrimento e paciência. Sem condições de trabalhar e dependente da parceria incontestável de Lêda e do auxílio de suas empregadas domésticas, José Honório alimentava de longe a esperança de retornar aos seus trabalhos no futuro. Passado algum tempo e após pequenos sinais de melhoras, chegaram as provas do segundo volume de *História da História do Brasil, Tomo I: Historiografia conservadora*. Com a ajuda de Lêda, o historiador conseguiu resolver a maior parte das dúvidas levantadas pelo revisor da editora. Entretanto, quando as provas do *Tomo II* ficaram prontas, José Honório já estava internado pela segunda vez e seu estado de saúde era gravíssimo. Ciente da condição e distante do marido, Lêda iniciara ela mesma a revisão:

Quando lhe disse que as recebera e iniciara a revisão, advertiu-me: “Mesmo que você a termine, não devolva o texto antes que eu volte para casa. Quero ver o volume”. Voltou dias depois, num sábado, mas nem quis vê-lo. Na segunda-feira autorizou-me a devolver para São Paulo o texto revisto (RODRIGUES, 1988b, p. XVII-XVIII).

José Honório Rodrigues morreu no dia 6 de abril de 1987, antes da publicação dos referidos tomos. Após seu falecimento, Lêda colocou de lado de seus projetos, com renovada dedicação, e encarregou-se da publicação póstuma das obras de José Honório. Como aponta José Octávio de Arruda Mello (1994), o fato de os dois tomos terem sido revistos e publicados por Lêda Boechat Rodrigues é um indicativo inicial das responsabilidades por ela assumida após a morte do marido. Nas próprias palavras da jurista, essas responsabilidades ecoam como as vozes de um destino a ser trilhado por ela a partir de então: “Morto José Honório, fiquei sozinha. Sem amor e sem descendentes, somente um consolo e um prazer me restam: trabalhar muito e sempre, sem descanso, na Obra dele e na minha própria” (RODRIGUES, 2000, p. 18).

O destino de Lêda Boechat Rodrigues não seria, todavia, diferente dessa sentença. Quinze dias após a morte de José Honório, Lêda já começara a se dedicar, em tempo integral, a preparar a correspondência trocada entre ele e outros professores e historiadores para a

publicação. O trabalho com o arranjo das cartas durou dois anos. No dia 6 de abril de 1989, em ocasião do segundo aniversário de morte do marido, a historiadora entregou ao Editor da Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (IHGB), Professor Mário Camarinha, três mil e duzentas cartas organizadas todas em ordem cronológica. Como se dedicou a esse trabalho em tempo integral, neste período suas obras próprias passam por uma pequena pausa. Em 1991, no jornal Tribuna da Imprensa (RJ), um noticiário falava sobre a demora da autora de *História do Supremo Tribunal Federal* em publicar o terceiro volume da coletânea. Indagada sobre os motivos que levaram a uma diferença de 23 anos entre a publicação do segundo e do terceiro volume do livro, na própria resposta de Lêda, já havia uma indicação:

Além do mais, esses 23 anos de intervalo foram trabalhosos para Lêda. Houve a doença e a morte de seu marido, o historiador, acadêmico, jornalista e conselheiro da ABL, José Honório Rodrigues, dessa morte e da saudade de José Honório surgiram muitas complicações. (UR-GENTE, 1991, p. 9)

O que cabe indagar aqui, portanto, é como o uso do tempo no interior de sua relação conjugal com José Honório Rodrigues influenciou nas demandas e condições que lhe foram impostas. De modo geral, nas relações entre homens e mulheres intelectuais, o tempo assume uma dimensão material que repousa unilateralmente sobre os domínios do sexo masculino. Muito provavelmente, assim como na trajetória das mulheres historiadoras analisadas por Liblik (2017), em algum momento do casamento, Lêda Boechat precisou abdicar de suas atividades profissionais em benefício das necessidades e escolhas do marido. Nesse sentido, mesmo que Lêda tenha escolhido se posicionar ao lado de José Honório e tenha recebido deste o apoio e o companheirismo, podemos dizer que são inegáveis os conflitos e tensões que ela enfrentou na realização de sua vida profissional e afetiva. Em relação às restrições que o casamento impôs a José Honório Rodrigues, o que encontramos foi apenas uma correspondência onde ele mencionava que, em razão do trabalho de Lêda no Supremo Tribunal Federal, não poderia aceitar o convite para assumir a Cátedra de Estudos Brasileiros na Universidade de San Marcos⁸³.

Foi nesses misteres do companheirismo intelectual que Lêda deu continuidade ao relacionamento mantido com José Honório. Um ano após o falecimento do esposo, em abril

⁸³ Carta de José Honório Rodrigues a Orlando Leite Ribeiro (04/03/1960). RODRIGUES, José Honório. *Nova Correspondência de José Honório Rodrigues*. Organização, prefácio e traduções de Lêda Boechat Rodrigues; posfácio de Vamireh Chacon. Rio de Janeiro: Academia Brasileira de Letras, 2004. p. 92.

de 1988, a intelectual já havia publicado o segundo volume de *História da História do Brasil*, formado pelo tomo I, *A Historiografia Conservadora*, e o tomo II, *A Metafísica do Latifúndio: o Ultra-reacionário Oliveira Vianna*. Tempos depois, num exercício sistemático de catalogar e organizar toda a obra José Honório Rodrigues, a historiadora reuniu os artigos por ele publicados na revista *Brasil Açucareiro* e os textos resultantes do curso lecionado no Instituto Rio Branco, para publicá-los, respectivamente, nos livros *Capítulos da História do Açúcar no Brasil* e os *Capítulos das Relações Internacionais*⁸⁴. A coletânea *Ensaio Livres*, publicada em 1991, seria mais um de seus esforços em reunir os ensaios e artigos escritos ao longo da vida do historiador. Por meio de uma esmerada organização e técnica de biblioteconomia, a publicação dessas obras inéditas do marido foram fundamentais para o que conceituaremos nos próximos capítulos como a produção de um “cânone” em torno da figura de José Honório Rodrigues.

Quanto às obras sobre o historiador, a união entre a habilidade ensaística e a arquivística de Lêda renderia em 1994, em parceria com José de Arruda Mello, a publicação de *José Honório Rodrigues: um historiador na trincheira*. Nesta obra, José de Arruda relata que Lêda foi responsável por enviar-lhe, durante sete anos consecutivos, as cartas, os livros, as notas e as informações utilizadas para a composição do livro. Além disso, a intelectual também se encarregou de uma minuciosa leitura dos arquivos originais a fim de sanar os possíveis equívocos e podar os excessos. Outros dois livros também seriam elaborados por ela a partir da correspondência trocada entre o historiador e os correspondentes nacionais e estrangeiros: *Correspondência de José Honório Rodrigues* (2000) e *Nova Correspondência de José Honório Rodrigues* (2004).

No que diz respeito aos círculos intelectuais de José Honório, coube a Lêda manter ativa a correspondência com os grupos de estudos e instituições, nacionais e estrangeiras, com as quais o marido colaborara. Um dos exemplos dessas atuações foi o papel por ela assumido frente ao Grupo de Estudos José Honório. Junto às instituições culturais da Paraíba e do Nordeste, Lêda abasteceu a coordenação do grupo com visitas, *papers*, revistas e publicações que contribuíram para dar continuidade à repercussão das obras e carreira do historiador.

⁸⁴ Não foi possível encontrar menções exatas sobre a eventual publicação destes livros. As únicas ocorrências encontradas datam das etapas de elaboração que antecedem a publicação. Essas menções podem ser encontradas nas obras de Lêda Boechat Rodrigues e no artigo de Francisco Iglésias, *José Honório Rodrigues e a historiografia brasileira*, publicado em 1988 na revista *Estudos Históricos*. IGLÉSIAS, Francisco. José Honório Rodrigues e a historiografia brasileira. *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, v. 1 n. 1, 1988.

Do ponto de vista historiográfico, pensar como as habilidades intelectuais de Lêda Boechat serviram à construção do monumento a José Honório são questões que inevitavelmente vêm à tona quando nos debruçamos sobre o companheirismo intelectual desenvolvido pelo casal. Não há dúvidas de que, na esteira do reconhecimento acadêmico, a convivência com Lêda foi o elemento que sustentou a exclusividade e continuidade da história para José Honório Rodrigues. Embora esteja longe do meu objetivo, e muito provavelmente em contraposição a ele, reproduzir a tópica “por trás de um grande homem, há sempre uma grande mulher”, nas palavras de José Octávio, “é evidente que, sem ela, José Honório não teria chegado onde chegou” (RODRIGUES; MELLO, 1994, p. 142).

Sem objetivar cravar um juízo sobre a situação, aqui busquei levantar alguns pontos que nos permitem desenvolver uma percepção sobre as tensões que resultaram do companheirismo entre os dois historiadores. De um lado, é importante ver que, após a morte de José Honório Rodrigues, o companheirismo e a participação de Lêda nas obras do marido passou paulatinamente a ser reconhecido por intelectuais de várias esferas. De outro, é necessário observar que os reconhecimentos que Lêda recebe do campo historiográfico continuaram a ser relegados àquele já obtido por José Honório: fora do âmbito restrito das ciências jurídicas, quando a intelectual aparece, é porque aparecera anteriormente a ele.

Isto indica, por consequência, alguns dos aspectos críticos que configuravam, ou ainda configuram, o campo. De certa forma, José Honório continuou a ser reconhecido como o protagonista dessa relação intelectual. Mesmo que Lêda tivesse chegado a ingressar no curso de Geografia e História da FNFfi no ano de 1939⁸⁵, ele era considerado o agente responsável por inocular na jovem intelectual o apreço pela história. Nesse sentido, enquanto José Honório Rodrigues parecia incorporar uma inclinação natural ao ofício de historiador, as características atribuídas à Lêda Boechat Rodrigues eram por vezes referentes aos seus esforços e erudição. Motivos esses que explicam o fato de José Honório figurar com recorrência entre os historiadores mais lembrados de sua época, enquanto Lêda, raramente e em tom muito singular, ser mencionada como uma intelectual com “pretensão” de historiadora.

⁸⁵ Cabe destacar que, na época em questão não havia uma cobrança relacionada à formação em história. No caso brasileiro, ser reconhecido como historiador estava ligado mais ao reconhecimento público como tal e não a uma formação específica. De modo geral, não havia ainda uma cultura profissional nesse sentido e nenhum dos historiadores(as), ou apenas uma insignificante minoria destes, eram formados. Essa centralidade da profissionalização e especialização em história ganha força significativa apenas a partir da década de 1990.

O que observamos, portanto, é que as obras de Lêda, mesmo nas situações em que se debruçava sobre o próprio José Honório Rodrigues, não receberam a repercussão no mesmo nível das obras do marido. Isso se explica, em parte, e talvez em um movimento interpretativo mais tendencioso, pela própria escolha de Lêda em trabalhar no espólio literário do historiador. Nesses misteres, as luzes que Lêda lançou sobre José Honório ajudou a construir um monumento que a deixou “à sombra”. Essa sombra, contudo, a permitiu falar de José Honório Rodrigues por quase meio século, desempenhando a função que ela mesma se incumbiu. Num outro ponto, entretanto, podemos dizer que estão localizados os atravessamentos de gênero e as diferentes formas nas quais o brasilianista e a constitucionalista foram inseridos nos meios acadêmicos e intelectuais. Esse último ponto, especificamente, diz respeito a como as divergências temáticas e metodológicas influenciaram o reconhecimento obtido pelos intelectuais frente ao campo da história da historiografia brasileira. Por esse viés, acredito que traçar o perfil de quem foram – e ainda são – os cânones historiográficos que moldaram o perfil da disciplina e serviram como referência para as gerações posteriores sirva como um meio para compreender as desproporções envolvidas entre o anonimato de Lêda Boechat Rodrigues e o protagonismo atribuído a José Honório Rodrigues.

CAPÍTULO 2 - O QUE FAZ DE ALGUÉM HISTORIADORA?

Esta breve análise da trajetória de Lêda Boechat Rodrigues desponta em considerações importantes sobre as tensões que se estabeleceram entre o imaginário histórico atribuído à historiadora e o seu trabalho. Ao lado do reconhecimento direcionado à figura de José Honório Rodrigues, o silêncio que acompanhou a carreira de Lêda evidencia uma grande lacuna em relação ao caráter quantitativo e qualitativo de sua produção intelectual. Mesmo que Lêda tenha produzido uma extensa bibliografia, amparada por uma sensibilidade histórica característica dos “métodos historiográficos”, e tenha correspondido ao que se espera de um conjunto de “virtudes cardeais” do historiador, ela não teria sido reconhecida como tal. É nesse sentido que uma análise das estruturas e configurações que compuseram o imaginário dos “grandes historiadores” a cada geração pode ser útil para pensar essas questões. Além da relação intrínseca com esta pesquisa, acredito que esse estudo permite identificar um movimento que leva a história da história a exaltar o homem historiador e suprimir, sintomaticamente, as obras e referências históricas das historiadoras.

A pergunta proposta neste capítulo se debruça então sobre as dimensões que atravessam a construção de uma memória sobre a história da historiografia brasileira a fim observar como o conjunto de referências que compôs a disciplina esteve, e ainda está, majoritariamente orientado pelo masculino. Ao pensar como o gênero entrelaçou não só o reconhecimento acadêmico, mas a construção de um imaginário sobre a disciplina, talvez coubesse aqui uma discussão mais abrangente sobre o conceito de identidade historiográfica para observar se historiadoras e historiadores fizeram e fazem história de modos diferentes. Todavia, embora seja um debate necessário, quero neste capítulo me debruçar somente sobre uma dimensão específica que acompanha esse imaginário, a dizer: quais são as condições discursivas que permitem alguém falar como historiador e ter sua produção reconhecida e lembrada efetivamente como uma obra de história?

Sob essa perspectiva, interrogar-se sobre as configurações que legitimam um autor de história nos situa ao lado dessa conjuntura na qual a identidade do historiador estaria ancorada. É por este viés que procuro analisar, ainda que de forma incipiente, os traços que acompanharam o status acadêmico da pesquisa histórica no Brasil, evidenciando algumas das principais instituições e posicionamentos responsáveis por direcionar as tendências e abordagens historiográficas. Cabe destacar que não tenho interesse em aprofundar nestas

páginas uma discussão sobre a tradicional distinção entre as historiadoras e historiadores profissionalmente formados e aqueles considerados autodidatas. Como especificado anteriormente, essas distinções ocupam posições triviais frente às problemáticas de reconhecimento que carrega o caso desenvolvido entre os dois historiadores, Lêda e José Honório. A hipótese a ser desenvolvida é de que essa “identidade do historiador” e as maneiras de se fazer história ainda estavam em constante negociação no campo historiográfico. Como não havia um local definido e completamente padronizado para a prática da escrita da história, o caso de Lêda exige pensar então fora dessa caixa da “profissionalização” para compreender essas barreiras impostas ao seu reconhecimento no campo historiográfico.

À luz dessas reflexões, a categoria “autor”, como proposta por Foucault (2009), irá nos ajudar como ferramenta analítica para identificar não apenas o que constitui um texto de história, mas também o limiar de quem pode falar como historiador. Diante dessa função classificatória que permite agrupar, delimitar e excluir determinadas obras e textos, pretendo mobilizar a trajetória de Lêda Boechat Rodrigues para identificar como despontam em sua obra essas dimensões discursivas e o conjunto de virtudes responsáveis por conferir valor a uma obra como produção efetivamente historiográfica. Ao desfazer esse nó que está envolvido na ideia de ser um autor de textos de história, o frágil reconhecimento que as obras de Lêda Boechat Rodrigues recebem do campo historiográfico pode assumir alguns contornos mais precisos. Acredito que o estudo sobre sua trajetória permite observar que o que habilita alguém a falar como um autor de textos de história e determina uma obra como “virtuosa” é mais do que o domínio de um conjunto de práticas ou técnicas. É dessa forma que sua trajetória pode contribuir para revelar que o movimento que legitima o autor a falar através de um discurso historiográfico parte de um trabalho coletivo que desmonta a ideologia de uma inclinação individual que constrói uma obra de história, tensionando, assim, as condições necessárias para que uma obra seja “acreditada” como uma obra historiográfica.

Na medida em que despontam essas dualidades presentes no seu reconhecimento como historiadora, presumo que um breve exercício sobre os jogos acadêmicos e políticos pode ajudar a elucidar como se construiu determinada memória responsável por consagrar certos nomes no imaginário historiográfico. É nesse sentido que a observação das rupturas e continuidades envolvidas nesse tipo de imaginário que os historiadores produzem sobre a disciplina se torna importante ao nosso problema de pesquisa. Através de uma breve passagem sobre alguns dos manuais e livros introdutórios buscarei mostrar que a construção

desses conjuntos de referências que orientam a disciplina compartilha um tipo de forma que mobiliza um universo de autores que são, entre si, compartilhados e legitimados. Esse movimento que espelha essas referências seria, ainda hoje, o responsável por classificar determinadas figuras como seminais, fundadoras e “incontornáveis” para a história da historiografia. Por fim, considero que a observação de algumas recentes contribuições do campo pode nos fornecer um indício de como esse movimento permanente de construção do imaginário historiográfico continua a se orientar sobre essa forma que é sintomaticamente masculina, excluindo, portanto, referências femininas que efetivamente trabalharam e fizeram pesquisas de história.

2.1 UMA HISTORIOGRAFIA EM ABERTO

De acordo com Certeau (1982), desde a origem das ciências modernas, a *instituição do saber* foi marcada pela formação das redes de correspondência e de viagens que circunscreveriam certa "doutrina" em um "assento institucional". Olhando para o cenário europeu, sobretudo para as antigas universidades francesas *à la Sorbonne*, Certeau mostra como essas redes se multiplicariam sob a forma de subgrupos ou escolas e se transformariam em disciplinas com leis e práticas específicas de pesquisa. É diante da determinação desses interesses e métodos próprios que o autor circunscreveria a escrita da história como uma prática que não pode ser desligada de seu lugar de produção. Todavia, embora seja consensual dizer que nascimento das disciplinas esteja ligado à criação de grupos, o caso da historiografia brasileira exige uma particular atenção. Para o contexto nacional, o recente processo de formação da disciplina e as disputas por sua delimitação não permitem compreender a prática historiográfica sem que a imagem desses “lugares”, com práticas delimitadas e definidas, seja colocada em suspensão.

Em um sentido geral, sobretudo até a primeira metade do século XX, parece não ser possível colocar sobre a pesquisa histórica brasileira um conjunto de marcas distintivas e particulares que moldaram a profissão. Fora dessa caixa da “profissionalização”, a dificuldade para especificar características homogêneas que constituíram a historiografia brasileira se impõe, assim, como um dos grandes desafios quando pensamos em identificar uma dinâmica geral das tradições e influências que compuseram esse contexto intelectual. Como argumenta Gomes (1996), até inícios da década de 40 ainda não existiam distinções disciplinares

evidentes, sendo a própria disciplina um produto dessas interseções e da busca pelo estabelecimento de fronteiras.

Considerando que não é possível fornecer um quadro exato dessas dinâmicas, de antemão, reitero que não tenho objetivo de exaurir nestas páginas uma discussão sobre como se constituiu o campo de historiografia brasileira. Trata-se, antes de tudo, de um breve equacionamento de algumas de suas principais etapas de formação e transformação. Em certo sentido, acredito que essa sucinta análise sirva como um plano de fundo para identificar como as maneiras de se fazer história estiveram em constante negociação no campo historiográfico. Como esses padrões e características ainda estavam em formação, não existindo, portanto, um lugar e regras específicas de produção, isso nos permite questionar quais foram as conjunturas responsáveis por classificar, nas palavras de Ohara (2016, p. 171), não apenas o que constituiu um texto de história, mas também o limiar de “quem pode falar como historiador”.

Uma vez estabelecido estes objetivos, é conveniente elencar nesta seção alguns elementos centrais que estiveram em jogo nessa disputa pela construção ideológica e metodológica do campo. Via de regra, como pontua Lapa (1976), esse balanço geralmente é elaborado em função da institucionalização da disciplina, perpassando pelos cenários da Colônia, do Império e da República. A título de síntese, todavia, iniciaremos nossa análise a partir do cenário da independência e da fundação do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (IHGB), evidenciando as diversas disputas em torno do passado que buscavam, em meio a esse emaranhado de conjunções, marcar um modelo para elaboração da escrita da história.

Em linhas gerais, nas palavras de Araujo (2012, p. 30), escrever história após o advento da Independência significava abrir um espaço de disputas e polêmicas que questionavam “o funcionamento do próprio sistema político/intelectual”. Diante do declínio do Antigo Regime e da crise do Antigo Sistema Colonial, as disputas em torno do passado passavam a assumir uma nova caracterização que tentava torná-lo capaz de corresponder às necessidades abertas pelo processo de formação dos estados nacionais. Foi sob o estímulo dessas diversas mudanças que começariam a florescer, assim, as buscas por uma institucionalização do conhecimento histórico. Segundo Oliveira (2007), através um discurso dotado de regras próprias de construção e validação, a história empenhava em se emancipar gradativamente dos discursos literários e filosóficos e procurava converter ela mesma em ciência.

É dentre os efeitos dessa autonomização disciplinar que surge então a fundação do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (IHGB). Idealizado dentro da própria Corte e fundado em 1838, de acordo com Franzini (2006), o Instituto se estabelecia como um reduto de homens eminentes ligados ao poder com o objetivo de escrever a história da jovem nação brasileira. Em suas esferas políticas e intelectuais, o IHGB incumbia-se da função de fornecer um direcionamento ao amálgama de transformações que cerceavam o país a fim de construir um arcabouço de referências para a elaboração da identidade nacional. Como a história parecia, assim, representar o esforço em cunhar uma unidade nacional homogênea, o Instituto buscava circunscrever em si mesmo as diretrizes e características responsáveis por qualificar os historiadores e o modo de fazer história.

Dentre as inúmeras narrativas e formas de mobilizar os vestígios do passado, esses sentimentos de inspiração patriótica, entretanto, assumiam contornos complexos e problemáticos. Conforme identifica Oliveira (2010), embora esses atributos recorrentemente fossem utilizados como justificativa da opção do homem letras pelo estudo da história, tais motivações tornavam cada vez mais problemático o cumprimento dos imperativos de imparcialidade e cientificidade da disciplina. São nesses termos que, na medida em que o exercício desses atributos destituía o fundamento de uma “verdade histórica”, surgia um movimento que buscava advertir o historiador e sua escrita das “intromissões da retórica literária, do patriotismo e das “fábulas”” (OLIVEIRA, 2010, p. 44). Frente à necessidade de reconstrução do passado brasileiro, o compromisso do historiador com a “verdade” emergia então como um elemento de diferenciação em relação a essas formas romancistas e poéticas de pensar o passado. Mesmo que essas intromissões, como sugere Temístocles Cezar (2003), não fossem incompatíveis com o ser historiador, podemos dizer que o compartilhamento destes espaços institucionais parecia começar a assumir tênues tensões que se acumulariam nessas diferentes formas de inquirir o passado nacional.

Ao lado de fronteiras disciplinares ainda incipientes, sem nítidas distinções entre os homens de letras e os de ciência, se tornava então cada vez mais evidente a disputa pela consolidação de um *ethos* específico para definir aqueles que se dedicavam a escrita da história. Franzini (2006), em sua tese sobre as transformações da historiografia brasileira⁸⁶, nos fornece alguns indícios de como o ofício do historiador começava a ser matéria de

⁸⁶ FRANZINI, Fábio. *À sombra das palmeiras: A Coleção Documentos Brasileiros e as transformações da historiografia nacional (1936 – 1959)*. 2006. Tese (Doutorado em História) – Universidade de São Paulo, Departamento de História da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas. São Paulo, 2006.

especialistas. No entanto, embora a tarefa de recompor os eventos nacionais assumisse gradativamente uma identidade dotada de particularidades, raramente havia uma dedicação exclusiva no meio intelectual. O que explica a constante disputa por uma configuração específica de métodos e atributos para delinear a prática historiográfica.

Em meio às muitas formas e narrativas voltadas ao passado, os institutos de pesquisa histórica se preocupavam, assim, em delimitar os traços responsáveis por definir a vocação do homem de letras para o estudo da história de acordo com o projeto de nação que se buscava instaurar. Conforme mostra Maria da Glória de Oliveira (2010), durante as décadas iniciais do IHGB, o trabalho de composição de obras historiográficas estava vinculado mais a uma escolha marcada pelo sacrifício e abnegação do que por um gênio ou talento artístico. De modo geral, como a escrita da história era concebida a partir de uma tarefa pautada no patriotismo, havia na investigação do passado uma ênfase “heroica e pragmática” que acompanhava as dimensões literárias da prática historiográfica. Por um lado, esses traços de heroicidade atribuídos à figura do historiador estavam diretamente relacionados às dificuldades exigidas pelo processo de investigação do passado e da escrita da história. De outro, é possível afirmar que essa dimensão pragmática se aliava precisamente à função utilitária de seu trabalho, que encarava a obra historiográfica como uma aquisição capaz de fornecer nexos lógicos permanentes aos acontecimentos do passado. Como a atividade historiográfica estava imbuída em uma diversidade de modelos, métodos e teorias, a fim de garantir “um estatuto científico para os estudos históricos” (OLIVEIRA, 2010, p. 49), é evidente que esses atributos perpassavam também pelo cumprimento dos imperativos de imparcialidade e cientificidade da disciplina.

Embora figurasse como uma das muitas formas de escrever da história, não é desnecessário dizer que, ao longo do século XIX, a prática historiográfica dentro do IHGB acompanhou um regime de historicidade assentado no passado como razão explicativa para o presente⁸⁷. Em um sentido mais amplo, isso nos permite visualizar como o ofício do historiador oitocentista dentro do instituto, desempenhado por estes homens “notáveis” e “respeitáveis”, esteve relacionado a um princípio de orientação que colocava a investigação do passado sob a lente da história *magistra vitae*. Por esta óptica, a história era mobilizada através de uma vocação pedagógica do passado que, segundo Oliveira (2007), conferia

⁸⁷ OLIVEIRA, Maria da Glória. Traçando vidas de brasileiros distintos com escrupulosa exatidão: biografia, erudição e escrita da história na Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (1839-1850). *HISTÓRIA*, São Paulo, v. 26, n. 1, p. 154-178, 2007.

legitimidade e força persuasiva às obras historiográficas. Como uma espécie de “guardião da memória”, diante dos acontecimentos pretéritos da nação, o ofício do historiador adquiria, assim, a “finalidade magisterial de fornecer lições e exemplos a serem imitados no presente” (OLIVEIRA, 2007, p. 161).

À luz dessas questões, o estudo de Oliveira (2007) nos fornece precisas bases para pensar como essa função pedagógica do conhecimento histórico orientou a produção historiográfica no interior do Instituto em direção a elaboração de memórias, notícias históricas e escritos biográficos. Em relação ao gênero biográfico, especificamente, é possível observar uma incorporação direta entre seus processos de elaboração e o projeto de uma história nacional que se desejava construir. Era através da biografia que o historiador brasileiro deveria dar voz a esse espírito patriótico e pintar o quadro dos grandes cidadãos da nação⁸⁸. Ainda de acordo com Oliveira (2007), o declínio do uso dessas biografias seria notado após o primeiro decênio do IHGB, quando a função magisterial da historiografia começaria a perder forças. Todavia, mesmo que essas mudanças apontassem para a necessidade de o Instituto reformular o seu projeto historiográfico, uma guinada significativa nesses métodos de escrever a história seria notada apenas no início do século XX.

A partir da virada do século, em direção aos argumentos de Franzini (2006), algumas inovações historiográficas poderiam começar a ser identificadas entre as obras produzidas pelos membros do IHGB. Sem desprezar o apreço pelas fontes e documentações, podemos elencar, dentre essas mudanças, a presença de uma dimensão teórica nesses trabalhos. No entanto, embora alguns exemplos de obras produzidas por autores vinculados ao Instituto⁸⁹ pudessem ser elencados para ilustrar essas mudanças, o perfil do historiador e o modo geral de escrever história ainda permaneceriam em aberto nas primeiras décadas do século XX. Como indica Gomes (2009), tanto as delimitações culturais que caracterizariam o *métier* do historiador quanto as atividades profissionais e sociais necessárias para ser reconhecido como tal continuariam sendo objeto de disputas e debates no cenário nacional. Para além dos muros do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro e dos diferentes Institutos Históricos estaduais,

⁸⁸ Não há dúvida de que o conjunto dessas figuras biografadas era formado, via de regra, por membros de uma elite dirigente composta em sua maioria por personagens homens, brancos e influentes.

⁸⁹ De acordo com o autor, os exemplos mais significativos dessas mudanças são Joaquim Nabuco, com *Um Estadista do Império* (1897-1899), João Ribeiro e a *História do Brasil* (1900), Oliveira Lima e *Dom João VI no Brasil* (1908), e Alcântara Machado e seu *Vida e Morte do Bandeirante* (1928). FRANZINI, Fábio. *À sombra das palmeiras: A Coleção Documentos Brasileiros e as transformações da historiografia nacional (1936 – 1959)*. 2006. Tese (Doutorado em História) – Universidade de São Paulo, Departamento de História da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas. São Paulo, 2006, p. 33.

a possibilidade de cristalização de um modelo para a escrita da história, portanto, ainda pairava em aberto dentro de um emaranhado de hierarquias e diversidades que compunham o conceito de “historiografia”.

O que esses elementos nos permitem observar é que até a década de 1920 a historiografia brasileira ainda não tinha passado por significativas diferenciações daquela produzida no século XIX. O dismantelamento desses modelos que enraizavam uma visão oficial da história ganhou força mais expressiva no início da década de 1930. Para Raquel Glezer (1976), seria a partir desse momento que se tornou possível observar a aceitação e repercussão de obras elaboradas com novas interpretações histórico-sociais⁹⁰. Ao considerar que estas configurações estavam diretamente relacionadas aos cenários políticos e econômicos vivenciados pelo país, é importante ressaltar que o momento de crise instaurado em 1930 atuou como uma conjuntura fundamental para a concretização dessas mudanças. De certa forma, essas rupturas provocaram uma espécie de descompasso na relação direta que a historiografia estabelecia entre o presente e os acontecimentos do passado, sem a qual, arrisco afirmar, não teria sido possível despertar essas novas formas de pensar a consciência histórica. Também é conveniente ressaltar, evidentemente, que o processo iniciado em 1930 não desenvolveria um caminho linear na disciplina. Por um lado, a ênfase no caráter pragmático do passado, alimentada por uma perspectiva historicista, não desapareceria de nossa produção historiográfica. Durante o Estado Novo, as políticas nacionais de recuperação do passado brasileiro influiriam recorrentemente no direcionamento da operação intelectual dos historiadores (GOMES, 1996).

Conforme indica Glezer (1976), um outro fator também deve ser elencado para sustentar o desenvolvimento e aceitação desses novos métodos e técnicas para a escrita da história. A dizer, a criação das primeiras Faculdades de Filosofia no Brasil, que datam, coincidentemente, da mesma década. Embora esse seja um passo fundamental para que se consolidasse mais à frente de um tipo de modelo e padronização para a produção historiográfica, essa transição deve ser analisada com ressalvas. Por um lado, é necessário considerar que o rápido caminho trilhado no processo de institucionalização da pesquisa histórica alteraria consideravelmente os traços e características do perfil do historiador e da

⁹⁰ Dentre essas obras que interferiram para uma transformação dos estudos históricos no Brasil, a autora cita historiadores como Caio Prado Junior, Gilberto Freyre, Sérgio Buarque de Holanda e Oliveira Vianna. GLEZER, Raquel. *O fazer e o saber na obra de José Honório Rodrigues: um modelo de análise historiográfica*. 1976. Tese (Doutorado em História) – Universidade de São Paulo, Departamento de História da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas. São Paulo, 1976, p. 87.

produção historiográfica no país. Essas alterações, na prática, seriam notadas com maior ênfase após o início da década de 40, quando as primeiras turmas de professores e pesquisadores de história já haviam sido formadas. Por outro, como argumenta Lapa (1976), convém relativizar os limites desta transição entre os historiadores considerados autodidatas e os historiadores por formação. No período em questão, essas diferenciações seguiam caminhos tênues dentro do campo disciplinar e os dois grupos coexistiam sem profundos atritos.

Para ilustrar esse quadro, basta perceber que grande parte das obras lidas como fundamentais para a historiografia brasileira não foram escritas por historiadores profissionalizados na Universidade, sendo ainda muito recorrente que estes autores considerados “notáveis”, como é o caso do próprio José Honório Rodrigues, não desenvolvessem necessariamente uma atuação intelectual efetiva dentro das universidades. Por esse motivo, é necessário considerar que, embora a rápida expansão da institucionalização da disciplina e, posteriormente, dos cursos de pós-graduação, sejam em grande parte responsáveis por uma profissionalização do historiador no Brasil, a atuação desses profissionais estaria associada a uma “historiografia bastante aberta” (LAPA, 1976, p. 14). As variadas trocas com as ciências sociais e humanas tornava ainda o isolamento da História como disciplina impraticável, sendo muito comum que especialistas, sem qualquer formação em História, escrevessem trabalhos reconhecidos como de história. Isso mostra, conseqüentemente, a multiplicidade de objetos, métodos e abordagens que continuariam a compor o amálgama da historiografia brasileira.

A partir dos anos 60, com a segunda geração de historiadores “profissionais”, a historiografia tornava-se cada vez mais acadêmica e universitária. Ao lado dessa historiografia em aberta, a escrita da história passou a assumir paulatinamente esses contornos cada vez mais especializados. Em relação à atuação profissional do historiador, seria apenas com a multiplicação dos programas de pós-graduação ocorrido no final da década de 1980 e no início de 1990, que se passaria a consolidar, cada vez mais, a validação de um sistema de títulos responsáveis por legitimar em diferentes graus a sua carreira universitária.

Para o ponto que interessa a essa pesquisa – o ofício do historiador e os modos e de escrever história – o que seria interessante observar é que, no período em que Lêda Boechat Rodrigues esteve inserida, não havia ainda um “lugar social” de produção historiográfica bem definido. Em paralelo às tentativas de delimitar uma forma de escrever a história, encabeçada

inicialmente pelos Institutos Históricos e posteriormente pela gradual institucionalização universitária, a historiografia continuava a ser uma atividade plural, feita por diferentes sujeitos e de diferentes lugares, que não poderia, portanto, ser pensada exclusivamente dentro desses moldes de uma “profissionalização”. Não se trata de afirmar que as pessoas que escreviam história a faziam sem quaisquer métodos ou delimitações, ou que prevalecia um caráter ensaísta em detrimento de valores ditos “científicos”. A questão em voga é identificar que a historiografia brasileira, no fundo, era constituída por campos, e não um campo, e que, conseqüentemente, os modos de escrever história e fazer-se historiador permaneciam em aberto e em disputa.

2.2 A AUTORIA, A OBRA E O RECONHECIMENTO

“Que importa quem fala, alguém disse que importa quem fala.”

(BECKETT apud FOUCAULT, 2009, p. 268)

Penso que seja adequado começar a seção com esta indagação forjada por Beckett e reformulada posteriormente por Foucault. Longe de ser uma pergunta ingênua, essa reflexão nos coloca diante de alguns dos princípios éticos fundamentais da escrita contemporânea que envolvem a forma como a função do autor é exercida. É partir da noção de autoria que podemos compreender, por exemplo, como relações de apropriação e atribuição que envolvem a produção de um texto histórico são mobilizadas a fim de delimitar as características discursivas consideradas necessárias ao “historiador”.

Como sugere Foucault (2009), a noção de autor caracteriza uma espécie de regra imanente que é retomada incessantemente como um princípio que domina a escrita enquanto prática. O nome do autor, nesse sentido, seria “mais do que uma indicação” (FOUCAULT, 2009, p. 272) de uma referência pura e simples. Nas palavras do historiador francês, além de suas funções indicativas, esta nomenclatura carrega consigo um tipo de dimensão descritiva sobre o texto. É sob essa perspectiva que podemos dizer que um nome de autor não é apenas um elemento constitutivo do discurso. Na contramão, ele deve ser localizado como um elemento que exerce um papel em relação a esse discurso capaz de assegurar uma função

classificatória que “permite reagrupar um certo número de textos, delimitá-los, deles excluir alguns, opô-los a outros” (FOUCAULT, 2009, p. 273).

São entre essas características descritivas e designativas que se estabelece uma complexa relação entre o nome próprio do indivíduo, o nome do autor e os discursos a ele atribuído. Cabe ressaltar aqui, todavia, que os problemas que envolvem o nome do autor são de ordem diferente dos que envolvem o nome próprio do indivíduo. Se descobríssemos, hipoteticamente, que Lêda Boechat Rodrigues escreveu parte da obra de José Honório Rodrigues, isso modificaria completamente os atributos do nome autor e não de seu nome próprio. Sem pretensão de cravar qualquer forma de juízo sobre essas suposições, o que quero com este exemplo é direcionar os olhares para a afirmação foucaultiana de que “o nome do autor não é, pois, exatamente um nome próprio como os outros” (FOUCAULT, 2009, p. 273).

Através dessas distinções podemos compreender, portanto, a autoria como uma ferramenta ancorada no modo de ser do discurso. O autor, como expõe Foucault (2009), seria o elemento que nos permite indicar uma espécie de homogeneidade entre diferentes textos atribuídos a um mesmo nome. Nesse sentido, o autor estaria localizado precisamente nessa ruptura entre determinados grupos de discursos através da qual é possível limitar e recortar aquilo que o caracteriza. A função do autor poderia ser compreendida, assim, como a responsável por manifestar a significação do discurso no interior de uma sociedade ou grupo cultural.

É importante ressaltar, conforme indica Foucault (2009), que essa função do autor não é exercida de maneira universal e constante. O sentido que lhe é dado e os valores que lhe são atribuídos dependem da maneira como o meio e a época em que está inserido irão lhe conceder esse reconhecimento. É por esse viés que podemos afirmar, com certa certeza, que a função do autor não se forma espontaneamente. Ela se constitui como resultado de uma complexa rede de operações que constrói sua razão de ser. Essa rede, variante em seu recorte temporal e temático, seria, dessa forma, a responsável por moldar as regras de atribuição, através de uma série de procedimentos e operações, na qual o indivíduo pode ser designado como autor, admitindo suas inclusões e exclusões por meio dos traços que a operam.

Quando nos colocamos frente a essa dinâmica de atribuição e valoração, cabe perguntamos, conseqüentemente, como esse discurso portador da função autor se comporta e é articulado. Como mostrei na seção anterior, se até as últimas décadas do século XX não era possível ter como parâmetros os padrões de uma historiografia completamente

“profissionalizada”, o que classificaria um texto de história como uma obra virtuosa? É a partir dessa questão, por exemplo, que o frágil reconhecimento que as obras de Lêda Boechat Rodrigues recebem do campo historiográfico pode assumir alguns contornos mais precisos. Ao desfazer esse nó que está envolvido na ideia de ser um autor de textos de história, o estudo sobre sua trajetória permite observar que o que faz de alguém historiador é mais do que o domínio de um conjunto de práticas ou técnicas. A análise da trajetória de Lêda Boechat Rodrigues parece revelar que, para além dessas virtudes, o movimento que habilita o autor a falar através de um discurso historiográfico parte de um trabalho coletivo que desmonta a ideologia de uma inclinação individual que constrói a história. Diante dessa dimensão que freia esse reconhecimento e direciona o que é importante ou merece ser lembrado no campo intelectual, o que me ocupa nestas linhas, portanto, é tensionar as condições necessárias para que uma obra seja “acreditada” como uma obra historiográfica.

2.2.1 Por que não “historiadora”?

A passagem pela biobibliografia de Lêda Boechat Rodrigues, apresentada no primeiro capítulo, evidencia um tipo de dualidade que se apresenta entre o imaginário histórico da historiadora e seu trabalho. Conforme mencionei anteriormente, Lêda foi autora de uma extensa bibliografia que se debruçou, principalmente, sobre a história do direito brasileiro e norte-americano. Embora essas obras fossem escritas em um diálogo constante com as ciências jurídicas e sociais, suas contribuições pareciam estar em um nível diferente daquelas comumente associadas às escritas por juristas e advogados⁹¹. Além da notória quantidade produzida, pode-se dizer que a autora se debruçou sobre um conjunto de características que creditavam a seu discurso elementos, à época, considerados próprios da prática

⁹¹ Sobre esses traços distintivos entre as ciências jurídicas e sociais, é importante trazer algumas observações. De acordo com os apontamentos desenvolvidos por Francisco Iglésias (1983), essa diferenciação seria localizada na capacidade do historiador de situar os elementos de sua história no tempo. Nestes termos, a sensibilidade histórica se constituiria como uma virtude epistêmica, a partir da qual se poderia agir enquanto historiador e marcaria sua especificidade em relação às ciências sociais. No que se refere a história do direito, escrita por juristas e advogados, a falta dessa sensibilidade seria denunciada por Iglésias como um elemento de desvalorização de suas obras. Sob esta perspectiva, essas obras teriam pouco a acrescentar em relação à compreensão histórica do Direito, aproximando-se mais de um exercício laudatório e catalográfico do que da atividade historiográfica propriamente dita, aquela pautada na pesquisa e interpretação. IGLÉSIAS, Francisco. A Historiografia Brasileira Atual e a Interdisciplinaridade. *Revista Brasileira de História*, v. 3, n. 5, p. 129-141, 1983.

historiográfica. Todavia, apesar de estar categoricamente dentro daquilo que se esperava de um historiador, a intelectual não teria sido efetivamente reconhecida como uma autora de textos de história. Sem querer ser exaustiva, pretendo retomar a seguir apenas alguns pontos que são, a meu ver, elementares para ilustrar a lacuna existente entre seu reconhecimento e a dimensão efetiva de seu trabalho como historiadora.

A começar pelas suas obras, extrapolando aqui a dimensão quantitativa de seu trabalho, determinado conjunto de características pode ser destacado para assinalar essa identidade historiadora. Por essa perspectiva, a coletânea *História do Supremo Tribunal Federal*, sem dúvidas, é um dos principais parâmetros para iniciar essa observação. Escrita com a proficiência de historiador e certo gosto de romancista, em direção aos apontamentos de Raul Lima (LIMA, 1960, p. 2)⁹², essa obra não se limitou apenas a resenhar os julgamentos e transcrever a parte decisória dos acórdãos. A partir de um extenso trabalho de fontes, com auxílio da imprensa da época, Lêda compôs o quadro de cada uma das grandes sessões que foram proferidas no Tribunal, dando-lhes vida e movimento. Ao longo dos quatro volumes, influenciada pelos ideais liberais norte-americanos, Lêda Boechat Rodrigues pensou as questões nacionais e os dilemas, desafios e problemas da sua própria pátria. Inspirada por uma suposta “vitalidade democrática”⁹³ dos EUA e pelo papel desempenhado pela Suprema Corte Norte-Americana, a autora defendeu a ideia de que o Supremo Tribunal Federal poderia se tornar uma instituição de esperança para a democracia e a nação brasileira. Elogiada pelo seu estudo de natureza histórica, baseado em documentação fidedigna e escrito com espírito de isenção, a obra fez com que Lêda se tornasse, nas palavras de Victor Nunes Leal, uma “pioneira na apreciação histórica do Supremo Tribunal Federal” (HISTÓRIA..., 1965, p. 6)⁹⁴.

No geral, essa familiaridade no trabalho com fontes estaria presente em toda sua trajetória intelectual, não se limitando apenas a publicação de suas obras autorais. A título de exemplo, essa dimensão seria observada também na coletânea *A Evolução do Parlamento*

⁹² LIMA, Raul. História do Supremo. *Diário de Notícias*, Rio de Janeiro, domingo, 8 de agosto de 1960. Edição 13104, p. 2.

⁹³ Em seu ensaio *O poder judiciário americano*, disponível no livro *Direito e Política. Os Direitos Humanos no Brasil e nos Estados Unidos*, Lêda Boechat comenta sobre a capacidade que a democracia americana demonstrava de se autocorriger. De acordo com a autora, os Estados Unidos, e em especial o Poder Judiciário, possuíam uma vitalidade democrática que podia ser percebida através da flexibilidade de mudança social, de modo que essa flexibilidade podia ser traduzida na capacidade de se corrigir e adaptar-se às novas conjunturas. RODRIGUES, Lêda Boechat. *Direito e política: Os Direitos Humanos no Brasil e nos Estados Unidos*. 2. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1991, p.127-137.

⁹⁴ HISTÓRIA do Supremo Tribunal Federal. *Diário de Notícias*, Rio de Janeiro, domingo, 9 de agosto de 1965. Edição 13104, p. 6.

Nacional. Apesar de organizada em coautoria com José Honório Rodrigues e colaboração de Octaciano Nogueira, como acima já pontuado, Lêda foi a responsável por classificar e organizar todo material mobilizado nos seis tomos de Seleção dos Textos Parlamentares. A historiadora também teria sido a responsável por orientar o trabalho das datilografias e rever toda a matéria datilografada⁹⁵. O que podemos observar é que, seja no trabalho autoral ou no trabalho empenhado como companheira de José Honório Rodrigues, através das publicações organizadas em conjuntos e nas atuações em pesquisas e cargos ocupados pelo historiador, os conhecimentos de arquivologia e biblioteconomia seriam fortes traços de seu perfil intelectual.

Outra dimensão que aparece relacionada ao domínio das fontes documentais é a reflexão teórica presente em sua produção. Como exemplo, pode ser destacado a interpretação e a densidade dos conceitos mobilizados na obra *Direito e Política: os Direitos Humanos no Brasil e nos Estados*. Publicado em 1977 o livro reuniu vários ensaios autorais cujos temas abordados (federalismo, grupos de pressão, liberdades civis, liberdade de religião, etc.) são permanentes ainda hoje em sua importância intrínseca. Através de uma história comparada da atuação de alguns membros do Judiciário brasileiro e da Suprema Corte estadunidense, Lêda buscou desconstruir o equívoco de circulação corrente na época de que a Constituição brasileira de 1891 seria um decalque da Constituição Americana, destacando para isso as semelhanças e singularidade entre elas. A natureza do estudo sobre a Suprema Corte estadunidense e as relações do nosso Judiciário em seu mais alto Tribunal com a estrutura jurídica da nação colocou esse trabalho de Lêda Boechat Rodrigues “num plano de preocupações políticas, sociais e jurídicas poucas vezes abordado no Brasil” (ATHAYDE, 1960, p. 6)⁹⁶.

Aliada à reflexão teórica, a erudição também seria umas das características presentes no exercício de sua atividade historiadora. Considerada um atributo indispensável para a prática historiográfica essa seria uma característica frequentemente⁹⁷ mencionada entre os

⁹⁵ A familiaridade de Lêda com a datilografia, muito provavelmente, estaria associada com seus anos de trabalho como taquígrafa do Supremo Tribunal Federal.

⁹⁶ ATHAYDE, Austregésilo de. A Academia Brasileira de Letras. *Diário de Notícias*, Rio de Janeiro, domingo, 8 de julho de 1960. Edição 11544, p. 6.

⁹⁷ Não é difícil encontrar alguns exemplos das menções à erudição entre os historiadores nos estudos de história da historiografia brasileira. Dentre alguns trabalhos que mobilizam a categoria, podemos citar: VARELLA, Flávia Florentino. Reunindo o passado: erudição e narrativa na History of Brazil de Robert Southey. In: OLIVEIRA, Maria da Glória; ARAUJO, Valdeci Lopes de. *Disputas pelo Passado: História e historiadores no Império do Brasil*. Ouro Preto: Edufop/PPGHIS, 2012; OLIVEIRA, Maria da Glória. Traçando vidas de brasileiros distintos com escrupulosa exatidão: biografia, erudição e escrita da história na Revista do Instituto

historiadores “notáveis” da historiografia brasileira. Seja pelo exímio conhecimento dos assuntos abordados, pela experiência nos organismos de pesquisa ou até mesmo por seu conhecimento de línguas, observado através de seus diversos trabalhos de tradução, eram muitos os atributos de Lêda que apontavam para a sua “sólida cultura e preparo de historiadora” (IGLÉSIAS, 1998, p. 59). No que diz respeito à sua formação, embora para a época esse não fosse necessariamente um critério de validação, não faltariam elementos para indicar a sua alta qualificação. Diferente de muitos historiadores do período, chama a atenção que a historiadora, embora não fosse reconhecida como tal, tenha se profissionalizado em diferentes níveis e instituições, chegando até mesmo a ingressar no curso de Geografia e História pela Faculdade Nacional de Filosofia.

Alguns elementos poderiam também ser resgatados para demonstrar a inserção e repercussão de Lêda Boechat Rodrigues no cenário internacional. Durante sua trajetória, a historiadora fez repetidas viagens de trabalho que se concentrariam, sobretudo, nos EUA e na Inglaterra. Embora realizadas ao lado do marido, essas viagens lhe renderiam cursos, pesquisas e uma ampla rede que ficaria registrada pela troca de correspondência e publicações com diferentes intelectuais, brasilianistas e juristas estrangeiros. Apesar da bibliografia de Lêda ainda ser inacabada, as traduções e atividades como a elaboração de opúsculo⁹⁸, a organização⁹⁹ em livros coletivos e a edição de suas publicações em outros idiomas fornecem alguns indícios dessa projeção de suas obras e de seu reconhecimento intelectual no estrangeiro.

Ao lado dessas características, a sua atuação pública, a projeção profissional e o reconhecimento atribuído pelo campo das ciências jurídicas e sociais podem descortinar outros pontos importantes de observação. A título de síntese, entretanto, essas questões são suficientes para despontar em algumas considerações sobre a dualidade que se estabelece entre o reconhecimento recebido por Lêda Boechat Rodrigues e sua escrita da história. Mesmo que Lêda tenha produzido uma extensa bibliografia, amparada por uma sensibilidade histórica característica dos “métodos historiográficos”, e tenha correspondido ao que se espera

Histórico e Geográfico Brasileiro (1839-1850). *História*, São Paulo, v. 26, n. 1, p. 154-178, 2007; FRANZINI, Fábio. *À sombra das palmeiras: A Coleção Documentos Brasileiros e as transformações da historiografia nacional (1936 – 1959)*. 2006. Tese (Doutorado em História) – Universidade de São Paulo, Departamento de História da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas. São Paulo, 2006; GOMES, Angela Maria de Castro. *História e historiadores*. Rio de Janeiro: Editora Fundação Getúlio Vargas, 1996.

⁹⁸ RODRIGUES, Lêda Boechat. *La Cour Supreme des Etats-Unis, la liberté de religion et la séparations de l’Eglise et de l’Etat*. In: *Extrait des Études offertes au Professeur Jacques Lambert*. Insitut de Droit Comparé de Lyon, 1974.

⁹⁹ BONENFANT, Jean-Charles. *Etudes offertes à Jacques Lambert*. Paris, Editions Cujas, 1975.

dessas “virtudes cardeais” do historiador, por que ela não teria sido reconhecida como historiadora?

O que todas essas qualidades que podem ser atribuídas a ela e a seu trabalho indicam é que não existe uma relação intrínseca e inerente entre escrever história e ser reconhecido como historiador(a). Só escrever história, portanto, não era suficiente. Havia uma lente que direcionava esse movimento de reconhecimento. Embora, na prática, não estivessem em questão os parâmetros de uma historiografia completamente profissionalizada, essa lente estava regulada para olhar para esses lugares de produção extremamente disciplinados, deixando de ver as produções e sujeitos que estavam fora dele. Essa forma, que se pretendia universal e isonômica, parecia apontar, assim, para um lugar específico de legitimação: para ser historiador, era preciso ser homem e, não obstante, alimentado pela lente nacionalista que por muito tempo orientou a produção de conhecimento historiográfico, um grandão cidadão.

Tensionar o anonimato de Lêda Boechat Rodrigues no campo historiográfico, apesar de todos esses elementos envolvidos na elaboração de sua trajetória intelectual, evidencia e tensiona a fragilidade desses padrões de reconhecimento. De certa maneira, só escrever textos de história, seja história do direito ou o que for, não era suficiente, porque essa forma de reconhecimento que orienta as nossas leituras estava direcionada a procurar apenas referências masculinas. Isso mostra que, apesar de possibilitar algumas coisas, essa fórmula produz uma memória que apaga e invisibiliza na medida em que naturaliza, através desse silenciamento, a ideia de que mulheres não escreveram história. Isso exclui e esconde, portanto, uma ampla gama de referências que efetivamente trabalharam e fizeram pesquisas, mas que não podiam ser visualizadas a partir dessa lente completamente polarizada.

Embora chame atenção pela dualidade, o cerceamento imposto à carreira de Lêda Boechat Rodrigues, todavia, não é um caso isolado. Além do estudo em tela, não é difícil encontrar na historiografia brasileira trajetórias de historiadoras que enfrentaram semelhantes situações. Alice Piffer Canabrava, Maria Yedda Linhares, Eulália Maria Lahmayer Lobo e Maria Cecília Westphalen são exemplos de historiadoras que, até a pouco tempo atrás, não figuravam, ou raramente figuravam, no imaginário histórico da disciplina. Alice Canabrava teve uma notória carreira e produção acadêmica voltada, principalmente, para a área da História Econômica do Brasil. Apesar de ser atualmente uma figura reconhecida por grande

parte do campo historiográfico nacional, muito em decorrência dos recentes trabalhos¹⁰⁰ que se direcionaram a sua trajetória, o fato de ser mulher fez com que ela enfrentasse diversas tensões em relação à cultura acadêmica da época. Apesar de se graduar e defender uma tese na área de História, Canabrava só conseguiria se inserir efetivamente em uma Faculdade de Ciências Econômicas. Cecília Westphalen, direcionada à prática da História Econômica e Social, até pouco tempo atrás¹⁰¹, também teria o reconhecimento de suas contribuições significativamente encoberto pelo silêncio que predominava no campo intelectual. Os casos de Eulália Lobo¹⁰² e Maria Yedda¹⁰³, semelhantes ao das outras intelectuais, chamam atenção também para um aspecto em particular. Apesar dessas mulheres fazerem parte de uma geração de historiadoras pioneiras, dedicadas respectivamente à História da América e à História Agrária e do Abastecimento, não seria incomum que, nas raras vezes em que se destacavam na historiografia, esse reconhecimento estivesse direcionado mais à docência do que a seus trabalhos acadêmicos e à vida intelectual. Isso mostra como essa forma, mesmo quando incluía o feminino, ainda que de forma insuficiente, tendia a circunscrevê-lo a reconhecimentos tidos como “marginais”, negando a essas intelectuais o *status* de historiadoras e o acesso ao “gramado”.

¹⁰⁰ Um exemplo desses trabalhos pode ser observado na tese de Otávio Erbereli Júnior. ERBERELI JÚNIOR, Otávio. *A trajetória intelectual de Alice Piffer Canabrava: um ofício como sacerdócio (1935-1997)*. 2019. 369 f. Tese (Doutorado em História) – Universidade de São Paulo, Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, São Paulo, 2019.

¹⁰¹ Sobre Cecília Westphalen a recente tese de Daiane Vaz Machado foi uma das pesquisas que contribuiu para romper com parte desse anonimato que cerceou o seu reconhecimento intelectual. Com data anterior a publicação da tese, encontramos apenas uma entrevista realizada por José Wille em 1997. MACHADO, Daiane Vaz. *Por uma “ciência histórica”*: o percurso intelectual de Cecília Westphalen, 1950-1998. 2016. 337 f. Tese (Doutorado em História) - Faculdade de Ciências e Letras, Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”, Assis, 2016; WILLE, José. *Memória paranaense: entrevista com Cecília Westphalen*. Curitiba: Nossa Cultura, 2010, v. 6.

¹⁰² Ainda hoje é difícil encontrar estudos direcionados às contribuições intelectuais de Eulália Lobo. Parte desse imaginário, todavia, pode ser observado em algumas publicações dispersas como: VAINFAS, Ronaldo; GOMES, Ângela de Castro. Entrevista com Eulália Maria Lahmeyer Lobo. *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, v.5, n.9, 1992; LIMA, Ismênia Martins de. *Conferência em Homenagem a Eulália Lobo pronunciada no dia 15 de abril de 2004 no campus da UERJ no lançamento do número 10 da Revista do Rio de Janeiro*. Disponível em: <https://xn--hístria-o0a.ufrj.br/images/Emeritos/SAIBA MAIS Conferencia homenagem Eulalia Lobo.pdf>. Acesso em: 03 jan. 2023; HONORATO, Cezar. Eulália Lahmeyer Lobo: entrevista. *Revista Rio de Janeiro*, n.10, maio-ago. 2003, p 234–250.

¹⁰³ Para pensarmos esse imaginário no caso de Maria Yedda Linhares, alguns trabalhos mostram como a sua trajetória na docência foi acompanhada também pela produção de uma significativa obra como historiadora: SILVA, Francisco Carlos; MATTOS, Hebe Maria; FRAGOSO, João (Org.). *Escritos sobre história e educação: homenagem a Maria Yedda Linhares*. Rio de Janeiro: Mauad, 2001; LIBLIK, C. S. da F. K. Trajetória de Maria Yedda Linhares: notas sobre a construção de um devir. *História da Historiografia: International Journal of Theory and History of Historiography*, Ouro Preto, v. 9, n. 22, 2017.

2.3 CONHECER E APRENDER COM OS “GRANDES” HISTORIADORES

Na medida em que perpassamos pelas diferentes mudanças e transformações que acompanharam a historiografia brasileira, emergem, diante de nós, uma série de perguntas sobre qual seria então essa figura do historiador “brasileiro”. Por um lado, como mencionei na seção anterior, é evidente que a pluralidade de sujeitos e abordagens se coloca como um entrave direto quando pensamos em elaborar uma resposta a essa indagação. Por outro, todavia, não há como negar que a existência valorativa de um lugar social e epistêmico, que regula, condiciona e legitima o ofício das e dos intelectuais, atua sobre uma ideia precisa de quem pode ser historiador e falar através de um discurso historiográfico. É nesse sentido que a observação das rupturas e continuidades envolvidas nesse tipo de memória que os historiadores produzem sobre a disciplina e sobre os seus historiadores “notáveis”, em especial, os chamados “cânones”, pode ser particularmente útil ao nosso problema de pesquisa.

Antes de iniciar essa pequena análise crítica, caberia, entretanto, ressaltar nestas linhas uma questão. Ao me debruçar sobre esse panorama, da forma como sugere Ana Carolina Barbosa Pereira (2018), não pretendo assumir uma postura de rejeição irrefletida desses historiadores, menosprezando o valor historiográfico de suas obras. O objetivo, antes de tudo, é direcionar o olhar para as estruturas que fomentaram os processos de construção, validação e perpetuação de determinados sujeitos e narrativas na história da historiografia brasileira. A minha hipótese é de que a construção desses conjuntos de referências que apresentam esse tipo de exercício genealógico e orientam a disciplina, observados através de diferentes manuais e livros introdutórios, mobilizam um universo de autores que são, entre si, compartilhados. Esses materiais, que estão em lugares centrais e estratégicos, utilizam constantemente referências importantes que são vistas como seminais, fundadoras e “incontornáveis” para a história da historiografia brasileira. Subentende-se que o público conhece esses autores e, por isso, não os questiona. Esse movimento de busca, de permanente construção de referências, se espelha, assim, naquilo se valoriza a partir de uma forma e um modelo que já estão dados.

Em linhas gerais, para identificar como esse conjunto de referências opera por uma chave que recicla determinados nomes e se espelha nessas “origens” para construir e justificar uma narrativa propedêutica, seria suficiente recorrer a alguns dos inúmeros manuais e livros

introdutórios que se propõem a fazer uma apresentação da disciplina. São diversas as obras que poderiam ser aqui citadas. Em síntese, sem me propor a alcançar em sua totalidade a quantidade e a amplitude dessas contribuições, bastaria analisar apenas algumas delas.

Dentre esses materiais, a obra de Américo Jacobina Lacombe, *Introdução ao estudo da história do Brasil*¹⁰⁴, pode ser então a primeira destacada. Inicialmente, o manual resultou de um esboço feito em 1956 para ser utilizado por professores do Instituto Nacional de Estudos Pedagógicos. Escrito a pedido de Anísio Teixeira, a obra fazia parte de uma coleção de instrumentos que poderiam ser utilizados como aporte pedagógico para o trabalho de estudiosos dos grandes centros. Para o objetivo apresentado acima, a redação do sétimo capítulo, *Historiografia Brasileira*, é a parte que, especificamente, nos interessa. Lacombe divide o capítulo em duas seções, *As Crônicas Coloniais* e *Os Grande Historiadores*, permito-me focar apenas na última.

Entre alguns nomes que Lacombe cita, estão: Adolfo de Varnhagen (1816-1878), Robert Southey (1774-1843), João Francisco Lisboa (1812-1863), Joaquim Caetano da Silva (1820-1873), Pereira da Silva (1817-1898), Abreu e Lima (1794-1869), José da Silva Lisboa (1756-1835), Melo Moraes (1844-1919), Joaquim Felício dos Santos (1828-1825), Joaquim Norberto de Sousa e Silva (1820-1891), Joaquim Caetano Fernandes Pinheiro (1825-1876), Joaquim Nabuco (1849-1910), Manuel Oliveira Lima (1867-1928), Pandiá Calógeras (1870-1934), Padre Rafael Maria Galanti (1840-1917), João Ribeiro (1860-1934) e Capistrano de Abreu (1853-1927). A contribuição desses historiadores é organizada de forma a induzir um tipo de gênese da disciplina, abrindo espaço para enquadrar essas obras em uma ordem sequencial e teleológica da produção historiografia no Brasil.

Dentre os historiadores mencionados, o tratamento direcionado às figuras de Varnhagen, Southey e Capistrano desempenham uma função central em sua apresentação. Varnhagen é apresentado, inicialmente, como o maior historiador do Brasil. A seguir, embora anterior a Varnhagen, espelhado pela composição de sua obra, Southey é colocado em um nível mais alto devido a sua forma, concepção artística e instituição. Todavia, como esse autor escreveu antes de outras obras “fundamentais”, Lacombe recorre a Capistrano para mostrar como a contribuição de Southey se classificava ainda como incompleta. Na organização dessa exposição Lacombe mobiliza a figura de Capistrano não apenas como referência para

¹⁰⁴ LACOMBE, Américo Jacobina. *Introdução ao estudo da história do Brasil*. São Paulo, Editora Nacional, Ed. da Universidade de São Paulo, 1973.

classificar essas obras, mas também como um agente desse movimento de progressão historiográfica, recuperando a obra desses e outros precursores a fim de preencher as lacunas que ele apontava na história da historiografia. O que se observa, no geral, é que havia um movimento constante de buscar essas referências para não só para afirmá-las como “fundamentais”, mas também para espelhar-se nelas com o objetivo de construir um “novo” e, portanto, mais completo conhecimento historiográfico, justificando, assim, um tipo de evolução da historiografia brasileira.

Esse mesmo movimento também pode ser observado na obra de Francisco Iglésias, *Historiadores do Brasil: capítulos da historiografia brasileira*¹⁰⁵. Apesar de publicada postumamente nos anos 2000 pela editora Nova Fronteira, a obra de Francisco Iglésias representa um manual historiográfico que se propõe a avaliar alguns grandes nomes e obras notáveis da historiografia brasileira. Nesse livro, procurando fixar uma imagem do campo, o historiador divide sua análise em três períodos específicos: de 1500 a 1838; de 1838 a 1931 e de 1931 adiante. Focarei apenas nos dois últimos.

Com a influência exercida pelo Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, para o período de 1838 a 1931, Iglésias elenca algumas contribuições intelectuais consideradas referências clássicas para elaboração de uma narrativa da história do Brasil e do pensamento histórico brasileiro. Em sua contribuição, o autor atribui foco a duas figuras principais: Karl Friedrich Philipp von Martius (1794-1868) e Francisco Adolfo Varnhagen (1816-1878). Von Martius é citado por sua contribuição a uma historiografia filosófica do Brasil, com a atenção voltada a sua obra *Como se deve escrever a história do Brasil*¹⁰⁶, escrita para concorrer ao prêmio oferecido pelo IHGB no ano de 1840. Varnhagen, por sua vez, é evocado como uma espécie de marco fundador de uma nova historiografia. Foi com a obra *História Geral do Brasil*¹⁰⁷, considerada um “modelo do processo brasileiro”, que o visconde de Porto Seguro passou a ser reconhecido por sua contribuição à elaboração da narrativa da história do Brasil. Um papel especial é atribuído também à figura de Capistrano de Abreu (1853-1927). Para Iglésias, Capistrano teria se revelado pelo sentido interdisciplinar conjugado à história, inovando os moldes da historiografia e fugindo de um esquema tradicional até então

¹⁰⁵ IGLÉSIAS, Francisco. *Os historiadores do Brasil: capítulos de historiografia brasileira*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira; Belo Horizonte, Mg: UFMG, IPEA, 2000.

¹⁰⁶ MARTIUS, Karl Friedrich Philipp von. *Como se deve escrever a história do Brasil*. Rio de Janeiro, *RIHGB*, T. 6, p. 381-403, 1844; 2.ed., p. 389-411.

¹⁰⁷ VARNHAGEN, Francisco Adolfo de. *História geral do Brasil*. Rio de Janeiro: Em Caza de E. e H. Laemmert, 1854.

circunscrito à história política e administrativa. Além dessas figuras, outros nomes da intelligentsia brasileira com contribuições relevantes são destacados pelo autor, como: Cândido Mendes (1818-1881); Joaquim Caetano (1820-1873); Barão do Rio Branco (1845-1912); Joaquim Nabuco (1849-1910); Tobias Monteiro (1866-1952); Oliveira Lima (1867-1928); Manuel Bonfim (1868-1932) e Pandiá Calógeras (1870-1934).

Para o terceiro período, a partir de 1931, Iglésias seleciona um grupo de sete historiadores considerados essenciais para a formação de uma nova fase da historiografia brasileira. Essas figuras são: Francisco José de Oliveira Viana (1883-1951); Gilberto Freyre (1900-1987); Caio Prado Jr. (1907-1990); Sérgio Buarque de Holanda (1902-1982); Roberto Cochrane Simonsen (1889-1948); Nelson Werneck Sodré (1911-1999) e José Honório Rodrigues (1913-1987).

Apoiados sobre os historiadores que os antecederam, além de representarem uma espécie de linhagem dessa nova fase pensamento historiográfico brasileiro, esses nomes compartilhavam algumas características dignas de atenção. Para esse ponto, o recente artigo¹⁰⁸ de Ohara (2019) sobre a obra *Historiadores do Brasil* traz algumas considerações que nos são particularmente interessantes. Em um primeiro momento, seria importante observar, como menciona o autor, que quatro desses letrados se formaram pelas faculdades de direito. Oliveira Viana, Buarque de Holanda e Rodrigues graduaram-se pela Faculdade Nacional de Direito e Prado Jr. graduou-se pela Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo. Ainda sobre a formação intelectual, três deles estudaram e/ou trabalharam no exterior, sendo eles, Freyre e Rodrigues, nos EUA, e Buarque de Holanda, na Itália e na Alemanha. Com relação à origem social e econômica, seis dessas figuras, com exceção de Werneck Sodré, pertenciam à classe média ou a ricas famílias. Por último e não menos importante, Ohara (2019) mostra que todos eles tinham estreitas relações com o Estado Brasileiro, atuando como políticos, burocratas ou militares.

O livro de Amaral Lapa *A História em questão*¹⁰⁹ também pode ser destacado como exemplo desses espelhamentos propedêuticos. Para explicar como a visão factual interpretativa da historiografia brasileira vigente até as décadas iniciais do século XX

¹⁰⁸ OHARA, J. R. M. Falando de Virtudes e Estabelecendo Fronteiras na Historiografia Brasileira Moderna: uma leitura de *Historiadores do Brasil*, de Francisco Iglésias. *História da Historiografia: International Journal of Theory and History of Historiography*, Ouro Preto, v. 12, n. 30, 2019. DOI: 10.15848/hh.v12i30.1475.

¹⁰⁹ LAPA, José Roberto do Amaral. *A história em questão: historiografia brasileira contemporânea*. Petrópolis, Vozes, 1976.

transformou-se em uma escrita da história com novos dados e interpretações mais laboradas, Lapa (1976) recupera um conjunto de referências que o permite falar dessa projeção. Para tal, o autor perpassa por historiadores como Oliveira Viana, Capistrano de Abreu e Gilberto Freyre até chegar a algumas obras fundamentais para a História do Brasil, caminhando de *Casa-Grande e Senzala* à *Formação Econômica do Brasil* e perpassando por alguns nomes de expressão da Historiografia Brasileira contemporânea. Dentre esses nomes, Lapa incluiu historiadores que iam de Sérgio Buarque de Holanda a José Honório Rodrigues, mostrando como eles construíram um diálogo historiográfico mais amplo e “elaborado”.

O prefácio de *Raízes do Brasil*¹¹⁰, elaborado por Antonio Candido em 1976, embora não se trate de nenhum manual ou livro introdutório, espelha essa mesma lógica de forma curiosa. Para ilustrar a atmosfera em que apareceu e atuou *Raízes do Brasil*, Candido mobiliza uma certa ordem de visões sobre a historiografia brasileira que atuavam como um imperativo do desenvolvimento histórico que na obra ele buscava apontar. Ao lado de autores como Gilberto Freyre e Caio Prado Júnior, buscava-se espelhar na obra de Sérgio Buarque de Holanda um tipo superação de uma historiografia, já “ultrapassada”, que a antecipava. Em contraposição a intérpretes como Sílvio Romero, Euclides da Cunha e Oliveira Viana, Candido colocava a obra de Freyre como um novo marco para a historiografia brasileira, reivindicando, portanto, o seu valor como uma obra incontornável.

Embora as obras acima citadas tenham sido escritas em contextos e épocas distintas, elas pareciam compartilhar um mesmo ideário historicista sobre a historiografia brasileira que esteve presente na obra de Jean Glénisson, *Iniciação ao Estudos Históricos*¹¹¹. Elaborada para servir como uma base de iniciação teórica e metodológica às aulas ministradas na USP, na cadeira História Geral da Civilização Brasileira, a obra funcionou como um tipo de referência teleológica que pretendia direcionar um sentido a formação historiográfica no Brasil. Para apresentar um esboço da Historiografia brasileira nos séculos XIX e XX, Glénisson contou com a colaboração de Pedro Moacyr Campos e Emília Viotti da Costa (responsáveis pela seção de historiografia brasileira do volume). No livro, mobilizou-se basicamente o mesmo elenco de autores/historiadores que funcionam como agentes de construção dos quadros da

¹¹⁰ CANDIDO, Antonio. O significado de “Raízes do Brasil”. In: HOLANDA, Sérgio Buarque de. *Raízes do Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras, 1967-2013.

¹¹¹ GLÉNISSON, Jean. *Iniciação ao Estudos Históricos*. Difusão Européia, São Paulo, 1961.

disciplina¹¹². Dentre figuras como Southey, Varnhagen e Capistrano, o livro apresentou uma estrutura genealógica que se voltava a esses historiadores e apontava para uma nova fase, cujo âmbito dos estudos históricos encontraria nessas referências um espelho para passar por uma total renovação no sentido que a formação oferecida pela USP estava projetando no momento.

Diante disso, que tipo de memória esses historiadores estavam produzindo quando se prestavam a mobilização dessas referências? Pode-se dizer que a construção desse imaginário se consolidava como um tipo de base que reciclava essas e outras referências na medida em que elas davam voz à narrativa sobre uma escrita da história que se deveria fundamentar. A arquitetura dessa memória histórica, apontava não só para as rupturas e continuidades da historiografia brasileira, mas para uma ideia fundamentada de como esse passado da disciplina deveria ser apresentado e, conseqüentemente, para uma orientação daquilo e daquele que deveria ou não ali figurar. Em outras palavras, em direção aos apontamentos de Freixo (2017), isso mostra como a própria história da historiografia buscava no passado referências para compor e justificar a sua análise contemporânea. Nessa direção, o discurso do historiador precisa ser também ser compreendido como um “agir performativo” (FREIXO, 2017) no qual pensar essas rupturas e ordenar essa narrativa sobre a historiografia serve também como forma que permite delimitar e afirmar aquilo que pensamos definir o historiador e sua prática.

O que interessa, nesse ponto, não é dizer se os historiadores que construíram esse tipo memória estavam certos ou errados. É evidenciar o *modus operandi* e a constante reciclagem dessa forma de pensar o passado e suas representações. Foi precisamente nesse *modus operandi*, que sempre recorria a essas figuras e a uma fórmula que é progressista, linear e modernista de evolução, que se produziu esse rol de referências masculinas que temos hoje. Essa leitura teleológica, na qual a história da historiografia é a produtora de si mesmo, foi a que tendeu a classificar, conseqüentemente, essas referências, ou esses “cânones”, como indispensáveis, direcionando, ainda hoje, essas lentes para o que é importante ou merece ser lembrado.

2.3.1 Manter a mesma forma?

¹¹² José Honório Rodrigues aparece recorrentemente dentre as referências mobilizadas por Glénisson nessa seção. Essa centralidade é importante para observar como Honório não só se inseria nessa forma, mas para mostrar como ele tornava-se também, de certo modo, uma referência para ela.

Algumas recentes contribuições do campo podem nos dar indícios de como esse movimento permanente de construção do historiador ainda se sedimenta sobre uma ideia que é permanentemente orientada pelo masculino. No caso da história da historiografia brasileira, o recente trabalho escrito por Pereira (2018) identifica um número crescente de livros e artigos dedicados a referenciar diretamente os historiadores considerados “ilustres” e suas contribuições. De acordo com a autora, nos últimos doze anos, houve um aumento expressivo¹¹³ na produção de coletâneas que buscavam sistematizar o conhecimento histórico brasileiro e remontar o percurso formativo do campo. Embora se debrucem sobre um conjunto restrito e privilegiado de textos considerados fundacionais para a disciplina histórica, essas obras nos fornecem ricos materiais para investigar os sujeitos e as tradições envolvidos na contínua demarcação de um conjunto de referências para o pensamento histórico brasileiro.

Várias obras podem ser mencionadas como exemplo dessas contribuições. Em sùmula, podemos citar a coletânea *História e Historiadores no Brasil: do fim do Império ao alvorecer da República (1870-1940)*¹¹⁴, organizada por Fernando Nicolazzi, e o quarto volume de *Os Historiadores clássicos do Brasil: dos primeiros relatos a José Honório Rodrigues*¹¹⁵, organizado por Maurício Parada e Henrique Estrada Rodrigues. Publicada em 2015, a coletânea organizada por Nicolazzi oferece ao leitor um conjunto dos textos elaborados por diferentes letrados brasileiros entre as décadas de 1870 e 1940 considerados fundamentais para compreender os desvios e rupturas ocorridos na história da historiografia nacional. Dentre os letrados contemplados na coletânea, somam-se um total de onze personagens que aparecem na seguinte ordem: João Capistrano de Abreu (1853-1927); Sílvia Romero (1851-1914); Pedro Lessa (1859-1921); José da Rocha Pombo (1857-1933); Euclides da Cunha (1866-1909); Manoel de Oliveira Lima (1867-1928); João Ribeiro (1860-1934); Francisco José de Oliveira Vianna (1883-1951); Alcides Bezerra (1891-1938); Manoel Bonfim (1868-1932) e Afonso Taunay (1876-1958).

¹¹³ É conveniente ressaltar que esse aumento está atrelado ao processo de consolidação do campo de teoria e história da historiografia no Brasil, sendo diretamente impulsionado pela fundação de núcleos e organizações de pesquisa como a Sociedade Brasileira de Teoria e História da Historiografia (SBTHH), criada em 2009. PEREIRA, Ana Carolina Barbosa. Precisamos falar sobre o lugar epistêmico na Teoria da História. *Tempo e Argumento*, Florianópolis, v. 10, n. 24, p. 88 - 114, abr/jun. 2018, p. 99.

¹¹⁴ NICOLAZZI, Fernando (org.). *História e historiadores no Brasil: do fim do império ao alvorecer da República (1870-1940)*. Porto Alegre, RS: EDIPUCRS, 2015.

¹¹⁵ PARADA, Maurício; RODRIGUES, Henrique Estrada (orgs.). *Os historiadores: clássicos da história do Brasil*, vol. 4: dos primeiros relatos a José Honório Rodrigues. Petrópolis, RJ: Vozes; Rio de Janeiro: Editora PUC, 2018.

A coletânea organizada por Maurício Parada e Henrique Estrada Rodrigues, por sua vez, faz parte de uma coleção de quatro volumes intitulada *Os Historiadores clássicos da História* (2012; 2013; 2014; 2018) que caminha “de Heródoto a Roger Chartier”. Em relação ao quarto volume, publicado no ano de 2018, os organizadores se propõem a fazer uma introdução completa aos historiadores clássicos da história do Brasil, buscando expor, explicar e discutir as nuances e complexidades da historiografia brasileira. A obra perpassa, assim, por dezesseis historiadores, sendo eles em sua respectiva ordem: Francisco Adolfo de Varnhagen (1816-1878); João Francisco Lisboa (1812-1863); Joaquim Nabuco (1849-1910); Capistrano de Abreu (1853-1927); Oliveira Vianna (1883-1951); Oliveira Lima (1867-1928); Manuel Bonfim (1868-1932); Afonso d’Escragnoille Taunay (1876-1958); Luís da Câmara Cascudo (1898-1986); Octávio Tarquínio de Souza (1889-1959); Gilberto Freyre (1900-1987); Serafim Leite (1890-1969); Sérgio Buarque de Holanda (1902-1982); Caio Prado Jr. (1907-1990); Nelson Werneck Sodré (1911-1999) e José Honório Rodrigues (1913-1987).

No que diz respeito à autoria dos capítulos dessas coletâneas uma característica particular chama a atenção. No livro *História e Historiadores no Brasil: do fim do Império ao alvorecer da República (1870-1940)*, de um total onze intelectuais responsáveis por redigir os capítulos, seis deles eram do sexo feminino. Na coletânea *Os historiadores clássicos do Brasil*, esses números parecem seguir o mesmo padrão. Dentre os dezoito intelectuais que participaram como autores e autoras dos capítulos, doze deles eram do sexo feminino. Mesmo que a maior parte desses textos tenha sido efetivamente escrita por mulheres, historiadoras, isso não mudaria significativamente a forma como essa lente seria empregada em sua elaboração. Ou seja, embora história da historiografia seja escrita, cada vez mais, por mãos femininas, um sentido de sua escrita continuar perpassar nossas formações: os marcos e “grandes nomes” que compõe os conjuntos de referências historiográficas são ainda, em sua maioria, homens.

Além dessas coletâneas, a obra *Uma introdução à história da historiografia brasileira (1870-1970)*¹¹⁶, publicada por Mateus Henrique De Faria Pereira, Pedro Afonso Cristóvão Dos Santos e Thiago Lima Nicodemo no ano de 2018, embora se debruce mais sobre as mutações do conceito moderno de história da historiografia brasileira, também pode ser útil para compor uma imagem desse quadro. O livro propõe-se a deslocar e suplementar algumas

¹¹⁶ PEREIRA, Mateus Henrique De Faria; SANTOS, Pedro Afonso Cristóvão Dos; NICODEMO, Thiago Lima (orgs.). *Uma introdução à história da historiografia brasileira (1870-1970)*. Rio de Janeiro: FGV Editora, 2018.

das perspectivas interpretativas que ultrapassam a formação da história da historiografia brasileira, buscando recriar os traços de uma tradição em seus momentos decisivos e suas principais figuras. A partir da identificação do que se chama historiadores “pioneiros” para a história da historiografia brasileira, os autores mobilizam as figuras de Capistrano de Abreu (1853-1927), José Honório Rodrigues (1913-1987) e Amaral Lapa (1929-2000) como aporte para visualizar as transformações da historiografia e os caminhos para consolidação da profissão de historiador no Brasil.

Um outro movimento que poderia contribuir para identificar esse conjunto de referências para a história da historiografia brasileira seria uma análise das publicações recentes nos periódicos de história, em especial os dedicados à área de teoria e história da historiografia. Um balanço sistemático sobre os conteúdos e autores estudados nesses artigos seria capaz de elucidar com maior precisão as dinâmicas atuais de mobilização destes marcos e tradições no interior do campo. Isso nos permitiria investigar, por exemplo, como essas dinâmicas de valorização e legitimação de determinadas obras e autores continuam a reproduzir certas características que respondem a um modelo, ou “forma” específica, por vezes hierárquico e excludente do ponto de vista do gênero e da raça, e que parece insistir numa fórmula que, mesmo inadvertidamente, naturaliza os historiadores como agentes únicos e protagonistas triunfantes da história da história. Para o objetivo aqui exposto, entretanto, a fim de não desviar demasiadamente do foco dessa pesquisa, bastaria retomar os resultados do recente balanço feito pela pesquisadora Flávia Varella (2018) sobre as publicações da revista *História da Historiografia*.

Ao categorizar os artigos da revista publicados entre o decênio de 2008 e 2018, Varella indica que dos 195 nomes de autores que aparecem no título ou no resumo dos artigos, 186 deles se referem a personagens do sexo masculino, correspondendo a noventa e cinco por cento (95%) do total das menções. Dentre esses 186 autores estudados que aparecem em dois ou mais artigos, destacam-se por ordem decrescente de recorrência: Francisco Adolfo de Varnhagen (1816-1878); Hayden White (1928-2018); Domingo Faustino Sarmiento (1811-1888); Fernand Braudel (1902-1985); Lucien Febvre (1878-1956); Paul Ricoeur (1913-2005); Reinhart Koselleck (1923-2006); Sérgio Buarque de Holanda (1902-1982); Alexandre Herculano (1810-1877); Johann Gustav Droysen (1808-1884); Manoel Luiz Salgado Guimarães (1952-2010); Michel de Certeau (1925-1986); Thomas Hobbes (1588-1679) e Tucídides (ca. 460 a.C. - ca. 400 a.C.). Para nosso recorte, referente à história da historiografia brasileira, o nome de Francisco Adolfo de Varnhagen aparece como o mais

recorrente entre os autores mencionados, seguido do nome de Sérgio Buarque de Holanda e, em um movimento historiográfico mais recente, Manoel Luiz Salgado Guimarães.

Em relação às autoras do sexo feminino, o número corresponde apenas à 9 (5%) dos 195 nomes. De acordo com Varella (2018), as mulheres que tiveram suas obras analisadas foram: Alice Piffer Canabrava (1911-2003); Cecília Westphalen (1927-2004); Dorothea Lange (1895-1965); Hannah Arendt (1906-1975); Laura de Mello e Souza (1953); Maria de Fátima Bonifácio (1948); Maria Yedda Linhares (1921-2011); Teresa Piossek Prebisch (1930) e Wlamyra R. Albuquerque. Com exceção ao nome de Arendt, que aparece em dois trabalhos, nenhuma dessas mulheres foram alvo de investigação em mais do que um artigo. No que diz respeito à história da historiografia brasileira, localizamos as únicas menções à Alice Piffer Canabrava, Cecília Westphalen, Laura de Mello e Souza, Maria Yedda Linhares e Wlamyra R. Albuquerque. Outras observações também devem ser consideradas. Nas palavras de Varella (2018, p. 253), “não é de se estranhar que todas as autoras analisadas em artigos situem-se nessa faixa cronológica, em especial nos séculos XX e XXI”. Consequentemente, a recente e ainda frágil inscrição dessas mulheres no cânone historiográfico evidencia que, em direção aos apontamentos de Varella (2018), mesmo com a maior difusão dos estudos de gênero e a reavaliação das práticas historiográficas no final na década de 80, não se obteve uma mudança significativa no perfil disciplinar e no teor das pesquisas publicadas na revista.

Quatro anos após a publicação desse balanço, uma rápida análise¹¹⁷ dos números publicados na revista *História da Historiografia* serve para comprovar a continuidade dessa hipótese. De 2018 até o presente momento, é possível observar que dentre as 148 menções de autores e autoras nos títulos e resumo dos artigos, 136 (92%) se referem a autores do sexo masculino. No caso de autores brasileiros do sexo masculino, esse número cai para 23 menções (15,5 %), sendo Sérgio Buarque de Holanda o autor mencionado mais vezes. Para o contingente de autoras do sexo feminino, esse número corresponde à 12 menções (8%). Dentre esses nomes, Judith Butler (1956) e Elizabeth Jelin (1941) são as únicas autoras que foram mencionadas, ambas, em dois artigos. Não se observou a presença de historiadoras brasileiras entre as autoras mencionadas. Todavia, é importante destacar que algumas delas

¹¹⁷ Para realizar essa análise selecionei os números publicados na revista *História da Historiografia* a partir do ano de 2018, sendo eles: v. 12 n. 29 (2019), v. 12 n. 30 (2019), v. 12 n. 31 (2019), v. 13 n. 32 (2020), v. 13 n. 33 (2020), v. 13 n. 34 (2020), v. 14 n. 35 (2021), v. 14 n. 36 (2021), v. 14 n. 37 (2021), v. 15 n. 38 (2022) e v. 15 n. 39 (2022). Analisei individualmente os títulos e resumos dos artigos a fim de selecionar os nomes de autoras e autores ali mencionados. As porcentagens apresentadas acima foram aproximadas a fim de evitar, quando possível, o uso de números decimais.

estabeleceram trânsitos importantes com o campo de história da historiografia brasileira. Adeline Daumard (1925-2003) é um exemplo dessas conexões. Como pontua Machado (2021), foi no Brasil que Daumard encontrou uma rede intelectual feminina capaz de dialogar com sua forma de fazer história e fomentar sua carreira.

Embora existam algumas divergências entre as coletâneas e materiais analisados, sobretudo em relação à abrangência do recorte, uma breve análise desses nomes e números nos permite desenvolver alguns direcionamentos. Primeiramente, imagino que seja uma afirmação trivial dizer que essas figuras foram e continuam a ser, em sua maioria homens, brancos, casados, “respeitáveis” e privilegiados, pertencentes a uma determinada elite econômica e social. É inegável, portanto, que o corpo desses autores “notáveis” da disciplina exprime um padrão de condutas profundamente enraizado nas configurações que determinam as relações de gênero, raça e classe.

Ao lado dessas demarcações identitárias, esses nomes nos permitem supor que o historiador admirado por sua comunidade deveria também corresponder a determinados padrões de atuação pública e intelectual. Conforme argumenta Liblik (2017), é notório que o corpo do historiador, para além da dimensão formativa seu ofício, precisaria ainda se deslocar e aparecer nos espaços públicos e institucionais. O que explica, por exemplo, o fato de muitos desses historiadores acima mencionados serem figuras que atuavam corriqueiramente nos espaços públicos da sociedade: políticos, burocratas e militares.

Uma outra dimensão dessa atuação corresponderia ao alcance e projeção desses personagens. Em linhas gerais, podemos dizer que esse alcance estava intimamente relacionado às condições de formação, profissionalização e interação por eles vivenciadas. Isso explica, por um lado, a valorização de determinados trânsitos formativos e profissionais. Por outro, essa projeção estaria vinculada à inserção desses historiadores nos círculos intelectuais de sua época, principalmente no que se refere à construção das redes e colégios invisíveis no campo de historiografia brasileira. É nesse sentido que a frágil inscrição das mulheres ao “cânone” historiográfico parece assumir contornos mais nítidos. Em consonâncias com as discussões esboçadas no primeiro capítulo, numa época em que os espaços de circulação das mulheres ficavam restritos aos ambientes domésticos e privados, era extremamente difícil ao público feminino receber projeções e ocupar posições de protagonismo nos ambientes acadêmicos e profissionais. Nas poucas vezes em que essas mulheres conseguiam acesso à educação superior e à alta qualificação, como é o caso das

historiadoras Alice Piffer Canabrava, Maria Yedda Linhares e Cecília Maria Westphalen, a recepção e a circulação de suas obras nos círculos acadêmicos e intelectuais continuaria afetada pelas desigualdades e desequilíbrios de gênero. O que elucida, afora a tardia e ainda marginal projeção em únicos artigos da revista *História da Historiografia*, uma ausência quase completa dessas personagens nos compêndios e livros analisados.

Longe de propor nessas páginas uma discussão exaustiva sobre cada uma destas figuras mencionadas acima, o que é interessante notar é como a ausência de autoras mulheres dentre esse conjunto de referências da disciplina nos fornece indícios da série de características e disposições que o intelectual precisa apresentar para obter poder e reconhecimento. Dada essas constatações, é interessante observar como esses “pais fundadores” se inscrevem nas raízes da reflexão sobre a história da historiografia brasileira e descrevem os paradigmas fundacionais da disciplina. Sob esse ângulo, não há dúvidas de que esses personagens e suas respectivas obras reiteram a existência de uma linhagem para o pensamento histórico no país que teria sido responsável pela construção de uma identidade do historiador e dos modos de se escrever a história. Essa construção, evidentemente, estaria sob o jugo de um corpo que é observado, analisado e perscrutado por seus pares.

Isso me permite afirmar, com certo grau de certeza, que a formulação do “grande historiador” caminha inevitavelmente sobre a existência de uma dimensão política que regula, condiciona e legitima a atuação das e dos intelectuais. É através dessa perspectiva que essa breve análise dos sujeitos “notáveis” que compõem o campo parece nos revelar algo latente, mas pouco surpreendente para o problema em tela: dos eruditos do século XIX à historiografia universitária das últimas décadas do século XXI, a memória sobre a disciplina mantinha-se majoritariamente masculina. Embora escrita ou ensinada por mulheres, o seu conjunto de referências continuava a ser de historiadores homens.

CAPÍTULO 3 - ANTES DE ERIGIR UM MONUMENTO: AS FUNDAÇÕES

Saber escrever, gostar de escrever parece-me, depois do amor, o maior dom que Deus nos dá. Trabalhei muito ao lado de José Honório vivo; ele continuará vivo enquanto eu puder trabalhar no seu espólio literário, que não é despiciendo.”

(Lêda Boechat Rodrigues, 2000, p. 18)

Considerando as configurações que cerceavam o reconhecimento de Lêda Boechat Rodrigues no campo historiográfico, qual seria então a estratégia por ela encontrada para fazer-se historiadora? Diante de todas essas questões, erigir um monumento historiográfico sobre José Honório Rodrigues, por mais que existissem tensões e contradições, possivelmente seria uma resposta peculiar por ela encontrada. Embora a extensa produção da historiadora não figurasse nos quadros da história da historiografia brasileira, a existência dessa forma de reconhecimento sugeria que José Honório poderia estar lá. Consciente desse movimento, sendo ela uma pessoa inserida naquela sociedade e que vivenciava aqueles valores, Lêda parece, assim, atribuir a si mesma a missão de garantir ao historiador esse lugar. Nesse sentido, em um movimento autoral, a historiadora, como autora da historiografia, se empenharia na construção de uma memória que moldaria aquilo que, em linhas gerais, seria acessível em relação a José Honório Rodrigues e sua obra.

Para caracterizar esse princípio, antes de tudo, é preciso acrescentar uma característica que por vezes passa despercebida quando pensamos na projeção do historiador: o trabalho intelectual de Lêda Boechat se fez na direção de uma costura da obra e do autor fundamental para a sobrevivência e manutenção do nome de José Honório Rodrigues. Após a morte do marido, Lêda iniciou um trabalho de disseminação e organização das obras e acervos do historiador que perdurou por toda sua viuvez. Dessa forma, nas décadas finais do século XX e no início de XXI, a intelectual desempenhou uma importante função literária que ajudou a estabelecer as fronteiras em torno do autor e ampliar o alcance de sua trajetória historiográfica.

Em paralelo à escrita de suas obras autorais, Lêda Boechat Rodrigues se dedicou a editar e publicar diversas obras e materiais inéditos de Honório Rodrigues. A historiadora iniciou, assim, um enorme trabalho de avaliação dos documentos e da correspondência de Rodrigues, fazendo um amplo uso de seus conhecimentos sobre biblioteconomia e arquivologia para organizar e publicizar a obra do historiador. É importante observar que Lêda atribuiu ao próprio trabalho a função de atuar no espólio literário do historiador, envolvendo-se arduamente nos processos de compilação e publicação dos vastos manuscritos de José Honório Rodrigues. Além das obras autorais que ainda não haviam sido publicadas, como *História da História do Brasil: Historiografia Conservadora* (1988) e *História da História do Brasil: A Metafísica do Latifúndio: o ultra-reacionário Oliveira Vianna* (1988), Boechat também foi responsável por publicar os seguintes livros póstumos: *Ensaio Livres* (1991); *José Honório Rodrigues: um historiador na trincheira* (1994); *Correspondência de José Honório Rodrigues* (2000) e *Nova Correspondência de José Honório Rodrigues* (2004). Entretanto, o reconhecimento de seus esforços intelectuais e editoriais, salvos pouquíssimas exceções, ficaria escondido sob a lente do brilhantismo atribuído à figura do esposo.

É a partir dessas questões que este capítulo se dedicará a pensar especificamente o papel ativo que Lêda Boechat desempenhou no processo de elaboração da “obra” de um José Honório Rodrigues historiador, ou seja, a obra de um autor central para a história da historiografia brasileira. Ao elencar como base a sua correspondência, o objetivo é evidenciar o conjunto de referências que estava em jogo nesse processo e dizer em que medida Lêda Boechat Rodrigues contribuiu para produzir um acervo histórico de interesse historiográfico que fez parte de um processo de monumentalização de José Honório Rodrigues. Através da imagem de Lêda como agente central nesse processo, pretendo analisar, assim, como ela articulou e se inseriu nos círculos intelectuais do historiador. Por fim, num período em que a produção do conhecimento constituía uma atividade eminentemente masculina, buscarei analisar a forma que Lêda Boechat Rodrigues encontrou para se fazer historiadora, em meio às sombras desse monumento historiográfico que ela erigiu para José Honório Rodrigues.

Acredito ser possível identificar que Lêda encontrou uma forma peculiar para fazer-se historiadora (e historiadora da historiografia). Afinal, atuando efetivamente na organização definitiva dos textos de José Honório como historiador, na condição de colaboradora, inicialmente, mas, principalmente, atuando de forma silenciosa na produção do acervo historiográfico de Honório Rodrigues (textos póstumos, catálogos, prefácios, correspondência

selecionada, traduções, entre outras), a intelectual fez deste autor e obra uma referência não apenas para aqueles que o conheceram em vida, mas um monumento historiográfico para ser lido e (re)conhecido por outras gerações. Isso permite afirmar, portanto, que boa parte do que podemos dizer sobre José Honório hoje depende dessa interpretação.

3.1 LÊDA E A CORRESPONDÊNCIA DE JOSÉ HONÓRIO RODRIGUES

Embora não caiba nessas páginas um mergulho profundo sobre o gênero epistolar, seria conveniente destacar algumas considerações sobre a multiplicidade de significados que permeia a seara da correspondência. De acordo com Rebeca Gontijo (2006a), esse gênero pode ser compreendido e mobilizado de diversas formas, que vão desde ao testemunho e à atribuição plena de significados, até a uma fonte de informação privilegiada que dá acesso aos “bastidores” de uma obra. Para o caso em tela, além do interesse no trabalho editorial, uma das mobilizações principais que carrega a análise da correspondência é mostrar a imensa rede de ideias que estava em jogo naquelas contingências, inscrevendo-as numa dada época e num dado espaço social.

A correspondência pode ser vista, dessa forma, como uma lente privilegiada que permite visualizar esses lugares de subjetividade e sociabilidade de seus remetentes e destinatários. Através dessas relações sociais, nas palavras de Gontijo (2006a, p. 52), elas podem revelar “a multiplicidade de interesses e de negociações postas em prática em momentos e situações específicas”. No que se refere à correspondência de intelectuais, esses materiais permitem, de modo singular, acessar espaços de intercâmbios de ideias, projetos e relações entre os indivíduos muitas vezes não aparentes em suas obras. Nesse sentido, o estudo da correspondência atua como um alicerce para compreensão desses processos de elaboração, “revelando ações e intenções e deixando entrever a especificidade dos procedimentos cognitivos e argumentativos” (GONTIJO, 2006a, p. 55). Para além do conteúdo e da redação da carta, retomando a atuação editorial de Lêda com a correspondência do esposo, é interessante observar também como essas ações de preservação, organização e edição revelam os sentidos das narrativas construídas sobre determinadas obras e autores.

Em paralelo a esse leque de possibilidades abertas pelo uso da correspondência, todavia, é necessário atentar-se a “ilusão de verdade” que a mobilização do material pode provocar. Contra essa ilusão, ainda segundo Gontijo (2006a), é preciso que o historiador desconfie e problematize as passagens que parecem espontâneas, autênticas e verdadeiras. Por meio desse olhar vigilante, a pesquisa deve envolver, assim, prudência em seu manejo e considerar as práticas sociais, regras e códigos que envolve a elaboração da correspondência.

Antes de adentrarmos propriamente no conteúdo da correspondência de José Honório Rodrigues, destaco mais um ponto fundamental para compreender o trabalho de Lêda com as obras póstumas e a projeção que se segue da carreira do historiador: ele tinha plena consciência da importância de conservar a correspondência. Assim como outros intelectuais de seu tempo, Honório Rodrigues preservou, “com o maior cuidado” (RODRIGUES; MELLO, 1994, p. 31), as cartas trocadas com historiadores e professores nacionais e estrangeiros. Sua correspondência, que guardou uma vasta memória sobre si e sobre diversos acontecimentos, era concebida por ele próprio como um campo fértil para a consecução de seu destino de “grande historiador”. Os processos de escrita e seleção dessas cartas já envolviam, portanto, uma meticulosidade orientada pelo seu valor arquivístico e uso futuro. Essas preocupações aparecem esporadicamente nos livros póstumos organizados por Lêda Boechat Rodrigues, onde a autora deixa nítido alguns contornos dessa autoconsciência em relação ao caráter da correspondência. Um dos exemplos dessa condição pode ser observado nas cartas trocadas entre o Padre Serafim Leite e José Honório Rodrigues após o III Colóquio de Estudos Brasileiros em Lisboa (1957):

Referindo-se aos seus trabalhos históricos, José Honório falou sobre a dificuldade que tinha em encerrar as pesquisas para começar a escrever. O Padre Serafim aconselhou-o: “Não tente esgotar o assunto do seu trabalho. Deixe algo para os que vierem depois de si. Quando sentir que o material recolhido já lhe permite escrever, encerre a pesquisa e comece a redação”. Disse-lhe ainda: “Nunca escrevo em carta algo que não possa ser publicado”. Tal comentário podia ser interpretado também como um conselho. (RODRIGUES; MELLO, 1994, p. 124)

Afora esse cuidado no manuseio, é necessário ressaltar que, ainda em vida, essas cartas passavam pelo crivo de Lêda Boechat Rodrigues. A intelectual era responsável organizar e secretariar a troca de correspondência, de forma que, quando ela adoecia ou

precisava se ausentar, toda o expediente ficava atrasado¹¹⁸. Após a morte do marido, entretanto, em abril de 1987, a vida de Lêda mudaria sobremaneira.

Além de se dedicar a escrever suas obras autorais¹¹⁹, a jurista e historiadora se dedicaria a organizar, editar e publicar muitos materiais inéditos de Honório Rodrigues. O trabalho com os dois tomos do segundo volume de *História da História do Brasil*, publicados em 1988, seria um desses exemplos. Ainda no ano de 1987, é possível observar também que Lêda Boechat já orientava seu trabalho nos arquivos de José Honório Rodrigues com a ideia das obras póstumas em mente:

A pedido do grande filólogo e meu colega Celso Cunha, que ia substituir José Honório Rodrigues na Cadeira n° 35 da Academia Brasileira de Letras, fui procurar o material que ele me solicitou e, de repente, surpresa, me deparei com um pequeno triangulo de papel verde em que estava escrito: “Ensaio Livres”. Embaixo desse pequeno triangulo havia vários ensaios e artigos em desordem, vindo em primeiro lugar a crítica à edição brasileira de Barlaeus (1941) e, a seguir, “Arciszewski”, de 1940. Ambos nos originais amarelecidos dos jornais da época. Logo pensei: aí está mais um livro póstumo de José Honório!” P. XII (RODRIGUES, 1991a)

O trabalho da intelectual com as cartas, conseqüentemente, não tardaria a começar. Como menciona no livro *Correspondência de José Honório Rodrigues* (2000), toda a correspondência profissional do historiador estava arranjada em ordem alfabética em arquivos de aço. A correspondência total, na qual Lêda trabalharia dois anos seguidos em tempo integral – abril de 1987 a abril de 1989 –, equivalia a um volume de 3.100 páginas e apareciam cartas em seis idiomas diferentes: português, inglês, francês, espanhol, holandês e alemão. Para a publicação, Lêda as arrumou em ordem cronológica e traduziu as cartas escritas em inglês, francês, holandês e alemão.

¹¹⁸ Na correspondência a Magnus Mörner em 16 de julho de 1953, podemos encontrar alguns desses exemplos. Em carta José Honório relata que, por motivo do adoecimento de Lêda, sua correspondência teria ficado completamente atrasada, demorando cerca de dois meses para responder Magnus Mörner. RODRIGUES, José Honório. *Nova Correspondência de José Honório Rodrigues*. Organização, prefácio e traduções de Lêda Boechat Rodrigues; posfácio de Vamireh Chacon. Rio de Janeiro: Academia Brasileira de Letras, 2004, p. 170.

¹¹⁹ É necessário questionar em que medida o trabalho de Lêda com o espólio de José Honório Rodrigues influenciou no desenvolvimento de suas próprias obras autorais. Como mencionei no primeiro capítulo, é inegável que as demandas e condições que lhe foram impostas após o falecimento de José Honório Rodrigues influenciaram no uso de seu tempo e em suas atividades intelectuais, o que pode ser observado, por exemplo, no atraso da autora em publicar o terceiro volume de *História do Supremo Tribunal Federal*. UR-GENTE. *Tribuna da Imprensa*, Rio de Janeiro, segunda-feira, 28 de janeiro de 1991, edição 12641, p. 9.

Os resultados dessa catalogação começaram a aparecer em 1991 na *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*, iniciando-se com as cartas, escritas em português, do historiador inglês Charles R. Boxer. Como resultado desses esforços, não demorou muito para que Lêda Boechat Rodrigues começasse a projetar o livro *José Honório Rodrigues: um historiador na trincheira* (1994). Publicado em parceria com José Octávio de Arruda Mello, Lêda remeteu, dentre esses sete anos após a morte do esposo, uma série de cartas, livros, *papers*, notas e informações ao coautor do livro. A parte do ensaio redigida por Lêda foi dividida em três seções. A primeira é dedicada a falar do homem e da obra do historiador. A segunda se debruça propriamente sobre a correspondência, onde a autora transcreve trechos de cartas que considerava contribuir para um conhecimento mais amplo de sua biografia do historiador e da repercussão que seus livros tinham à medida que iam saindo. Nessa parte, aparecem trechos de algumas cartas inéditas, que despontavam dados biográficos sobre José Honório Rodrigues e a apreciação de sua obra. Os nomes dos correspondentes são relacionados no sumário, de acordo com suas respectivas universidades. A terceira parte, por fim, traz algumas passagens consideradas por ela “curiosas”, envolvendo os estudantes de pós-graduação recomendados pelos amigos e professores estrangeiros de Honório. Como o livro foi publicado na década de 90, em um momento no qual o campo já possuía contornos mais definidos, essas passagens se tornam curiosas por exporem relações de indicações, trocas e redes que, embora façam parte do universo acadêmico, não são plenamente visíveis no ambiente intelectual.

Já nos anos 2000, com a *Correspondência de José Honório Rodrigues*, Lêda Boechat Rodrigues cumpriu a função de reunir e apresentar a correspondência “deste historiador que muito amou a história da sua pátria” (RODRIGUES, 2000, p. 20). A ideia de editar na Coleção Afrânio Peixoto, da Academia Brasileira de Letras, um volume dessa correspondência partiu de Lêdo Ivo, em virtude das comemorações dos 500 anos do descobrimento do Brasil. Ao receber o convite, imediatamente a historiadora pôs as mãos à obra e conseguiu reunir, na Primeira Parte, cartas de 31 acadêmicos. O volume foi dividido em três seções: na primeira, figuraram as cartas dos membros da ABL; na segunda, Lêda selecionou cartas de alguns correspondentes brasileiros e na terceira, as de correspondentes estrangeiros.

Ao volume da correspondência publicado em 2000 acrescentou-se o livro *Nova Correspondência de José Honório Rodrigues* (2004). Organizado no mesmo padrão do livro anterior, Lêda Boechat Rodrigues divide as três seções entre os correspondentes membros da

ABL, alguns correspondentes brasileiros e alguns correspondentes estrangeiros. Nelas tanto a correspondência ativa do historiador quanto a passiva, escrita por correspondentes brasileiros e estrangeiros, encerram particularidades sobre a vida e a atividade de José Honório que ressaltam o seu perfil intelectual e profissional e “testemunham o raro prestígio que ganhou em vida” (RODRIGUES, 2004, p. XI).

O trabalho intelectual de Lêda Boechat Rodrigues empenhado na curadoria dessas cartas não foi despiciendo. Para publicação dos livros, a historiadora fez uma minuciosa leitura da correspondência original de José Honório Rodrigues, da qual procurou sanar certos equívocos, eliminar os excessos e direcionar esses elementos à construção de uma consistente narrativa sobre o historiador e seu trabalho. Embora Octávio Arruda (RODRIGUES, 1994, p. 142) relate que Lêda tenha colocado a verdade histórica “acima dos próprios sentimentos”, tratando com profissionalismo e seriedade os documentos e relatos do historiador, o trabalho editorial com essa correspondência merece atenção. Por trás de “trechos rigorosamente selecionados” (RODRIGUES, 1994, p.31), o arranjo das cartas em questão desempenhava uma função retórica que atribuía traços precisos ao José Honório Rodrigues que Lêda desejava contornar.

Nesse jogo retórico, um outro elemento também foi essencial a essa elaboração. As notas de pé de página, presentes nesses três volumes, foram um dos espaços privilegiados nas quais Lêda pôde realizar frequentes comentários e intervenções sobre o conteúdo da correspondência. Embora autora tenha alegado que essas notas estavam reduzidas apenas ao indispensável para elucidação do texto ou a algum comentário julgado ilustrativo¹²⁰, esses espaços eram usados recorrentemente para corrigir, acordar, discordar ou acrescentar informações às situações descritas nas cartas. Longe de funcionarem apenas como adendos que visavam complementar o conteúdo da correspondência, as notas desempenhavam uma importante função no trabalho empenhado pela historiadora. Essas intervenções funcionaram como elementos capazes de atribuir sentido à narrativa “ilustre” sobre o historiador que Lêda buscava elaborar, direcionando luz para ângulos precisos desse monumento.

É diante dessa atribuição de sentidos que podemos observar, por exemplo, como todos esses elementos mobilizados na correspondência conferem credibilidade a um certo tipo enredo que desenha o quadro da trajetória “excepcional” de José Honório Rodrigues. Em um

¹²⁰ RODRIGUES, José Honório. *Correspondência de José Honório Rodrigues*. Organização, prefácio, notas e traduções de Lêda Boechat Rodrigues. Rio de Janeiro: Academia Brasileira de Letras, 2000.

primeiro momento, é interessante ressaltar que houve um intenso trabalho de curadoria e seleção envolvido na publicação das cartas. Dentre as 3.100 páginas de correspondência, nem todas foram publicadas por Lêda Boechat. Mesmo que algumas cartas tenham um acentuado teor crítico, supõe-se também, evidentemente, que parte desse material não tenha sido preservado. Excetuando o fato de perda e seguindo a lógica do conselho oferecido pelo Padre Serafim, o conteúdo das cartas preservadas cumpria com o padrão daquilo que poderia ser posteriormente publicado.

Durante essas obras as intervenções de Lêda Boechat Rodrigues caminhavam, assim, por diferentes caminhos que buscavam sustentar uma imagem da alta proficiência de José Honório Rodrigues como profissional e intelectual brasileiro. O conhecimento de Lêda dos círculos de inserção do historiador permitiram que a construção dessa memória acompanhasse uma seleção atenta daquilo que deveria ou não se destacar. Por um lado, essas cartas se preocupavam em reiterar a ideia de que José Honório Rodrigues tinha vivido uma extensa trajetória profissional e intelectual. Em outra direção, entretanto, é possível identificar que havia uma eminente preocupação de Lêda em ressaltar um tipo de “integridade” profissional do historiador, principalmente no que diz respeito à relação de José Honório com o Estado brasileiro, os cargos públicos e as instituições nacionais. Embora eventualmente a correspondência publicada evidenciasse situações complexas e embaraçosas, havia assim uma preocupação constante da historiadora em orientar suas interpretações e, quando preciso, lapidar trechos que pareciam desviar ou comprometer o eixo narrativo por ela arquitetado.

Esse cuidado de Lêda com a correspondência, em maior ou menor grau, estaria presente ao longo de todas as obras póstumas por ela publicadas ou organizadas sobre o historiador. O trabalho da jurista e historiadora percorreria, dessa forma, as cartas trocadas no cenário nacional e estrangeiro como uma espécie de curadoria das situações que precisavam, a seu ver, ser “elucidadas”. Munida não só pela própria concepção dos atributos que deveriam compor o historiador por ela narrado, mas por uma leitura atenta dos olhares que estavam ou estariam a ele direcionados, Lêda não pouparia esforços para apontar suas discordâncias e indignações, encontrando nesses espaços um caminho para conduzir a construção de “seu” monumento.

Na correspondência trocada com o professor Lewis Hanke em 19 de junho de 1963, um dos muitos exemplos dessas intervenções pode ser observado. Referindo-se ao convite da

Universidade do Texas para exposição do Comitê de Programa da Associação Americana de História, José Honório escreve:

[...] Gostaria muito de participar da reunião da American Historical Association a realizar-se na Filadélfia em dezembro. Mas a minha intenção é utilizar os fundos que me seriam fornecidos para realizar viagens dentro do País, a fim de conhecer a outra costa dos Estados Unidos, a Universidade da Califórnia e a Biblioteca de Berkeley. Pretendo, na volta, sair de Los Angeles e parar na Cidade do México, que também não conheço. (Carta a Lewis Hanke, 19/06/1963) (RODRIGUES, 1994, p. 81)

Em nota, censurando o movimento de Honório Rodrigues, Lêda Boechat coloca: “Parece que quando escreveu o 2º parágrafo desta carta, JH estava no mundo da lua. Os fundos seriam dados ao orador brasileiro que participaria da reunião de Filadelfia, e nunca para outros fins, é claro.” (RODRIGUES, 1994, p. 81). A sugestão de que José Honório teria cometido um devaneio ao escrever a carta encaminha uma interpretação específica sobre a questão. De certa forma, a proximidade com Honório, decorrente dos longos anos de companheirismo conjugal e intelectual vivenciados pelo casal, permitia que Lêda resgatasse um certo tipo de autoridade capaz de direcionar esses não-ditos a uma análise guiada da situação. Em meio a esse cotidiano das eventualidades, dos conflitos, das polêmicas e decisões que acompanharam a carreira do historiador, essa análise, nem sempre descomprometida ou despreziosa, dava corpo a um José Honório que ela buscava apresentar: o historiador como “exemplo de estudioso sério e dedicado à sua matéria histórica” (RODRIGUES, 2000, p. 263). Outras intervenções também resguardariam essas mesmas inclinações.

Na carta de José Honório Rodrigues a Cícero Dias, em março de 1962, Honório relata o curso que lecionaria na Universidade do Chile. Como na época era professor do Ensino Universitário do Estado do Rio de Janeiro, o afastamento para realização do curso lhe renderia um processo publicado na primeira página do Diário Oficial. Apesar de não existir menções a esse fato na correspondência trocada entre os intelectuais, Lêda abre uma extensa nota a fim de condenar o ocorrido, tecendo uma dura crítica a Carlos Lacerda, e resgatar a imagem sóbria e patriótica do esposo:

Os 10.000 dólares da Universidade do Chile já estavam depositados em Banco no Rio, à ordem de José Honório Rodrigues. Professor do Ensino Universitário do

Estado, José Honório pediu licença ao Governador Carlos Lacerda para ir dar o curso naquela Universidade. O Governador fez publicar na primeira p. do Diário Oficial este despacho inacreditável: “Processo n. tal. JHR. Está na hora de trabalhar e não de ir passear.” Falta absoluta de respeito ao funcionário – amigo que, em sua casa, na Samambaia, na presença de Lúcia Miguel Pereira e Octavio Tarquínio de Souza, apontara aos filhos como exemplo de estudioso sério e dedicado à sua matéria histórica. José Honório ensinaria História do Brasil na Universidade do Chile e despertar o interesse de futuros historiadores chilenos pelo nosso país. (RODRIGUES, 2000, p. 262-263)

Situação semelhante ocorreria na carta em que José Honório Rodrigues remete a Stanley Stein em agosto de 1964. A carta de José Honório agradecia a Stein pelo protesto devido a sua demissão da direção do Arquivo Nacional, que, de acordo com o historiador, teria acontecido por motivos políticos. Em nota, entretanto, Lêda ressalta que o real motivo de sua demissão teria decorrido dos eventos sucedidos do período em que José Honório ficara afastado para dar cursos na Universidade do Texas:

Esta carta de José Honório agradecendo a solidariedade de Stanley Stein falseia a verdade. Ele não foi demitido depois do Golpe de Estado de abril de 1964. Foi demitido em meados de março pelo então Ministro da Justiça Aberlado Jurema, sendo Presidente da República João Goulart e Chefe da Casa Civil Darcy Ribeiro. José Honório fora dar cursos na Universidade do Texas e ficara como diretor interino um jornalista pernambucano de nome Roberto Dias Gorba. Este pediu ao Ministro da Justiça, seu amigo, o cargo de diretor efetivo, e conseguiu seu intento. Aberlado Jurema convidou José Honório para ficar no seu Gabinete, mas este recusou o convite. Foi demitido do Arquivo Nacional sumariamente, sem uma única palavra de agradecendo seus serviços àquela instituição. (RODRIGUES, 1994, p. 120)

Ao manifestar diretamente que o marido falecido “falseou” a verdade, essa carta expõe de forma precisa como o discurso de Lêda Boechat Rodrigues se impõe sobre nossa interpretação. De certa forma, José Honório só poderia falsear a verdade porque Lêda é quem estava, no momento, falando sobre ele. Caberia perguntar, portanto, que tipo de verdade é essa que se apresenta. Não se trata, pois, de uma “história-verdade”, mas de uma verdade que a própria autora constrói. Com o historiador morto, a escrita sobre uma ausência permite a Lêda mobilizar assim essa verdade como um conjunto de regras capaz “controlar” as operações para a produção determinada de seu objeto. A partir dessa escrita em espelhos, como apresentada por Certeau (1982), a historiadora confere legitimidade as suas estratégias de vincular e desvincular opostos, situando esses discursos em uma experiência que confere crédito à sua narração. Esse conjunto de regras mobilizadas em sua operação historiográfica

apresenta-se como uma arquitetura que (res)significa o monumento que ela mesmo (des)constrói (SEAWRIGHT, 2017). Convém ressaltar também o teor de denúncia da intervenção. Ao mostrar que ele não foi demitido em razão do Golpe de Estado de 1964, Lêda direciona seus esforços para criticar a ação do Ministro da justiça e ressaltar a contribuição dos serviços prestados pelo historiador ao Arquivo Nacional.

Em paralelo a essas defesas que buscavam remontar a imagem de um estudioso sério e dedicado à matéria histórica, o trabalho de Lêda Boechat Rodrigues com a correspondência do esposo carregava também um lado afetuoso que permeava a narrativa sobre o historiador. Uma breve análise dos elementos que compõe seu trabalho editorial com a correspondência, atentando-se principalmente às introduções, prefácios e notas de pé de página, permite identificar que sua escrita foi adornada de elementos nostálgicos que rememoravam tanto suas memórias conjugais e afetivas quanto os aspectos íntimos da vida do historiador.

No que se refere aos aspectos conjugais e afetivos, é evidente que a evocação dessas memórias estava profundamente enraizada na forma como a própria historiadora concebia sua missão de trabalhar no espólio literário de José Honório Rodrigues. As responsabilidades por ela assumidas após a morte de Rodrigues, sobretudo em relação ao trabalho com as cartas do esposo, eram acompanhadas por um certo grau de afetos e misticismos que extrapolavam os limites de uma escrita impessoal. Nas páginas que acompanham as publicações da correspondência, não raro, é possível visualizar diferentes momentos nos quais a escrita resalta o espectro afetivo e sentimental que envolvia a autora:

É curioso que muitas vezes, de madrugada, trabalhando no seu escritório, na sua mesa, na sua cadeira, eu sentia, muito nítida, a presença dele em pé – ao meu lado. Nos primeiros meses depois de sua partida, vendo televisão na ampla sala de estar, à noite, não raro eu exclamava em voz alta: “José Honório, você ouviu dizerem isto?” Ficava esperando a resposta. De repente, como esta não vinha, dava-me conta: “Sou uma boba. Como poderia responder-me, se já morreu? (RODRIGUES, 2000, p. 17)

De certa forma, a centralidade desses excertos permite identificar que havia um aspecto memorialístico que fundamentava seu trabalho com o espólio literário de José Honório Rodrigues. Esse aspecto pode ser observado em diferentes trechos das obras póstumas publicadas de e sobre o historiador. Para o trabalho com a correspondência, bastaria evocar apenas alguns que aparecem de forma complementar nos dois volumes da

correspondência publicados pela ABL. No livro publicado nos anos 2000, treze anos após a morte do esposo, Lêda escreve: “Vivemos 46 anos de casados, além de namorados cinco anos: mais de meio século. Compartilhamos, na maior intensidade, amor, emoção, trabalho intelectual, experiências de toda a ordem. Através dessas cartas rememoro o nosso passado” (RODRIGUES, 2000, p. 17). Já na *Nova Correspondência de José Honório Rodrigues* (2004), a frase que encerra a apresentação do livro deixa nítida essa pretensão do trabalho de Lêda Boechat Rodrigues: “Volta à vida, neste autorretrato, o Acadêmico José Honório Rodrigues” (RODRIGUES, 2004, p. XIII-XVI).

Esse lado afetivo e pessoalizado da escrita de Lêda também sobressai quando a historiadora narra as histórias e acontecimentos da vida pessoal de José Honório. Para além de uma simples exposição das relações acadêmicas e profissionais, o recorte direcionado por Lêda evidencia aspectos íntimos e descontraídos da trajetória do historiador. Presentes nos prefácios, introduções, na seleção da correspondência e na elaboração das notas, esses recortes caminham desde os relatos de sua infância na rua do Catete até as comemorações e decepções com seu time de futebol (Flamengo).

Embora esse caráter descontraído, e por vezes cômico, de certas cartas ou intervenções estivesse presente nas obras publicadas por Lêda Boechat Rodrigues, é necessário ressaltar duas breves colocações. Primeiramente, é importante observar que essas intervenções não comprometem a seriedade e precisão que a historiadora pareceria reivindicar em seu trabalho com os documentos. Na maior parte das vezes, elas ocorrem de forma complementar, nas notas de pé página, ou introdutória, nos prefácios e apresentações, ao conteúdo apresentado na correspondência. O que não exclui, todavia, o preenchimento de sentidos induzidos por elas. Em segundo lugar, a lado desses traços de personalidade carregados pelas intervenções, os sentidos narrativos ainda caminhavam na direção da construção da figura de José Honório Rodrigues como um grande historiador brasileiro. Mesmo quando se referia ao comportamento levado e pouco estudioso e ao corpo franzino e doentio de Honório Rodrigues em sua infância, sobretudo nos textos introdutórios que antecedem a exposição de sua correspondência, esses elementos são expostos para alimentar a ideia de sua alta e “natural” proficiência como historiador:

Nascido na rua do Catete, em 20 de setembro de 1913, foi menino levadíssimo, pouco estudioso e gago. Terminando o curso primário, feito no Colégio Santo Antônio Maria Zacarias, o pai matriculou-o na Academia de Comércio.

Desinteressado, repetiu um ano. Foi então encaminhado para o Colégio S. Bento. Ali o professor de português, Mário Barreto, intuiu originalidade em suas composições e lhe disse: “Você vai ser escritor”. José Honório relembra sempre essas palavras. (RODRIGUES, 1994, p. 17)

De um menino franzino e desinteressado a um rapaz saudável e estudioso, Lêda Boechat busca recompor a trajetória do historiador que se tornou uma das grandes autoridades do cenário intelectual brasileiro. Dentre os vários volumes dedicados à correspondência, portanto, não são poucas as cartas que irão caminhar no sentido da monumentalização do historiador e de sua obra. Alinhavada por um fio crítico e simultaneamente elogioso, esses processos e escolhas envolvidos na sua publicação cumpriam precisamente com os objetivos da narrativa que Lêda tentava elaborar e reiterar sobre José Honório Rodrigues.

3.2 OS CÍRCULOS INTELECTUAIS E AS BASES PARA UMA MONUMENTALIZAÇÃO

[...] Tinha consciência do valor da sua Obra [sic] e esperava, sem modéstia, figurar no futuro entre os grandes da História e da Historiografia brasileiras. A elas dedicou sua desmarcada inteligência, sua enorme criatividade e seu indomável e incessante esforço. (RODRIGUES, 1988a, p. XV)

A demarcação da autoconfiança de José Honório Rodrigues em relação ao lugar que ele e sua obra ocupariam na história e na historiografia brasileira, muito provavelmente, não é uma surpresa para aqueles que conhecem minimamente a trajetória do historiador. O próprio José Honório, inclinado pela suposta originalidade de suas composições, demonstrava total confiança na projeção que estaria a ele reservada. Após seu falecimento, entretanto, a reivindicação desse lugar encontraria em Lêda Boechat Rodrigues a força motriz de seu movimento.

Dando sequência a produção desse cânone, coube a sua esposa e permanente colaboradora a função de alimentar o discurso da excepcionalidade de José Honório e reivindicar esse lugar que deveria ser reservado ao historiador nos quadros disciplinares. Como uma peça central nesse processo, a historiadora Lêda Boechat Rodrigues atuou de forma silenciosa na produção de um vasto acervo historiográfico do esposo. Dentre a

publicação das obras póstumas, das traduções, dos catálogos, dos prefácios e, especialmente, da correspondência selecionada, Lêda empenhou-se em uma iniciativa inestimável de dar prosseguimento à obra de José Honório. Ao lado de intelectuais como José Octávio Arruda Mello, Francisco Iglésias, Carlos Guilherme Mota e Raquel Glezer¹²¹, o trabalho orquestrado pela historiadora fez desse autor e sua obra uma referência não apenas para aqueles que o conheceram em vida, mas um monumento historiográfico para ser lido e (re)conhecido por outras gerações.

De Glezer, Mota, Iglésias a Mello, todos eles mencionaram, em menor ou maior intensidade, o companheirismo intelectual de Lêda durante a trajetória do marido. Com a viuvez, o trabalho empenhado pela jurista e historiadora iria inserir-se de forma mais efetiva em um amplo diálogo com o círculo intelectual formado por esses historiadores a fim de reiterar as contribuições de José Honório Rodrigues à história e historiografia brasileira. Uma atenção especial merece ser direcionada aos casos de Guilherme Mota e Arruda Mello. Guilherme Mota prefaciou o livro póstumo *Ensaio Livres*, organizado por Lêda e publicado em 1991. Em 1988, o historiador também foi o responsável por intermediar a doação do acervo de José Honório Rodrigues feita por Lêda Boechat¹²² ao Instituto de Estudos Avanços (IEA/USP)¹²³. Arruda Mello, em grande parte responsável por manter as relações póstumas do historiador com o Instituto Histórico e Geográfico Paraibano, organizou junto com Lêda Boechat Rodrigues o livro *José Honório Rodrigues: um historiador na trincheira* (1994).

¹²¹ Durante a vida e/ou após a morte de José Honório Rodrigues todos esses intelectuais escreveram obras sobre o historiador e seu trabalho. Algumas dessas obras, sobretudo as póstumas, em um movimento de exaltação e enaltecimento, teceriam inúmeros elogios ao historiador. Outras seriam mais dedicadas a analisar o historiador e caracterizar a sua produção historiográfica. Como exemplo, podem ser aqui elencadas: RODRIGUES, Lêda Boechat; MELLO, José Octávio de Arruda. *José Honório Rodrigues: um historiador na trincheira*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1994; IGLÉSIAS, Francisco. *José Honório Rodrigues e a historiografia brasileira*. Estudos Históricos, Rio de Janeiro, v. 1 n. 1, 1988, p. 55-78; MOTA, Carlos Guilherme. José Honório Rodrigues: a obra inacabada (1988). *Estudos Avançados*, São Paulo, v.2, n.3, p.107-10, set./dez. 1988; GLEZER, Raquel. *O fazer e o saber na obra de José Honório Rodrigues: um modelo de análise historiográfica*. 1976. Tese (Doutorado em História) – Universidade de São Paulo, Departamento de História da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas. São Paulo, 1976, p. 87.

¹²² Em relação ao acervo, seria importante destacar uma curiosidade particular. Em nota, no livro José Honório Rodrigues: um historiador na trincheira, Lêda Boechat Rodrigues refere-se ao acervo doado ao Instituto de Estudos Avançados como “Gabinete de Leitura Lêda Boechat/José Honório Rodrigues”. Embora os arquivos fossem intitulados posteriormente como “Acervo José Honório Rodrigues”, é interessante observar, todavia, como a própria Lêda se coloca como integrante desse fundo. RODRIGUES, Lêda Boechat; MELLO, José Octávio de Arruda. *José Honório Rodrigues: um historiador na trincheira*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1994, p. 35.

¹²³ O acervo encontra-se atualmente sob a guarda do Instituto de Estudos Brasileiros (IEB) da Universidade de São Paulo e é constituído, de acordo com Abreu (2011), por aproximadamente 300 pastas, microfimes, fotografias, originais do autor, textos de jornais, objetos, móveis e cerca de 25 mil livros. ABREU, Luciano Aronne de. Histórias da nossa história: o acervo de José Honório Rodrigues. *Estudos Ibero-Americanos*, PUCRS, v. 37, n. 2, p. 319-332, jul./dez. 2011.

Esse livro, já quase pronto no ano de 1989, como menciona Lêda na explicação de *Ensaio Livres* (1991)¹²⁴, também teria sido enviado ao professor Francisco Iglésias, que fez importantes sugestões sobre o conteúdo da coletânea.

A partir de uma vasta articulação com os círculos intelectuais do campo, o trabalho de Lêda foi orientado assim para consecução do destino de José Honório como o “grande historiador e grande historiógrafo que ele foi” (RODRIGUES, 1988b, p. XXX). Nessa direção, ao mesmo em que Rodrigues já havia sedimentado as bases para seu reconhecimento, podemos dizer que é nítido o exercício de exaltação que a intelectual buscava promover de sua figura enquanto historiador. Exaltando um homem intuitivo e de inteligência excepcional, nas palavras de Lêda, a imagem desse grande historiador frequentemente aparece em sua redação:

A compreensão histórica era o forte de José Honório Rodrigues. Grande era a sua intuição. Grande o seu saber histórico de toda a História do Brasil, de 1500 a 1986. Sua história não era cubicular, mas insuflada por uma excepcional inteligência que sabia, à perfeição, ver o conjunto. Jamais confundia o verdadeiro "fato histórico" com o "lixo" da História, que deve ser jogado fora, como ele doutrinou na Teoria da História do Brasil. (RODRIGUES, 1988b, p. XXX)

É evidente que essas afirmações, nos sentidos gerais de seus termos, não estariam embasadas apenas nas opiniões pessoais da autora. Com aprofundado rigor metodológico, Lêda Boechat Rodrigues se preocupou em elencar constantemente elementos que endossavam essas falas, erguendo um monumento que havia sido sedimentado anteriormente pelo próprio José Honório Rodrigues. Esses elementos, que podem ser observados de forma ainda mais nítida durante a seleção da correspondência, perpassariam os acontecimentos ocorridos desde a infância até a repercussão póstuma das obras do historiador. Como pilares que legitimavam a projeção do historiador, a evocação de falas elogiosas de intelectuais brasileiros e estrangeiros seria um dos grandes argumentos para justificar o lugar que ele e sua obra deveriam ocupar na história e na historiografia brasileira. Nesses misteres, a mobilização de sua longa trajetória estaria voltada a mostrar como José Honório se tornou um proficiente historiador em sintonia com seu tempo, exaltando os principais momentos que marcaram, de modo indelével, a vida do intelectual.

¹²⁴ RODRIGUES, José Honório. *Ensaio Livres*. Lêda Boechat Rodrigues (organizadora). São Paulo: Imaginário, 1991a. p. XIII-XIV.

No que se tange à formação, Lêda Boechat buscava constantemente recuperar a ideia de um espírito nato de historiador que acompanhava José Honório Rodrigues. Para provar essa vocação e justificar a importância do historiador, diferentes cartas e comentários de intelectuais estrangeiros e brasilianistas próximos a José Honório eram elencados. O objetivo de Lêda, ao rememorar essa projeção no cenário internacional desempenhava uma função diferente em relação às cartas remetidas pelos correspondentes brasileiros. Em um momento no qual, salvo algumas exceções, não havia uma exaltação nacional à figura de José Honório Rodrigues, resgatar a opinião desses estrangeiros era uma forma de pontuar e reivindicar o seu reconhecimento. A exaltação da recepção, dos elogios, das viagens, dos convites para lecionar em universidades estrangeiras e outros eventos dignos de nota serviram para contrapor às opiniões, nem sempre positivas, que cerceavam o historiador no ambiente nacional. Nesse mesmo sentido, a exposição das dificuldades encontradas para conciliar essas demandas com seus cargos e funções nacionais também foram mobilizadas por Lêda para sanar as reverberações que acompanhavam a trajetória intelectual e profissional de Honório. Ao recorrer a esses elementos, reivindicando não só a uma identidade como historiador, mas como historiador *brasileiro*, Lêda procurava trazer credibilidade à ideia de que José Honório teria sido o historiador contemporâneo que mais contribuiu para o estudo da historiografia nacional.

Um dos vastos exemplos que podem ser resgatados, a título de síntese, são os comentários do professor E. Bradford Bruns acerca do livro *Perspectives on Brazilian History*, publicado em 1967 pela editora da Universidade de Columbia. Composto de nove ensaios, no capítulo que antecede a seção de correspondência do livro *Um historiador na trincheira* (1994), Lêda Boechat destaca que três deles eram de José Honório Rodrigues e complementa:

Adiante Burns assevera que a bibliografia de José Honório Rodrigues “é extensa e sua qualidade corresponde à sua quantidade”. Quanto a historiografia, prossegue o douto Professor da Universidade da Califórnia em Los Angeles, “José Honório Rodrigues escreveu mais que todos os historiadores brasileiros. (...) Ele é o autor de três dos nove ensaios deste livro e eu fui constantemente tentado a incluir mais estudos dele. Os três escolhidos bastam para demonstrar a importância de sua contribuição ao estudo da historiografia brasileira. (RODRIGUES, 1994, p. 26)

Caberia destacar também, ainda no mesmo livro, os holofotes que Lêda direciona aos comentários de Robert Conrad. Nas palavras da historiadora: “O professor americano Robert

Conrad afirmou categoricamente que José Honório Rodrigues era maior que Francisco Adolfo de Varnhagen e Capistrano de Abreu” (RODRIGUES, 1994, p. 29). Na apresentação do tomo I do segundo volume de *História da História do Brasil* (1988), a intelectual também já havia rememorado essa passagem para expressar a confiança de José Honório no julgamento futuro: “Que elogio maior lhe poderia ser dado em 1965, quando ainda tinha vinte e um anos de realizações pela frente, do que ser considerado maior do que Varnhagen e maior do que Capistrano de Abreu?” (RODRIGUES, 1988b, p. XXXI).

Todos esses elementos eram indispensáveis à arquitetura de José Honório Rodrigues que ela buscava erguer. Como um historiador interpretativo e crítico, em sintonia com seu tempo e comunidade, não poderia faltar também o apelo a sua identidade nacional. Lêda Boechat Rodrigues, portanto, no seu trabalho com o espólio, não hesitou em adornar a figura do esposo com símbolos patrióticos que remetessem a ideia de um historiador genuinamente brasileiro. Ao espelhar a “atividade incessante, criativa e obsessiva” (RODRIGUES, 1994, p. 29) de José Honório em torno dos temas nacionais, essa questão se transforma em um dos eixos centrais das publicações organizadas pela jurista. Frente aos inúmeros trânsitos internacionais do historiador, a precisa menção de Lêda sobre a escolha do marido em permanecer no Brasil nos dá margem para visualizar essa dimensão nacionalista:

Convidado em 1966 pelo reitor do novo *campus* de Stony Brook, da Universidade Estadual de Nova York, para ser professor Titular com estabilidade (*Full Professor with tenure*), José Honório recusou o convite. Surpreso, o Reitor enviou nova carta¹²⁵ perguntando se ele entendera a anterior. Meu marido respondeu que era um historiador brasileiro, e precisava viver no Brasil para entender o seu país. (RODRIGUES, 1994, p. 29)

Diante desse apelo patriótico, surgia também a exaltação de um historiador sério e comprometido com o futuro das instituições nacionais. Como mencionei na seção anterior, Lêda empenhou-se em caracterizar José Honório Rodrigues como um honesto cidadão brasileiro que deu o máximo de sua capacidade aos cargos públicos que ocupou.

É importante notar que esse movimento trilhado por Lêda Boechat Rodrigues, além de legitimar a exaltação de José Honório, inseria o historiador em um preciso círculo intelectual

¹²⁵ Embora Lêda Boechat Rodrigues mencione a troca de correspondência entre Stony Brook e José Honório Rodrigues, as cartas referidas não foram expostas no livro em questão e nem nos demais volumes dedicados à publicação da correspondência.

necessário para fixá-lo no “cânone” historiográfico. Nesse sentido, os diversos nomes elencados pela autora não faziam parte apenas de um simples movimento laudatório. Na contramão de uma ação ingênua, é possível supor que essas escolhas feitas ao longo da publicação das obras póstumas estavam orientadas por um conhecimento prévio das redes intelectuais que poderiam conferir certa credibilidade à imagem José Honório Rodrigues.

De modo geral, são vários os nomes citados por Lêda Boechat Rodrigues nessas obras. Somente entre os livros póstumos dedicados à correspondência, a intelectual reúne cerca de 129 intelectuais diferentes que mantiveram relações profissionais e acadêmicas com Honório. Esses correspondentes estão distribuídos nos livros da seguinte forma: *José Honório Rodrigues: um historiador na trincheira* (2004) – 23 correspondentes; *Correspondência de José Honório Rodrigues* (2000) – 62 correspondentes e *Nova Correspondência de José Honório Rodrigues* (2004) – 52 correspondentes. Alguns outros correspondentes brasileiros e estrangeiros também são elencados nos prefácios, introduções e apresentações das obras póstumas do historiador. Diante das centenas de cartas expostas, não há dúvidas, portanto, de que o discurso desses personagens corroborava com a estrutura narrativa arquitetada por Lêda Boechat Rodrigues.

Para os correspondentes membros da Academia Brasileira de Letras, tanto na *Correspondência* (2000) quanto na *Nova Correspondência* (2004), podemos citar alguns nomes como Evaristo de Moraes filho, Francisco de Assis Barbosa, Afrânio Coutinho, João Cabral de Melo Neto, Mauro Mota, José Américo, Jorge Amado, José Cândido de Carvalho, Dinah Silveira de Queiroz, Pe. Serafim Leite, Rubem Rosa, Eurípedes Simões de Paula, Amaro Quintas e Enio Silveira. Nesse meio, Lêda preocupou-se em eleger cartas que evidenciavam desde as relações profissionais até as amizades de José Honório Rodrigues.

Um exemplo dessas cartas de teor mais pessoal pode ser encontrado na correspondência trocada com o acadêmico Francisco de Assis Barbosa. A exposição organizada por Lêda das cartas trocadas entre Francisco e Honório percorre o período de 1943 à 1970 e comporta uma correspondência carregada de afetos, humor e intimidades. Um dos cartões enviados por Francisco dizia: “Zé Honório, Patrianovista é a avó.” (Carta de Francisco de Assis Barbosa Lisboa, 09/04/1943) (RODRIGUES, 2000, p. 33). Em nota, Lêda explicava a situação:

Ainda Assistente do Instituto Nacional do Livro, José Honório deve ter sabido por intermédio de Sérgio Buarque de Holanda, chefe da Seção de Publicações, que Chico era pai de gêmeas, às quais dera os nomes de Maria Cristina e Maria Isabel. Por coincidência estes eram os nomes das Princesas brasileiras. Daí ter José Honório maldosamente chamado o amigo Chico de “patrianovista”, que na época tinha conotação de “monarquista reacionário”. Chico logo soube do comentário honoriano e reagiu com este Cartão. (RODRIGUES, 1994, p. 33)

Ao lado desse historiador alegre e descontraído, havia, contudo, exposições mais sóbrias que explanavam os envolvimento burocráticos e intelectuais de José Honório Rodrigues com os membros da ABL. Essas cartas, numerosas entre os diversos correspondentes, fornecem alguns indícios de como se constituíam à época os círculos intelectuais do historiador. Chama a atenção, em particular para a disciplina histórica, a correspondência trocada com o professor Eurípides Simões de Paula. Dentre as cartas selecionadas por Lêda Boechat, em diversos momentos tomam à tela as constantes trocas intelectuais estabelecidas entre os historiadores, evidenciando um forte intercambio nas publicações e interesses de pesquisa.

Sem grandes surpresas, para retomar o princípio da monumentalização empenhado por Lêda, não poderia faltar entre esses correspondentes cartas que mencionassem a excepcionalidade da figura de José Honório Rodrigues. A carta de Maria Regina, esposa e companheira intelectual de Eurípides Simões, sobre a participação de Honório no centésimo volume da *Revista de História*, corrobora com os direcionamentos dessa afirmação:

Na minha frente um cartão datado de a de março de p.p promete: “Escreverei para o número 100. “Deo gratias!” foi a primeira reação, pois não teria, não tem sentido o número comemorativo de um periódico específico, sem a presença do maior historiador brasileiro. [...]. (Carta de Maria Regina, 25/05/1974) (RODRIGUES, 2004, p. 45)

Dentre as diversas cartas que reiteram esse posicionamento, a correspondência de José Cândido de Carvalho em agradecimento à colaboração de José Honório Rodrigues durante a sua candidatura à ABL sintetiza o teor dessas exaltações:

[...] Sua contribuição para que eu chegasse aos 19 tão badalados votos com que a Academia Brasileira de Letras me honrou e desvaneceu, foi perfeita, verdadeira obra-prima de solidariedade e compreensão. Se já era encantado do seu belíssimo escrever e do seu importante historiar, que coloco como um dos pontos mais altos da

inteligência brasileira de todos os tempos, cativo sou agora de corrente nas mãos do cavaleiro perfeito que é José Honório Rodrigues. [...]. (Carta de José Cândido de Carvalho, 15/01/1974) (RODRIGUES, 2000, p. 172)

Quanto às redes brasileiras que excediam os círculos da Academia, Lêda Boechat Rodrigues remontou um preciso quadro de intelectuais direcionado principalmente para a atuação de José Honório Rodrigues nos arquivos e bibliotecas nacionais. Sobretudo no que se refere ao exercício do historiador no Arquivo Nacional, no Instituto Nacional do Livro e na Biblioteca Nacional, os esforços da jurista buscaram dar voz a campanha de José Honório de “defesa de uma ampliação das funções e do compromisso social das grandes bibliotecas e órgãos de cultura (públicos) do país” (FREIXO, 2015, p. 62). Essa imagem de um servidor sério e comprometido com a produção e o futuro informação histórica nacional se faz presente ao longo de todas as obras póstuma organizadas pela autora. No primeiro capítulo de *Um historiador na trincheira* (1994) Lêda deixa explícito a afirmação desses compromissos de José Honório Rodrigues ao assumir o cargo de Diretor do Arquivo Nacional:

Como servidor público deu sempre o máximo de sua capacidade aos cargos que ocupou e jamais serviu-se deles. Tendo tomado posse do cargo de diretor do Arquivo Nacional, foi defender, perante o deputado José Bonifácio de Andrada, o orçamento daquela repartição, em plena madrugada. Tudo era indispensável à grande reforma que ele ia ali empreender. José Bonifácio, seu amigo há muitos anos, não lhe poupou perguntas: “Móveis? Poltronas para o seu gabinete?” – “Não, ilustre deputado. Uma Kombi para transportar processos e documentos.” O interrogatório continuou e as respostas foram todas satisfatórias”. (RODRIGUES, 1994, p. 28)

Este pesquisador-cidadão voltado à sua pátria, seria, portanto, um dos grandes pilares do monumento destinado a José Honório Rodrigues, em consonância com a ideia de uma história combatente.

Para demonstrar a sólida e duradoura rede que José Honório Rodrigues construiu com intelectuais estrangeiros, Lêda Boechat Rodrigues destacou um amplo grupo de historiadores especializados em história do Brasil. Esses brasilianistas, em grande parte ligados a instituições como a Fundação Rockefeller, universidades americanas e algumas universidades europeias, foram mobilizados pela historiadora como uma referência para mostrar a ampla influência do historiador entre os especialistas estrangeiros que desejavam pesquisar sobre o Brasil. Desde às menções que remetem à bolsa de estudos que José Honório recebe em 1944

até as condolências enviadas após a sua morte, esses nomes citados por Lêda ilustram a ampla geração de brasilianistas que compôs uma rede intelectual com o historiador brasileiro.

Durante a publicação das obras póstumas, são inúmeras as cartas retomadas pela intelectual que remontam esses quadros. Algumas delas expõem de forma nítida como aconteciam as trocas de obras, documentações, projetos de pesquisas, pedidos mútuos de tradução e publicação de diferentes livros, ensaios e resenhas. Outras remetem às trocas e retribuições generosas que o casal recebia durante suas estadias nos Estados Unidos e na Europa. Havia também uma grande quantidade de cartas vindas de professores amigos de José Honório que se referiam tanto às suas viagens ao Brasil quanto a recomendações de estudantes que passariam estadias no país. No Tomo I do segundo volume de *História da História do Brasil* (1988), ao retratar as condolências recebidas pela morte do esposo, Lêda mostra como muitos desses intelectuais ficaram ligados a José Honório por sólidos laços de amizade. A lista de nomes é enorme, sendo suficiente elencar alguns como John Johnson, Stuart Schwartz e Robin Humphreys.

A começar do John Johnson, a autora transcreve:

John Johnson, professor da Stanford University, California, ex-Diretor da The Hispanic American Historical Review: "Lembrei-me tanto daqueles meses de 1949 (...) quando José Honório, então diretor da Divisão de Obras Raras e Publicações da Biblioteca Nacional, me tomava a mão e me guiava até os materiais que enriqueceriam a minha pesquisa. Fui um dos muitos a favor dos quais ele sacrificava seu próprio trabalho para, amigavelmente, servir aos seus colegas historiadores. Todos nós, eu sei, somos profundamente gratos a ele" (Carta de 19. 5. 87). (RODRIGUES, 1988b, p. XXVII)

Na mesma direção aparece a correspondência enviada por Stuart Schwartz:

Stuart Schwartz, professor da Universidade de Minnesota: "José Honório foi o primeiro historiador brasileiro a receber-me em sua casa, e eu sempre antegozava as minhas visitas ao seu apartamento e as nossas animadas discussões. O Rio nunca mais será o mesmo para mim!! Sua morte significa uma grande perda para a vida intelectual brasileira em geral. Todos nós, aqui nos Estados Unidos, que devemos tanto a ele, sentimos a sua morte. (...) Sua memória viverá até muito depois dele, não somente pela sua cultura como pela sua bondade, encorajamento e amizade" (Carta de 21. 5. 87). (RODRIGUES, 1988b, p. XXVII)

A carta de Robin Humphreys, por sua vez, sintetiza um apanhado geral de diversas características que Lêda Boechat Rodrigues elencará ao longo da publicação das obras póstumas dedicadas a José Honório Rodrigues, caminhando dos traços de sua personalidade às suas contribuições para a história e historiografia brasileira:

Robin Humphreys, ex-professor da Universidade de Londres e ex-Diretor do Instituto de Estudos Latino-Americanos da mesma Universidade: "José Honório teve uma carreira eminente. Ninguém que o tenha conhecido pode esquecer sua energia, seu entusiasmo, sua devoção à história brasileira e sua vasta contribuição à mesma. Sua perda será grandemente sentida" (Carta de 1. 5. 87). (RODRIGUES, 1988b, p. XXVII)

Por fim, ainda sobre a reconstrução dessa rede intelectual, seria importante ressaltar também a centralidade atribuída à figura de Charles R. Boxer. Das 3.200 cartas da correspondência de José Honório Rodrigues, Lêda Boechat Rodrigues relata que 101 delas foram trocadas com o professor Boxer. Conhecedora da importância e da relevância de Boxer para o círculo intelectual de José Honório, ainda no ano de 1991, a historiadora iniciou o trabalho de publicação das cartas trocadas com o professor inglês na Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro. O acervo organizado e doado por Lêda ao Instituto remeteu aos originais da correspondência mantida entre o consócio José Honório Rodrigues e o historiador inglês Charles Boxer, no período de 1949 a 1984. Não há dúvidas sobre a importância do trabalho por ela arquitetado, sobretudo no que refere a possibilidade de compreensão dos trânsitos estabelecidos entre os historiadores sobre os estudos da história do domínio holandês no Brasil. Embora essas cartas não sejam expostas novamente nas obras organizadas por Lêda, a autora não deixaria de mencionar recorrentemente o enorme reconhecimento que Charles Boxer direciona a José Honório Rodrigues. Representando-o sempre como uma figura central na trajetória de Honório, essa dimensão pode ser visualizada na exposição da carta que o inglês a ela remete:

Charles R. Boxer, ex-Professor da Universidade de Londres, onde sucedeu Edgar Prestage na cadeira "Camoens" do King's College: "A morte de José Honório é uma perda para a cultura brasileira em geral e para todos os historiadores interessados na História do Brasil de 1500 a 1987. Sempre guardarei na memória a minha amizade com vocês dois, desde o nosso primeiro encontro há mais de 40 anos até agora. Aprendi muito com José Honório e sempre o considerei o meu Mestre Exímio na História do Brasil. Serve um pouco de consolo saber que os seus livros viverão muito depois de sua partida, e eu, particularmente, tenho em alta estima o exemplar

da sua Historiografia e Bibliografia do Domínio Holandês no Brasil, que ele me deu em janeiro de 1950, e seu Vida e História, que me ofereceu na minha última visita" (Carta em inglês de 7. 5. 87). (RODRIGUES, 1988b, p. XXVIII)

O que essas inúmeras cartas resgatadas por Lêda Boechat Rodrigues durante o trabalho com o espólio literário do esposo evidenciam é a grande repercussão que o autor e suas obras alcançaram em sua época, atraindo a atenção de diferentes intelectuais brasileiros e estrangeiros. O trabalho intelectual de Lêda com esse espólio estava, portanto, fundamentado sobre um profundo conhecimento das redes intelectuais, dos temas e daquilo que havia de mais relevante em termos de difusão e repercussão do conhecimento científico à época. Como uma grande conhecedora das afinidades desse complexo sistema intelectual, a historiadora mobilizou um enorme contingente de acadêmicos, historiadores e críticos que permitiram a ela erigir um monumento preciso de José Honório Rodrigues. Em sua atividade pode-se identificar assim um tipo engajamento direcionado a tecer as redes intelectuais que permitiam a ela produzir sentidos dentre as esferas de circulação e validação acadêmicas.

Levada dessa forma ao ponto de vista historiográfico, de modo semelhante com a análise tecida por Smith (2003) sobre o caso de Jules e Athénais, não seria capcioso afirmar que a viúva desempenhou uma importante função literária ao ajudar estabelecer essas fronteiras em torno do autor e sua obra. No trabalho com o espólio literário do historiador, Boechat atuou não só como esposa e organizadora, mas também como pesquisadora, editando e publicando um vasto conjunto de materiais sobre José Honório Rodrigues: documentos inéditos, textos póstumos, catálogos, prefácios, correspondência selecionada, traduções, entre outros. É nesse sentido que é possível dizer que Lêda Boechat não só organizou as obras póstumas de José Honório. Ela esteve engajada em um projeto mais amplo de preparar, editar e publicar um acervo historiográfico que pode, ainda hoje, ser acessado e consultado por outros pesquisadores, ampliando e organizando a memória desse “grande” historiador brasileiro.

3.3 AS LACUNAS, OS CONFLITOS E AS FORMAS POSSÍVEIS DE FAZER-SE HISTORIADORA

Ao longo dessa exposição, busquei trazer ao leitor alguns elementos para identificar o papel central que Lêda Boechat Rodrigues desempenhou na construção e consolidação da

carreira de José Honório Rodrigues. Seja pelo companheirismo intelectual dedicado em vida, com a ajuda nas pesquisas, documentações, traduções, edições e publicações, ou no trabalho póstumo empenhado ao espólio literário do historiador, acredito que eles permitem observar, ainda que de modo incipiente, a dimensão dessas contribuições. Todavia, se considerarmos que Lêda em momento algum abriu mão de sua própria carreira autoral e intelectual, algumas questões evidentemente vêm à tona quando pensamos as formas de articulação entre a sua trajetória como historiadora e a atuação como companheira e colaboradora do esposo.

Por um lado, em um período no qual o ambiente acadêmico e a produção do conhecimento eram eminentemente masculinos, se torna interessante observar como a jurista e historiadora se inseriu e encontrou nas redes de José Honório Rodrigues um tipo de oportunidade para desenhar a sua própria trajetória intelectual. Nesse caso, embora seja inegável que esses círculos intelectuais, como veremos a seguir, tenham aberto algumas portas para Lêda Boechat Rodrigues, seria necessário mencionar também as diferentes tensões e conflitos provocadas pelo caminhar entre essas lacunas. De outro ângulo, sobretudo no que se refere à dimensão de sua atuação após o falecimento de José Honório Rodrigues, cabe perguntar em que medida o trabalho de Lêda com esse espólio literário exprime não só um desejo de dar continuidade às obras do historiador, mas uma forma particular que a intelectual encontra para “fazer-se” historiadora em meio às tensões e oportunidades que acompanharam a sua trajetória.

Inicialmente, no que corresponde ao período em que Lêda Boechat Rodrigues esteve ao lado do esposo, pode-se afirmar que ela encontraria, dentre os diversos intercâmbios de José Honório Rodrigues, lacunas que a permitiriam direcionar esses círculos para o desenvolvimento de sua própria carreira enquanto intelectual e historiadora do Direito. Diante das imposições de gênero e das atribuições de seu companheirismo intelectual, as inúmeras viagens realizadas por Honório seriam um dos grandes ganchos encontrados por Lêda para desenvolver e ampliar o alcance de suas pesquisas. Como mencionamos no primeiro capítulo, não raro é possível observar que essas estadias do casal no exterior, sobretudo as direcionadas aos Estados Unidos da América, foram mobilizadas pela intelectual como ocasiões potenciais para desenvolver seus estudos e estabelecer laços intelectuais que lhe renderiam a publicação de livros, ensaios e traduções. Embora essas viagens fossem realizadas primariamente a partir dos interesses profissionais de José Honório e estivessem delineadas por um complexo

problema de gênero¹²⁶, não há dúvidas de que Lêda encontraria nesses espaços um caminho para fortalecer sua carreira frente a uma ampla rede de intelectuais e juristas estrangeiros. O que se observa é que esse sinuoso caminho aberto pelo amplo círculo de brasilianistas de Honório Rodrigues, eventualmente, seria mobilizado pela jurista como um percurso oportuno para desenvolver, fortalecer e divulgar suas próprias pesquisas sobre a história do direito brasileiro e norte-americano. Mediante esses diversos trânsitos acadêmicos, em inscrições por vezes complexas e marginais, as redes do historiador seriam também os círculos intelectuais utilizados por Lêda Boechat Rodrigues.

Em linhas gerais, um breve direcionamento para a correspondência selecionada parece nos fornecer preciosos indícios sobre os moldes dessa inserção. Antes de analisar como esses materiais podem expressar as formas de articulação da carreira de Lêda seria preciso, contudo, pontuar algumas questões. Já elucidei nas seções anteriores que a correspondência do historiador passava também pelo crivo de Lêda Boechat Rodrigues. Como companheira de José Honório, ela acompanhou de perto e intermediou grande parte dessas trocas com os correspondentes brasileiros e estrangeiros. Entretanto, na esteira desses apontamentos, uma outra afirmação, um pouco mais pretensiosa, poderia ser colocada aqui: frequentemente Lêda também era assunto dessas cartas, de modo que a correspondência não era exclusivamente de José Honório Rodrigues, mas sim do casal. Ao considerar que a figura de Lêda, em graus e entonações destoantes daquela de José Honório, se fazia presente entre as linhas redigidas pelos correspondentes, outro aspecto particular dessas cartas merece atenção. Mesmo que muitas delas fossem direcionadas à Lêda, como veremos a seguir, a intelectual aparecia quase que exclusivamente como uma espécie de voz passiva em meio a essas menções. Intermediadas por José Honório Rodrigues e, por vezes, impulsionadas por ele, as sutis e recorrentes aparições contidas nas cartas desses intelectuais exprimem, assim, um pequeno recorte de como Lêda Boechat articulou sua carreira ao lado do esposo.

Para o mapeamento desse quadro, pode-se dizer que o teor dessas menções variava desde as parabenizações e reconhecimentos pelas obras publicadas por Lêda até as recomendações, trocas de exemplares e pedidos de publicação advindos ou direcionados aos

¹²⁶ Convém contextualizar os reais limites das oportunidades promovidas pela atuação ao lado de José Honório Rodrigues. Ao mesmo tempo em que o contato com José Honório lhe permitiu o acesso a diversos ambientes acadêmicos, por vezes extremamente difíceis de serem ocupados pelas intelectuais do sexo feminino devido às imposições e restrições de gênero da época, convém destacar que Lêda já desenvolvia anteriormente e de forma autônoma as bases de uma sólida rede intelectual. A proposta da bolsa de estudos nos Estados Unidos que ela recebe no ano de 1940 e recusa em virtude do casamento com José Honório Rodrigues é um dos muitos exemplos que expressam os tênues limites entre essas oportunidades e restrições.

correspondentes de José Honório. Havia também, com certa recorrência, cartas que misturavam as esferas de atuação dos dois historiadores. Seja em relação ao amálgama estabelecido na circulação de suas obras individuais, ou, mais especificamente, sobre os trabalhos desenvolvidos em conjunto pelos historiadores, isso indica que não existia assim uma separação paradigmática entre as esferas do trabalho intelectual de José Honório Rodrigues e de Lêda Boechat Rodrigues.

São inúmeras as passagens que poderiam ser resgatadas para ilustrar os moldes dessa inserção. A carta do Padre Serafim Leite, amigo e fiel correspondente de Honório, traz alguns indícios que permitem observar como a circulação das obras de Lêda Boechat Rodrigues ocorria dentre as redes intelectuais do esposo:

Meu caro Dr. José Honório:
Parabéns. Falava-me na sua última carta, de 28 de julho, no decreto do Arquivo Nacional, não duvidoso, mas demorado. Distribuído aqui pela Embaixada do Brasil, que enfim saiu. Parabéns ao Dr. José Honório e ao Arquivo. E também a D. Lêda, por isso, e pela boa aceitação que teve o livro dela, não obstante de matéria tão especializada. E a sua historiografia (continuação) também já no México... [...].
(Carta de Pe. Serafim Leite, 30/08/1958) (RODRIGUES, 2000, p. 219)

Nesta carta, o Pe. Serafim se refere ao livro de Lêda Boechat Rodrigues *A Corte Suprema e o Direito Constitucional Americano*, que foi traduzido por Justo Pastor Benítez e seria publicado no México em 1965. O livro em questão foi escrito em decorrência das pesquisas realizadas por Lêda Boechat Rodrigues durante a estadia nos Estados Unidos no período em que José Honório foi financiado pela Fundação Rockefeller (1943-1944). Publicado no Brasil em 1958 pela editora Forense, a obra também seria tema de outra correspondência remetida a José Honório Rodrigues, reiterando essa circulação entre os correspondentes do historiador:

Queridos amigos Lêda e José Honório,
Obrigado pelos seus votos de boas festas, que retribuo muito sinceramente. O livro de Lêda avança, vejo, e estou certo de que ele será excelente. O meu está quase terminado e muitas vezes pensei em José Honório, ao aproveitar-lhe das observações que ele me fez tão gentilmente. (Carta de Jacques Lambert, 12/01/1957)
(RODRIGUES, 2000, p. 331)

Nessa carta escrita pelo professor Jacques Lambert algumas questões particulares merecem ser pontuadas. Primeiramente, observa-se que a carta é destinada ao casal e não a José Honório Rodrigues. De modo geral, esse era um traço comum na correspondência remetida por Jacques Lambert. Dentre as cinco cartas do acadêmico que Lêda seleciona para compor a *Correspondência de José Honório Rodrigues*, quatro delas foram remetidas, nominalmente, aos dois historiadores. De 1957 a 1974, período que corresponde às cartas apresentadas, Lambert estabeleceu fortes laços afetivos e intelectuais com Lêda Boechat e José Honório Rodrigues, que renderia para ambos uma sólida rede de trocas de projetos e publicações. Em 1957, a autora relata que Lambert leu *avant la lettre* todo o exemplar de *A Corte Suprema e o Direito Constitucional Americano*, tecendo importantes críticas e sugestões. Na mesma carta, Lambert menciona as contribuições de José Honório Rodrigues ao seu livro *Os dois Brasis*, que seria publicado no Brasil em 1967 pela Editora Nacional. Um outro exemplo dessas trocas pode ser encontrado nos ensaios que Lêda e José Honório escrevem a pedido do professor Roger Nerson, então diretor no Instituto de Direito Comparado, do qual se aposentara Jacques Lambert. Os ensaios, curiosamente escritos um por Lêda Boechat e outro por José Honório Rodrigues, seriam destinados para compor um livro em homenagem a Lambert. Embora ambos os historiadores tenham desenvolvido sólidas trocas com o intelectual francês, para o período anterior, no entanto, a origem desses vínculos revela algo particularmente interessante. Jacques Lambert foi professor de Sociologia de Lêda Boechat em 1939 no curso de Ciências Sociais e partiu dele a proposta de oferecer a bolsa de estudos à Lêda no ano de 1940. A proximidade de Lambert com a área de estudos da Ciências Jurídicas e Sociais e o contato prévio com Lêda Boechat Rodrigues, nos leva a questionar os motivos pelos quais esse contato se dava, ainda assim, via José Honório Rodrigues. Mesmo no restrito ambiente intelectual, como um ruído, essa situação parece sugerir um tipo de protocolo da época¹²⁷: quando quisesse se comunicar com uma mulher casada, o homem deveria se referir ao seu marido.

Ainda sobre o livro *A Corte Suprema e o Direito Constitucional Americano*, uma outra carta também traz elementos relevantes para compreendermos as dinâmicas e tensões que

¹²⁷ Longe de corresponder apenas a um tipo de polidez ou cortesia, essa situação representa uma das muitas restrições que eram impostas às mulheres casadas na época. Em termos jurídicos, a mulher casada tinha a sua capacidade civil restrita à tutela do marido. Esse quadro começaria a mudar paulatinamente após a publicação do Estatuto da Mulher Casada, no ano de 1962, e da Lei do Divórcio, no ano de 1977. Todavia, muitas dessas sanções seriam revogadas apenas com a Constituição de 1988 e com o Código Civil de 2002.

acompanharam esses modos que Lêda encontra para desenvolver sua carreira intelectual. Na carta remetida a José Honório Rodrigues em 1956, Victor Nunes Leal escreve:

Meu caro José Honório

A Lêda assentiu em me emprestar um capítulo de seu magnífico livro para uma breve consulta a respeito da atitude da Corte Suprema em relação à liberdade de imprensa. O portador trará esse material com o máximo cuidado, porque já estamos cientes de que só há uma cópia. Amanhã estará de volta. Apresente meus agradecimentos à Lêda e receba meu abraço cordial. (Carta de Victor Nunes Leal, 03/10/1956) (RODRIGUES, 2000, p. 255)

A carta acima se refere ao empréstimo do livro já terminado, mas ainda não publicado. Todavia, embora Lêda aparentemente já houvesse assentido o empréstimo, o teor da carta permite questionar as razões pelas quais essa correspondência não foi destinada diretamente ou em conjunto à Lêda Boechat Rodrigues. Na contramão, a presença de uma carta dedicada exclusivamente ao livro de Lêda abre margem para pensar quais os motivos que levariam intelectual a julgar conveniente selecioná-la para publicação na *Correspondência de José Honório Rodrigues*.

De modo geral, essas intermediações diretas de José Honório seriam fatores recorrentes entre as aparições da historiadora ao longo da correspondência. Apesar do aparente destaque que a historiadora recebe nestes círculos intelectuais, esse dúbio sentido, que imperava como uma marca comum diante da presença de Lêda Boechat Rodrigues, parece apontar para um estreito caminho que se estabelecia entre a sua inserção e a sua tutela. Diversas cartas poderiam ser retomadas para ilustrar essa situação. A título de exemplo, bastaria citar uma correspondência enviado pelo professor mineiro Orlando Carvalho. Retomada abaixo, a carta confirma como a figura do esposo se constituía como um mediador que direcionava, e até mesmo centralizava, os contatos e as trocas intelectuais de Lêda Boechat Rodrigues:

Prezado José Honório,

Recebi sua carta de 30 último.

Peço-lhe para dizer à Lêda que mudei o título de seu ensaio sobre Edward S. Corwin, que será incluído no próximo número. Também recebi a tradução que ela fez de “A constituição Americana e seu sentido atual”. [...]. (Carta de Orlando M. Carvalho, 19/02/1959) (RODRIGUES, 2004, p. 108)

Embora essas menções, na maioria das vezes dotadas de caráter elogioso, apontassem para existência de sólidos laços intelectuais de Lêda Boechat Rodrigues, conviria questionar em que medida elas estariam permeadas pelas condições de gênero responsáveis por limitar a atuação pública das mulheres. Em certo sentido, o direcionamento à figura de José Honório Rodrigues nos leva a crer que esse movimento representava um sintomático quadro das condições de desenvolvimento da intelectualidade feminina à época. Em um momento no qual os locais de atuação das mulheres intelectuais ficavam significativamente restritos aos ambientes privados, a inserção no mundo público ao lado ou por intermédio dos companheiros homens pareceria ser uma das poucas alternativas possíveis para as mulheres que buscavam infiltrar-se nesse universo excessivamente masculino. Embora Lêda tenha desenvolvido uma notória trajetória profissional e sua produção acadêmica, muito em função dos seus contatos profissionais, tenha circulado entre alguns dos críticos e juristas da época, o seu reconhecimento, sobretudo no campo historiográfico, não fugiria significativamente desse padrão.

Ciente dessas barreiras impostas ao gênero feminino, o caminho encarado por Lêda indica uma espécie de trilha que titubeava entre o seu local de esposa e o de intelectual. Não é surpresa dizer, portanto, que essas intermediações por meio do marido se colocavam, para a própria intelectual, como uma das ligeiras possibilidades de ascensão àquele restrito ambiente acadêmico e social. O próprio José Honório, continuamente assistido e assessorado pelo companheirismo e pelas inúmeras habilidades intelectuais de Lêda Boechat Rodrigues, pareceria demonstrar consciência da importância desses lugares e contatos para a carreira da esposa. Envolto por seu amplo círculo de professores, pesquisadores e brasilianistas, Honório seria um dos grandes articuladores dessas conexões. Muitas das vezes munidas por e em prol de seus próprios interesses intelectuais, a contínua troca de correspondência do historiador¹²⁸ se configurava como um lugar potencial para inserção intelectual da jurista e historiadora.

Duas cartas escritas por José Honório Rodrigues podem ser elencadas para exemplificar os moldes dessa articulação. A primeira delas, remetida ao Dr. Jordão Emerenciano no ano de 1953, ilustra os momentos iniciais da carreira de Lêda Boechat Rodrigues e pontua sua inserção intelectual por meio das traduções e elaborações de notas e

128 Como mencionei, é necessário questionar em que medida a correspondência era utilizada exclusivamente por José Honório Rodrigues. Embora assinadas e destinadas a Honório, a presença indireta, mas, ainda assim, constante, de Lêda permite supor que este também era um dos meios utilizados pela jurista para estabelecer comunicações e conexões com intelectuais brasileiros e estrangeiros.

prefácios. Direcionado ao Diretor do Arquivo Público de Pernambuco e Secretário de Estado, José Honório escreve:

Já enviei os Anais e os Documentos Históricos para o Arquivo Público de Pernambuco. Há anos tenho traduzidas do francês por minha senhora, Lêda Boechat Rodrigues, as obras de Jean Moreau e Rulof Baro, a que juntaria um prefácio e algumas notas, caso seja de interesse para você. Consulto-o se você poderia publicá-lo aí pelas verbas da Comissão do Tricentenário. (Carta de José Honório Rodrigues, 12/10/1953) (RODRIGUES, 1994, p. 86)

A segunda, remetida ao professor Ernest Hambloch em 1968, retrata um período mais avançado da carreira da historiadora. Embora o trabalho de Lêda ainda esteja direcionado às traduções, nessa carta é possível observar como os círculos e trabalhos intelectuais dos dois historiadores estavam interligados:

[...] Vou encomendar hoje mesmo o seu livro *Here and There* e muito lhe agradeceria se pudesse fornecer-me exemplares de seus relatórios; caso possua mais de um exemplar de seu livro *His Majesty, the President of Brasil*, pergunto-lhe se o senhor me poderia vende-lo. Minha esposa, Lêda Boechat Rodrigues, tenciona traduzi-lo, acompanhado de uma Introdução minha. (Carta de José Honório Rodrigues, 19/12/1968) (RODRIGUES, 2004, p. 235-236)

A tradução foi realizada por Lêda e publicada pela editora da Universidade de Brasília em 1981 com o título *Sua Majestade o Presidente do Brasil: Um Estudo do Brasil Constitucional (1889-1934)*¹²⁹.

Apesar dessas intermediações serem aparentemente protagonizadas por José Honório, a proximidade de Lêda com a correspondência do historiador e o seu aprofundado conhecimento dessas redes de intelectuais me permitem pressupor algumas considerações. Embora essas cartas que a mencionavam fossem majoritariamente assinadas por José Honório Rodrigues, não há como excluir a possibilidade de elas terem sido escritas a pedido ou em conjunto com a própria intelectual. Como a correspondência era um dos principais meios de comunicação à época, sobretudo no que se refere a esses trânsitos acadêmicos e profissionais, é evidente que ela também estaria imbuída em profundo recorte de gênero que segregava a

¹²⁹ Acrescentou-se a essa edição uma introdução, *Hambloch, cônsul inglês, jornalista e brasilianista das décadas vinte e trinta deste século*, e uma a Bibliografia, ambas redigidas por José Honório Rodrigues.

participação efetiva das mulheres nessas redes intercambiais. No que se refere à mulher casada, não é difícil imaginar que essa comunicação precisasse então ser mediada ou tutelada pelo marido. Nesse sentido, afora pequenas aberturas que a permitiam posicionar-se diretamente na correspondência, a comunicação por intermédio de José Honório Rodrigues aparenta ser uma das alternativas possíveis encontradas por Lêda Boechat para estabelecer essas conexões. Isso indica, conseqüentemente, que um tipo de agência pode ser encontrado nos seus bastidores de confecção.

Algumas das pequenas aberturas encontradas pela intelectual servem também para reiterar essa afirmação. Dentre as poucas cartas assinadas por Lêda Boechat Rodrigues, o extenso pós-escrito da correspondência destinada à Virginia Raul no ano de 1958 chama atenção:

[...] P.S.: Virginia, a carta de José Honório vai assinada por mim, porque ele embarcou para fortalecer esta manhã e deixou apenas o rascunho. Francis Rogers foi amabilíssimo comigo. De acordo com o que me oferecera aí em Lisboa, enviei-lhe o meu livro *A Corte Suprema e o Direito Constitucional Americano*, para que ele o entregasse ao editor da *Havard Law Review*. Escreveu-me que assim o fizera e passaria lá de vez em quando, a fim de que não se esquecessem de publicar a resenha sobre o mesmo. Aqui no Rio e em São Paulo saíram vários artigos muito favoráveis. É um trabalho histórico e jurídico da Corte americana, desde 1803 até 1957, com índices e bibliografia de 40 páginas, toda classificada. Inspirei-me na bibliografia da Tese de Estado, de Frédéric Mauro, que compulsei durante o almoço que ele nos oferece no seu apartamento em Paris. Lembranças à Senhora sua Mãe e à D. Maria. Abraça-a carinhosamente a Lêda. (Carta de José Honório Rodrigues, 28/07/1958) (RODRIGUES, 2004, p. 202-203)

A abertura encontrada por Lêda ao assinar a carta de José Honório Rodrigues revela ao menos dois aspectos interessantes. O primeiro deles é a transformação da ausência do esposo em uma oportunidade para tecer essa longa divulgação de sua própria obra. O segundo, por conseguinte, está localizado na precisa narração sobre a recepção e recomendação de sua obra a Francis Rogers, demonstrando assim a plena consciência de Lêda Boechat Rodrigues sobre a importância de localizar a sua carreira entre esses círculos intelectuais.

É evidentemente que poderiam ser elencadas inúmeras tensões resultantes dessas inserções transversais de Lêda Boechat Rodrigues. A não inclusão de seu nome na autoria do *Índice Anotado do Ceará*, obra que os dois historiadores elaboraram em conjunto, inquestionavelmente, seria uma delas. No que se refere às inúmeras viagens realizadas ao lado de José Honório Rodrigues, embora a intelectual se mantivesse integralmente ocupada, seja

trabalhando em suas próprias pesquisas ou ajudando esposo, esse aparente protagonismo não a livraria também de comentários como: “Espero que Lêda não se chateie muito por aí e encontre alguma coisa que possa fazer” (Carta de Francisco de Assis Barbosa, 09/10/1963) (RODRIGUES, 2000). Todavia, em um sentido mais amplo, o que tensiono com a exposição dessas cartas é direcionar os olhares para um fator específico na ocupação dessas lacunas. Em certa medida, Lêda parece encontrar, nesses espaços abertos pelos círculos intelectuais de José Honório Rodrigues, uma forma peculiar e complexa para “fazer-se” historiadora e desenvolver sua carreira como pesquisadora do direito.

Durante os 46 anos de companheirismo intelectual e conjugal vividos pelo casal, a inserção de Lêda por essas pequenas aberturas apresentava uma outra face daquela companheira “admirável”. Por suas mãos perpassaram quase toda uma geração de brasilianistas. Através do contato com as universidades estrangeiras, sobretudo com as americanas, a intelectual conseguiu estabelecer uma renovação constante de seus estudos e tornou-se uma exímia conhecedora do direito brasileiro e norte-americano. Asseguradamente, esses foram um dos elementos que permitiram a Lêda vislumbrar, ainda que de forma tênue e insuficiente, a circulação de suas obras e as margens do seu reconhecimento como intelectual. Apesar deste reconhecimento ficar restrito ao âmbito das ciências jurídicas e sociais, nas palavras de Vamireh Chacon, ela poderia ser considerada “a historiadora número 1 do Poder Judiciário brasileiro em sua instância máxima, o Supremo Tribunal Federal” (RODRIGUES, 2004, p. 247).

Diante dessas sólidas redes intelectuais que Lêda Boechat Rodrigues estabelece e do propenso reconhecimento que parecia ser destinado à sua obra no campo do Direito, caberia, portanto, colocar uma pergunta: Após o falecimento de José Honório Rodrigues, por que Lêda opta por dedicar tanto tempo e energia ao espólio do esposo? Sem grandes rodeios, essa escolha de transformar a obra historiográfica de José Honório em seu objeto pode ser compreendida, ao menos, em dois sentidos específicos.

Por um lado, não seria pretensioso afirmar que esse trabalho com o espólio está relacionado, inicialmente, com a familiaridade que Lêda Boechat Rodrigues tinha com a obra de José Honório. Como mencionei nos capítulos anteriores, o companheirismo intelectual e a constante participação, direta e indireta, nas pesquisas e publicações do historiador levam a creditar que aquela obra, era também a obra dela. Seria por esse motivo, consequentemente, que a intelectual não teria então dificuldades para editar e revisar, por exemplo, os tomos do

segundo volume de *História da História do Brasil*. Além de conhecer e revisar a obra, Lêda tinha contato com todos os editores e conseguiu publicar com agilidade os volumes póstumos. O mesmo princípio poderia ser estendido ao trabalho intelectual dedicado à publicação da correspondência de José Honório Rodrigues. Como companheira e secretária de Honório, é evidente que a historiadora conhecia, ao menos que minimamente, o conteúdo das cartas e o local de inserção dos correspondentes, o que permitiu que ela remontasse com precisão os círculos intelectuais do historiador.

Uma outra intuição, um pouco mais instigante, refere-se a uma lógica da própria história da historiografia no Brasil. De modo geral, lidar com o espólio de um autor de história significava, em um dado momento, fazer história da historiografia. Seria assim, por exemplo, que o próprio José Honório Rodrigues, cuidando do espólio literário de Capistrano de Abreu, se tornaria um “cânone” da história da historiografia brasileira. Semelhante ao trabalho posteriormente empenhado por Lêda, o próprio tratamento que José Honório direciona a Capistrano de Abreu era adornado de elogios e apologias que buscavam retomar os aspectos da vida e obra do historiador de nossa história colonial e construir sua imagem como a do “maior historiador brasileiro” (SILVA, 2009, p. 96). Não por acaso, o historiador carioca se tornaria uma espécie de representante oficial da memória de Capistrano (SILVA, 2009). Após 1954, Rodrigues se tornaria o principal organizador, anotador e prefaciador das obras do mestre e seria constantemente retomado como uma referência nos estudos sobre a produção historiográfica de Capistrano de Abreu¹³⁰. Nesse sentido, embora ele tenha desenvolvido uma ampla obra sobre a história do Brasil, sua inserção ao cânone historiográfico se daria principalmente pela produção relativa à história da historiografia brasileira, cuja porta de entrada foi o capital simbólico associado a seu trabalho com o espólio de Capistrano de Abreu.

¹³⁰ O trabalho empenhado por José Honório Rodrigues com a obra e o espólio de Capistrano de Abreu foi e ainda é ressaltada por vários pesquisadores da história da historiografia brasileira. Dentre esses trabalhos, sobretudo no que se refere às contribuições mais recentes, pode-se destacar: SILVA, Ítala Byanca Morais da. Anotar e prefaciador a obra do “mestre”: reflexões de José Honório Rodrigues sobre Capistrano de Abreu. *História da historiografia*, Ouro Preto, n. 3, set., 2009, p. 83-105; AMED, F. J. As edições das obras de Capistrano de Abreu. *História: Questões & Debates*, Curitiba, n. 32, p. 99-117, jan./jun., 2000. Editora da UFPR; Gontijo, Rebeca. *O velho vaqueano*: Capistrano de Abreu, da historiografia ao Historiador. 2006. Tese (Doutorado) – Universidade Federal Fluminense, Departamento de História, 2006b e FREIXO, Andre de Lemos. Capistrano de Abreu, intérprete de José Honório Rodrigues? In: GUIMARÃES, Géssica; BRUNO, Leonardo; PEREZ, Rodrigo. *Conversas sobre o Brasil*: ensaios de crítica histórica. 1ed. Rio de Janeiro: Autografia, 2017, v. 1, p. 83-107.

Seria por essa mesma entrada de reconhecimento que poderíamos compreender, portanto, a escolha de Lêda Boechat Rodrigues em trabalhar com o espólio literário do esposo. De certa forma, ela faz pela obra de José Honório o que ele anteriormente teria feito pela obra de Capistrano de Abreu. Apesar desses trabalhos diferirem ligeiramente em forma e conteúdo, isso permite identificar um tipo de autoconsciência sobre esse lugar da história da historiografia brasileira na segunda metade do século XX. Quando Lêda atua na organização definitiva do acervo historiográfico de José Honório Rodrigues, com a publicação das obras inacabadas, a seleção correspondência, a elaboração de prefácios e dentre outros materiais, ela parece atuar em um lugar que extrapola a função de trabalhar como viúva no espólio literário do historiador. A partir desse local enigmático, o que o espectro do trabalho de Lêda reflete é um profundo conhecimento da forma que a historiografia funciona. Em outros termos, é possível afirmar que a intelectual compreendia que uma forma legítima de produzir conhecimento e se inserir no campo historiográfico seria assumindo a função de “cuidar” da obra de um autor. Obviamente, ela escolhe cuidar da obra de um autor que ela conhece: seu esposo, José Honório Rodrigues.

Todavia, a frágil inserção da autora ao cânone historiográfico mostra que esse reconhecimento não aconteceria para a jurista e historiadora da mesma forma que ocorreu com José Honório Rodrigues. Ao lado de seu profissionalismo e alta qualificação, o reconhecimento de seus esforços intelectuais e editoriais, salvos pouquíssimas exceções, continuaria escondido sob a lente do brilhantismo atribuído à figura do esposo. No que diz respeito a suas próprias obras autorais, para além dos círculos das ciências jurídicas e sociais, o raro reconhecimento que a autora recebe seria mobilizado no campo da história da historiografia apenas em função do companheirismo intelectual empenhado junto a José Honório Rodrigues.

CONCLUSÕES

Longe de encerrar um quadro das condições epistemológicas e materiais da produção histórica, essa pesquisa procurou esboçar uma das muitas “sombras” que acompanharam a elaboração e recepção das contribuições intelectuais das mulheres para a história da historiografia brasileira. Localizada entre as tênues linhas de uma vasta produção acadêmica e um sintomático anonimato intelectual, o estudo de caso sobre a trajetória intelectual de Lêda Boechat Rodrigues permite pensar como o gênero se mantém como problema estrutural na representação histórica da historiografia. É evidente que ainda estão em aberto muitas das discussões que poderiam ser levantadas a partir da complexidade que carrega a sua experiência. Como nos aproximamos do fim desta dissertação, todavia, caberia, junto ao leitor, fazer apenas uma retomada a alguns dos pontos principais que compuseram essa investigação.

No primeiro capítulo *Contrapontos à escrita da história: a trajetória de Lêda Boechat Rodrigues* analisei a trajetória de vida e profissional da historiadora. Na tentativa de ampliar o nosso entendimento sobre as condições que balizaram a sua produção intelectual, optei por uma breve reflexão sobre os princípios que orientaram a elaboração e a recepção das obras de autoria feminina no interior da tradição historiográfica. Ao tomar o gênero como eixo, essa análise revelou ao menos dois pontos importantes sobre sua trajetória. Por um lado, o exercício sobre as condições de feminilidade que acompanharam o percurso de Lêda, levando em consideração a sua experiência cultural e social, mostrou não só como a jurista e historiadora concebia o sexo feminino e sua emancipação, mas como ela concebia a si mesma, no limiar entre ser mulher e ser também intelectual. Por outro lado, a partir de sua prática profissional e acadêmica, foi possível identificar uma trajetória intelectual própria, autoral e autônoma que contrastava com o local reservado a ela nos cânones historiográficos e na memória social do sexo feminino.

À luz de sua trajetória, a vasta produção bibliográfica e o amplo, mas ainda assim restrito, reconhecimento obtido pelo campo das ciências jurídicas e sociais evidenciaram uma profunda lacuna em relação ao esparso reconhecimento remitido às suas obras no contexto historiográfico brasileiro. Ao observar essa lacuna, notei que o aparente vazio que percorria esse espaço acadêmico apontava para um tipo específico de sombra que se projetava sobre as raras inserções de Lêda Boechat Rodrigues no “cânone” disciplinar: nas poucas vezes em que ocorria, essas inserções estavam, inevitavelmente, associadas ao reconhecimento já obtido por

seu marido, José Honório Rodrigues (1913-1987), de forma que o seu lugar na história da historiografia brasileira era apenas o de “esposa” e não o de “historiadora”. Fora do âmbito das ciências jurídicas, sua notável desenvoltura intelectual e profissional choca-se, portanto, com o fato de ser lembrada majoritariamente por tarefas secundárias ou de assessoria às obras do historiador. Embora Lêda tenha escolhido posicionar-se ao lado de José Honório Rodrigues e assumir a tarefa de contribuir com seu trabalho e publicações, é importante ressaltar que ela nunca recusou ou cessou a construção de sua própria atuação intelectual e autoral.

Foi precisamente com o objetivo de tentar compreender o porquê desse espectro entre as duas pontas se inverter tanto que procurei trazer algumas considerações sobre a parceria acadêmica e conjugal desenvolvida entre o casal. A análise dessas condições afetivas e familiares permitiram identificar alguns elementos que estruturam o cotidiano da produção intelectual, muitas vezes ocultos pelo discurso acadêmico supostamente neutro e imparcial. É dentre os desdobramentos que acompanharam a escolha de Lêda Boechat Rodrigues em posicionar-se ao lado do marido, compartilhando na maior intensidade as esferas de seu trabalho intelectual, que seriam trilhados os caminhos encontrados pela historiadora para fazer história e se afirmar enquanto intelectual. O trabalho empenhado nas pesquisas e obras de Honório, o compartilhamento de viagens e contatos e todas as atividades suscitadas pela parceria como companheira e intelectual, apresentariam não só as possibilidades, mas também as dificuldades que lhe seriam impostas no entrecruzar desse cotidiano profissional. Após o falecimento de José Honório Rodrigues, ao assumir a missão de fazer da obra do historiador a “sua” própria e dar continuidade a seu “legado” historiográfico, vimos que o limiar dessas disposições persistiria em acompanhar o percurso da jurista e historiadora, projetando, inelutavelmente, uma enorme sombra sobre sua própria trajetória intelectual.

Diante das tensões que envolvem o quadro de reconhecimentos estabelecidos entre Lêda Boechat Rodrigues e José Honório Rodrigues, foi inevitável atentar para um tipo de dimensão política de gênero envolvida nas condições necessárias para que uma obra fosse “acreditada” como uma obra historiográfica. No terceiro capítulo, *O que faz de alguém historiadora?*, busquei assim tensionar e pensar os mecanismos de produção e da construção de uma memória histórica sobre a produção historiográfica nacional a fim de identificar como ela parece depender, ainda, de uma forma na qual o reconhecimento e a legitimação intelectual dos historiadores está pressuposta e a das historiadoras não. Sendo silenciadas,

omitidas, esquecidas ou secundarizadas segundo uma perversa divisão social e de gênero do trabalho, alocadas como esposas, colaboradoras, professoras ou assistentes.

Neste processo, o revérbero masculino do historiador pairava persistentemente entre minhas reflexões. Embora as condições de inserção feminina na historiografia brasileira assumissem formas significativamente diferentes daquelas relativas aos países europeus e norte-americanos, devido à recente formação do campo e ao processo aparentemente mais “horizontal” de constituição disciplinar, a figura do homem historiador e seu trabalho, nesses termos, continuava a denunciar uma memória notadamente masculina. De certa forma, a figura de Lêda contribuiu para desfazer uma espécie de “nó” que estava envolvido na ideia de ser um autor de textos de história. Através de sua trajetória foi possível observar que, embora o campo ainda estivesse em aberto, o conjunto de referências que orientou a construção de uma memória sobre a história da historiografia brasileira apoiou-se sobre uma forma que continuava a privilegiar autores homens, excluindo referências femininas que efetivamente trabalharam e fizeram pesquisas de história. Não é surpresa, portanto, a constatação de que, apesar da notória produção, erudição e alta qualificação, Lêda Boechat Rodrigues, assim como tantas outras mulheres, continuava a flutuar como espécie de borrão em meio as práticas da profissão. Nesse sentido, mesmo que Lêda tenha produzido uma extensa bibliografia, amparada por uma sensibilidade histórica característica dos “métodos historiográficos”, e tenha correspondido ao que se espera de um conjunto de “virtudes cardeais” do historiador, a constante reciclagem dessa forma não permitiria que ela fosse reconhecida como historiadora.

No que se refere às contribuições de Lêda Boechat Rodrigues como pesquisadora e historiadora do direito, especificamente em relação às suas pesquisas sobre a história do direito brasileiro e norte-americano, não há dúvidas que a articulação por ela empenhada mobilizaria princípios teóricos e metodológicos próprios do conjunto de práticas que integram o ofício de historiador. Entretanto, quando tomamos o trabalho intelectual empenhado com as obras e o espólio literário de José Honório Rodrigues – refiro-me especificamente essa obra-monumento erigida pela historiadora -, constatamos que as contribuições de Lêda ao campo historiográfico estão para além dessa área em específica das ciências jurídicas e sociais.

No último capítulo, *Antes de erigir o cânone: as fundações*, vimos, portanto, como a atuação e o engajamento de Lêda Boechat Rodrigues ao lado de José Honório Rodrigues identificam uma posição peculiar que a historiadora teria encontrado em meios às tensões que acompanharam o seu reconhecimento intelectual. De certa forma, o trabalho autoral

empenhado na edição, organização, revisão, publicação de livros póstumos, correspondência, catálogos e documentos de Honório desponta não só em uma faceta de seu companheirismo conjugal, mas em um trabalho que produziu importantes contribuições para a área de história da historiografia brasileira. Nesse sentido, não seria arriscado dizer que Lêda teria encontrado, nessas lacunas, uma forma de se fazer também, além de jurista e historiadora do direito, uma historiadora da historiografia brasileira.

Através do extenso trabalho empenhado na construção de um monumento historiográfico do historiador, não só como colaboradora, mas como produtora de um vasto acervo bibliográfico e documental, identifiquei em Lêda Boechat Rodrigues uma identidade historiadora que ultrapassava os limites da própria dinâmica afetiva e conjugal. No que diz respeito a sua escolha em posicionar-se ao lado do historiador, nesse lugar enigmático ocupado após a viuvez, acredito que a jurista e historiadora encontrou no espólio literário do historiador uma possibilidade de inserir-se efetivamente no campo da história da historiografia nacional. Diante da importância desse canal de inserção da produção historiográfica e em meio aos atravessamentos impostos ao seu reconhecimento intelectual, a função tomada por Lêda de “cuidar” da obra do historiador, embora repleta de tensões e contradições, sugere um caminho possível encontrado para fazer história e se afirmar enquanto historiadora.

O objetivo de preencher essas lacunas ou ainda de rasurar a história de Lêda Boechat Rodrigues, desenhando uma espécie de viagem sobre os acontecimentos que marcaram a sua trajetória intelectual, parece compartilhar um traço em comum com as pesquisas recentes de muitas historiadoras e historiadores. Essas pesquisas dizem respeito a narrativas sobre mulheres que traçaram contribuições importantes para o campo intelectual, em especial, para o campo de historiografia brasileira, mas que permaneceram invisibilizadas pela estrutura sexista que orientou, ou ainda orienta, as dinâmicas do reconhecimento intelectual. A trajetória de Lêda Boechat Rodrigues, nessa perspectiva, compartilha o propósito ético-político de abrir possibilidades para se pensar a historiografia brasileira a partir de outros ângulos, sujeitos e lugares.

Argumento, portanto, que o exercício desvelado neste trabalho de apresentar uma breve – e assumidamente incipiente – narrativa sobre Lêda Boechat Rodrigues não é apenas um esforço de memória, ou laudatório. O que está em disputa com esta exposição é uma reflexão sobre as lacunas e oscilações do campo disciplinar de história da historiografia no

Brasil. A omissão do nome de Lêda, ou as diferentes tensões que carregam as suas raras aparições, caracteriza-se como mais um apagamento sintomático sobre as mulheres historiadoras no Brasil. Com esta dissertação espero, assim, ter contribuído para ampliar um diálogo que vem ganhando cada vez mais centralidade nas discussões sobre o saber histórico. Esperança-me ver que o horizonte desponta um cenário que abre caminho para colocar essa e tantas outras mulheres historiadoras no centro das disputas que compõem a pesquisa histórica no país, permitindo que essas experiências e narrativas sejam, cada vez mais, incorporadas em nossa história da historiografia.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ABREU, Luciano Aronne de. Histórias da nossa história: o acervo de José Honório Rodrigues. **Estudos Ibero-Americanos**, PUCRS, v. 37, n. 2, p. 319-332, jul./dez. 2011.
- AMED, F. J. As edições das obras de Capistrano de Abreu. **História: Questões & Debates**, Curitiba, n. 32, p. 99-117, jan./jun., 2000.
- ARANHA, Patricia. Female Historians and Geographers: Challenges from the past-present. *In: Emergencies: Race, Gender, and Decoloniality*. FREIXO, Andre de Lemos; BOLDRINI, Aguinaldo Medeiros; RAMALHO, Walderez (Orgs.). Vitória: Editora Milfontes, 2021.
- ARAUJO, Valdei Lopes de. O século XIX no contexto da redemocratização brasileira: a escrita da história oitocentista, balanço e desafios. *In: Disputas pelo Passado: História e historiadores no Império do Brasil*/Maria da Glória de Oliveira, Valdei Lopes de Araujo (orgs.). Ouro Preto: Edufop/PPGHIS, 2012.
- BIROLI, Flávia. O público e o privado. *In: MIGUEL, Luis Felipe; BIROLI, Flávia. Feminismo e Política: uma introdução*. São Paulo: Boitempo, 2014.
- BOSCH, Mineke. Persona and the Performance of Identity Parallel Developments in the Biographical Historiography of Science and Gender, and the Related Uses of Self Narrative. **L'Homme**, Wien, v. 24, n. 2, p. 11-22, 2013.
- BOURDIER, Pierre. **A economia das trocas linguísticas**. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2008.
- BRASIL. **Decreto nº 7.247, de 19 de Abril de 1879**. Ementa: Reforma o ensino primario e secundario no municipio da Côrte e o superior em todo o Imperio. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1824-1899/decreto-7247-19-abril-1879-547933-publicacaooriginal-62862-pe.html>. Acesso em: 12 de dez. de 2021.
- CANDIDO, Antonio. O significado de “Raízes do Brasil”. *In: HOLANDA, Sérgio Buarque de. Raízes do Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras, 1967-2013.
- CARDOZO, Benjamin N. **A Natureza do Processo e a Evolução do Direito**. Tradução de Lêda Boechat Rodrigues. 1ª edição, Editora Nacional de Direito, 1943.
- CARDOZO, Benjamin N. **A Natureza do Processo e a Evolução do Direito**. Notícia bibliográfica, tradução e notas de Lêda Boechat Rodrigues. Imprensa: São Paulo, Ed. Nacional de Direito, 1956.
- CERTEAU, Michel de. **A Escrita da história**. tradução de Maria de Lourdes Menezes; revisão técnica [de] Arno Vogel. – Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1982.
- CEZAR, Temístocles. Livros de Plutarco: biografia e escrita da história no Brasil do século XIX. **MÉTIS: história & cultura** – v. 2, n. 3, p. 73-94, jan./jun. 2003.
- CHARLES, Christophe. **La republique des Universitaires – 1870-1940**. Paris: Seuil, 1979.

DAVIS, Natalie Zemon. **Women and the World of the Annales**. History Workshop Journal, issue 33, 1992, p. 121–137.

DEWEY, John. **O Pensamento Vivo de Jefferson**. Apresentado por John Dewey. Tradução de Lêda Boechat Rodrigues. São Paulo, Livraria Martins, 1942.

ERBERELI JÚNIOR, Otávio. **A trajetória intelectual de Alice Piffer Canabrava: um ofício como sacerdócio (1935-1997)**. 2019. 369 f. Tese (Doutorado em História) – Universidade de São Paulo, Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, São Paulo, 2019.

ERBERELI JÚNIOR, Otávio. De preterida a preferida: considerações em torno da trajetória intelectual de Alice Piffer Canabrava (1935-1951). **Hist. Historiografia**, Ouro Preto, n. 22, dez., 2016, p. 97-115. doi: 10.15848/hh.v0i22.1113

FALCI, Miridan Britto. Uma Companheira Intelectual: Lêda Boechat Rodrigues. **R. IHGB**, Rio de Janeiro, a. 174 (461):317-322, out./dez. 2013.

FALCON, Francisco. A Identidade do Historiador. **Estudos históricos**, v. 17, 1995.

FANINI, Michele Asmar. A (in)elegibilidade feminina na Academia Brasileira de Letras: Carolina Michaëlis e Amélia Beviláqua. **Tempo Social**, revista de sociologia da USP, v. 22, n. 1, jun. 2010, 149-177.

FOUCAULT, Michel. O que é um autor? In: FOUCAULT, Michel. **Estética: literatura e pintura, música e cinema**. Organização e seleção de textos, Manoel Barros Motta, tradução, Inês Dourado Barbosa. 2. ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2009, p. 276-277.

FRANZINI, Fábio. **À sombra das palmeiras: A Coleção Documentos Brasileiros e as transformações da historiografia nacional (1936 – 1959)**. 2006. Tese (Doutorado em História) – Universidade de São Paulo, Departamento de História da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas. São Paulo, 2006.

FREIXO, Andre de Lemos. Capistrano de Abreu, intérprete de José Honório Rodrigues? In: GUIMARÃES, Gêssica; BRUNO, Leonardo; PEREZ, Rodrigo. **Conversas sobre o Brasil: ensaios de crítica histórica**. 1ed. Rio de Janeiro: Autografia, 2017, v. 1, p. 83-107.

FREIXO, Andre de Lemos. José Honório Rodrigues na Biblioteca Nacional (1946/1953) – (re)considerando as relações entre memória e história. **Revista Escrita da História**, Ano I – vol. 1, n. 2, out./mar. 2014-2015.

GLEZER, Raquel. **O fazer e o saber na obra de José Honório Rodrigues: um modelo de análise historiográfica**. 1976. Tese (Doutorado em História) – Universidade de São Paulo, Departamento de História da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas. São Paulo, 1976.

GOMES, Angela Maria de Castro. **História e historiadores**. Rio de Janeiro: Editora Fundação Getúlio Vargas, 1996.

GONTIJO, Rebeca. Entre quatre yeux: a correspondência de Capistrano de Abreu. **Escritos II**. Rio de Janeiro, v. 2, 2006a.

GONTIJO, Rebeca. **O velho vaqueano**: Capistrano de Abreu, da historiografia ao Historiador. 2006. Tese (Doutorado) – Universidade Federal Fluminense, Departamento de História, 2006b.

GONZALES, Lélia. **Racismo e sexismo na cultura brasileira**. Revista Ciências Sociais Hoje, São Paulo, p. 223-244, 1984.

GLÉNISSON, Jean. Iniciação ao Estudos Históricos. Difusão Européia, São Paulo, 1961.

HONORATO, Cezar. Eulália Lahmeyer Lobo: entrevista. **Revista Rio de Janeiro**, n.10, maio-ago. 2003, p 234–250.

IGLÉSIAS, Francisco. A Historiografia Brasileira Atual e a Interdisciplinaridade. **Revista Brasileira de História**, v. 3, n. 5, p. 129-141, 1983.

IGLÉSIAS, Francisco. José Honório Rodrigues e a historiografia brasileira. **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, v. 1 n. 1, 1988.

IGLÉSIAS, Francisco. **Os historiadores do Brasil**: capítulos de historiografia brasileira. Rio de Janeiro: Nova Fronteira; Belo Horizonte, Mg: UFMG, IPEA, 2000.

.KLEINBERG, Ethan; SCOTT, Joan W.; WILDER, Gary. **Teses sobre Teoria e História**. Trad. Andre Freixo e João Ohara. Disponível em: https://www.academia.edu/36775977/Teses_sobre_Teoria_e_Hist%C3%B3ria_TRADU%C3%87%C3%83O . Acesso em 22/02/2018

KLEM, Bruna Stutz. **Historiadoras** [manuscrito]: aproximações femininas à história da historiografia Brasileira. Dissertação (Mestrado) - Universidade Federal de Ouro Preto. Instituto de Ciências Humanas e Sociais. 2019.

LACOMBE, Américo Jacobina. **Introdução ao estudo da história do Brasil**. São Paulo, Editora Nacional, Ed. da Universidade de São Paulo, 1973.

LAPA, José Roberto do Amaral. **A história em questão**: historiografia brasileira contemporânea. Petrópolis, Vozes, 1976.

LIBLIK, Carmem Silvia da Fonseca Kummer. **Uma história toda sua**: trajetórias de historiadoras brasileiras. (1934-1990). Tese (Doutorado em História) – Setor de Ciências Humanas da Universidade Federal do Paraná. Curitiba, 2017.

LIBLIK, C. S. da F. K. Trajetória de Maria Yedda Linhares: notas sobre a construção de um devir. **História da Historiografia: International Journal of Theory and History of Historiography**, Ouro Preto, v. 9, n. 22, 2017.

LIMA, Ismênia Martins de. **Conferência em Homenagem a Eulália Lobo pronunciada no dia 15 de abril de 2004 no campus da UERJ no lançamento do número 10 da Revista do Rio de Janeiro**. Disponível em: site <https://xn--histria->

o0a.ufrj.br/images/Emeritos/SAIBA MAIS_Conferencia_homenagem_Eulalia_Lobo.pdf.
Acesso em: 03 jan. 2023.

MACHADO, Daiane Vaiz. Modo de ser historiadora: Cecília Westphalen no campo historiográfico brasileiro da segunda metade do século XX. **Hist. historiogr.**, Ouro preto, n. 22, dez., 2016, p. 134-151. doi: 10.15848/hh.v0i22.1147

MACHADO, Daiane Vaiz. **Por uma “ciência histórica”**: o percurso intelectual de Cecília Westphalen, 1950-1998. 2016. 337 f. Tese (Doutorado em História) - Faculdade de Ciências e Letras, Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”, Assis, 2016.

MARTIUS, Karl Friedrich Philipp von. Como se deve escrever a história do Brasil. Rio de Janeiro, **RIHGB**, T. 6, p. 381-403, 1844; 2.ed., p. 389-411.

MORAES, Fernanda Azeredo de. **“Pântanos de relações e colchões de cumplicidade”**: academia e conjugalidade na Perspectiva de quatro mulheres intelectuais. Dissertação (mestrado). Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social Universidade Federal de Santa Catarina. Florianópolis, 2012.

MOURA, Vanessa de Almeida. **Marialzira Perestrello**: a trajetória profissional de uma médica e psicanalista carioca (1934-1962). Dissertação (Mestrado em História das Ciências e da Saúde). Rio de Janeiro: Fundação Oswaldo Cruz. Casa de Oswaldo Cruz, 2019, 124f.

NICODEMO, Thiago Lima. Intelectuais brasileiros e a política de divulgação cultural do Brasil entre 1930-1950: primeiros apontamentos para o estudo do problema. **Dimensões**, Vitória, vol. 30, 2013, p. 110-132. ISSN: 2179-8869

NICOLAZZI, Fernando (org.). **História e historiadores no Brasil**: do fim do império ao alvorecer da República (1870-1940). Porto Alegre, RS: EDIPUCRS, 2015.

NOIRIEL, Gérard. “Nassaince du métier d’historien”. **Gêneses**, 1 sept., 1990.

OHARA, J. R. M. Falando de Virtudes e Estabelecendo Fronteiras na Historiografia Brasileira Moderna: uma leitura de Historiadores do Brasil, de Francisco Iglésias. **História da Historiografia: International Journal of Theory and History of Historiography**, Ouro Preto, v. 12, n. 30, 2019. DOI: 10.15848/hh.v12i30.1475.

OHARA, João Rodolfo Munhoz. **Virtudes epistêmicas na historiografia brasileira (1980-1990)**. 2017. 151 f. Tese (doutorado em História) - Universidade Estadual Paulista, Assis, 2017.

OKIN, Susan Moller. Gênero, o público e o privado. **Estudos Feministas**, Florianópolis, 16(2): 440, maio-agosto/2008.

OLIVEIRA, Maria da Glória de. Decolonizing and gendering theory of History. *In: Emergencies: Race, Gender, and Decoloniality*. FREIXO, Andre de Lemos; BOLDRINI, Aginaldo Medeiros; RAMALHO, Walderez (Orgs.). Vitória: Editora Milfontes, 2021.

OLIVEIRA, Maria da Glória. Fazer história, escrever a história: sobre as figurações do historiador no Brasil oitocentista. **Revista Brasileira de História**. São Paulo, v. 30, nº 59, p. 37-52, 2010.

OLIVEIRA, Maria da Glória de. Os sons do silêncio: interpelações feministas decoloniais à História da historiografia. **Hist. Historiografia**, Ouro Preto, v. 11, n. 28, dez. 2018.

OLIVEIRA, Maria da Glória. Traçando vidas de brasileiros distintos com escrupulosa exatidão: biografia, erudição e escrita da história na Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (1839-1850). **HISTÓRIA**, SÃO PAULO, v. 26, n. 1, p. 154-178, 2007.

PARADA, Maurício; RODRIGUES, Henrique Estrada (orgs.). **Os historiadores**: clássicos da história do Brasil, vol. 4: dos primeiros relatos a José Honório Rodrigues. Petrópolis, RJ: Vozes; Rio de Janeiro: Editora PUC, 2018.

PEDRO, Joana Maria. Relações de gênero como categoria transversal na historiografia contemporânea. **Topoi**, Rio de Janeiro, v. 12, n. 22, jan.-jun., 2011.

PEREIRA, Ana Carolina Barbosa. Precisamos falar sobre o lugar epistêmico na Teoria da História. **Tempo e Argumento**, Florianópolis, v. 10, n. 24, p. 88 - 114, abr/jun. 2018.

PEREIRA, Mateus Henrique; SANTOS, Pedro Afonso Cristovão dos; NICODEMO, Thiago Lima. Brazilian Historical Writing in Global Perspective: on the emergence of the concept of “historiography”. **History & Theory**, Middletown, v. 54, n. 4, p. 84-104, 2015.

PEREIRA, Mateus Henrique De Faria; SANTOS, Pedro Afonso Cristovão Dos; NICODEMO, Thiago Lima (orgs.). **Uma introdução à história da historiografia brasileira (1870-1970)**. Rio de Janeiro: FGV Editora, 2018.

PERROT, Michelle. **As mulheres ou os silêncios da história**. Bauru: EDUSC, 2005.

PINTO, Céli Regina Jardim. **Uma História do feminismo no Brasil**. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2003. (Coleção História do Povo Brasileiro).

POERNER, Arthur José, 1939. **O poder jovem**: história da participação política dos estudantes brasileiros. 5. ed. ilustrada, rev., ampl. e atual. - Rio de Janeiro: Booklink, 2004.

RAGO, Luzia Margareth. **Do Cabaré ao Lar**: a utopia da sociedade disciplinar: Brasil 1890-1930 / Luzia Margareth Rago. – Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1985. (Coleção Estudos brasileiros; v. 90).

REGIS, Caren Victorino. **A presença feminina na casa do estudante do Brasil (1931-1951)**: a atuação da união universitária feminina. Dissertação (Mestre em Educação). Universidade Federal Do Estado Do Rio De Janeiro Centro De Ciências Humanas e Sociais, Programa De Pós-Graduação Em Educação. Rio De Janeiro, 2012.

SCHÖTTLER, Peter. **Lucie Varga**: les autorités invisibles. Une historienne autrichienne aux Annales dans les années trente. Paris: Le Cerf, 1991.

SCOTT, Joan. Gênero: uma categoria útil de análise histórica. **Educação e Realidade**, Porto Alegre, v. 20 (2): 71-99, jul./dez., 1995.

SCOTT, Joan. História das mulheres. *In: A escrita da história: novas perspectivas*. Peter Burke (org.); tradução de Magda Lopes. São Paulo: Editora da Universidade Estadual Paulista, 1992.

SEAWRIGHT, Leandro A. Teoria da História – a escrita, o lugar do morto e do assombro: diálogos com Michel de Certeau. **Revista Tempo e Argumento**, Florianópolis, v.9, n.21, p.375 - 401. maio/ago. 2017.

SILVA, Aída Rita Tedesco e. **Conceitos individualizantes e valores na teoria da história de Heinrich Rickert**. Dissertação (Mestrado) - Universidade Federal de Ouro Preto. Instituto de Ciências Humanas e Sociais. Departamento de História. Programa de Pós-Graduação em História. Mariana, 2016. 158f.

SILVA, Francisco Carlos; MATTOS, Hebe Maria; FRAGOSO, João (Org.). **Escritos sobre história e educação: homenagem a Maria Yedda Linhares**. Rio de Janeiro: Mauad, 2001.

SILVA, Ítala B Morais Da. Anotar e prefaciando a obra do “mestre”: reflexões de José Honório Rodrigues sobre Capistrano de Abreu. **História da Historiografia: International Journal of Theory and History of Historiography**, Ouro Preto, v. 2, n. 3, p. 83–105, 2009. DOI: 10.15848/hh.v0i3.55. Disponível em: <https://www.historiadahistoriografia.com.br/revista/article/view/55>. Acesso em: 23 nov. 2022.

SMITH, Bonnie G. **Gênero e História: homens, mulheres e a prática histórica**. Tradução de Flávia Beatriz Rossl Bauru, SP: EDUSC, 2003.

SOIHET, Rachel. **Condição feminina e formas de violência: mulheres pobres e ordem urbana (1890–1920)**. Rio de Janeiro: Ed. Forense Universitária, 1989.

SOIHET, Rachel. História das mulheres. *In: Domínios da história: ensaios de teoria e metodologia*. Ciro Flamarion Cardoso, Ronaldo Vainfas (orgs.). - Rio de Janeiro: Campus, 1997.

SOIHET, Rachel; SOARES, Rosana M. A.; COSTA, Suely Gomes. **A História das mulheres**. Cultura e poder das mulheres: ensaio de historiografia. *Revista Gênero*, Niterói, v.2, n.1, p. 7-30, 2001.

TURIN, R. Uma nobre, difícil e útil empresa: o ethos do historiador oitocentista. *História da Historiografia: International Journal of Theory and History of Historiography*, Ouro Preto, v. 2, n. 2, p. 12–28, 2009. DOI: 10.15848/hh.v0i2.4.

VAINFAS, Ronaldo; GOMES, Ângela de Castro. Entrevista com Eulália Maria Lahmeyer Lobo. **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, v.5, n.9, 1992.

VARELLA, Flávia Florentino. Catharine Macaulay, Elizabeth Hamilton Gray and the limits of the history genre (1760-1840). *In: Emergencies: Race, Gender, and Decoloniality*. FREIXO, Andre de Lemos; BOLDRINI, Aguinaldo Medeiros; RAMALHO, Walderez (Orgs.). Vitória: Editora Milfontes, 2021.

VARELLA, Flávia Florentino. Limites, desafios e perspectivas: a primeira década da revista História da Historiografia (2008-2018). **Hist. Historiografia**, Ouro Preto, v. 11, n. 28, set-dez., ano 2018, p. 219-265 - DOI: 10.15848/hh.v0i28.1427.

VARELLA, Flávia Florentino. Reunindo o passado: erudição e narrativa na History of Brazil de Robert Southey. *In*: OLIVEIRA, Maria da Glória; ARAUJO, Valdeci Lopes de. **Disputas pelo Passado: História e historiadores no Império do Brasil**. Ouro Preto: Edufop/PPGHIS, 2012.

VARNHAGEN, Francisco Adolfo de. **História geral do Brasil**. Rio de Janeiro: Em Caza de E. e H. Laemmert, 1854.

WEISZ, George. L'Ideologie republicaine et les Sciences Sociales. La chair d'histoire d'economie sociale à la Sorbonne. **Revue Française Sociologie**, XX, 1979.

WILLE, José. **Memória paranaense: entrevista com Cecília Westphalen**. Curitiba: Nossa Cultura, 2010, v. 6.

Fontes:

A União Universitária Feminina. **A Noite**, Rio de Janeiro, domingo, 18 de dezembro de 1938. Edição 09647, p. 10).

A União Universitária Feminina. **O Paiz**, Rio de Janeiro, domingo, 20 de dezembro de 1929. Edição 16163, p. 12.

AINDA a estação da Leopoldina em Carangola. **Correio da Manhã**, Rio de Janeiro, quarta-feira, 22 de novembro de 1933. Edição 11957, p. 11.

ATHAYDE, Austregésilo de. A Academia Brasileira de Letras. Diário de Notícias, Rio de Janeiro, domingo, 8 de julho de 1960. Edição 11544, p. 6.

BOECHAT, Lêda. Discurso da Dra. Leda Boechat pronunciado no Chá da Vitória. **Cultura e Técnica**, Rio de Janeiro, n. 1, vol. 3, fev. 1939a, p. 23-25.

BOECHAT, Lêda. Mulher frente ao problema do lar. **PAN**, Rio de Janeiro, n.º 173, 13 de maio de 1939b.

BOECHAT, Lêda. Sentido social do feminismo. **Revista de Cultura e Técnica**, Rio de Janeiro, ano 1, n.º 3, outubro de 1937.

BOECHAT, Lêda. Sobre o divórcio e pelo divórcio. **A Época**, Rio de Janeiro, ano XXXII, n.º 2, julho 1938.

BOECHAT, Lêda. Sugestões apresentadas ao III Congresso Nacional Feminino pela delegada da União Universitária Feminina. **Arquivo Nacional**. Código de referência: Q0, ADM, EVE. CNG, TXT. 16, p. 147-160, 1936, p. 148.

BONENFANT, Jean-Charles. **Etudes offertes à Jacques Lambert**. Paris, Editions Cujas, 1975.

CARDOZO, Benjamin N. **A Natureza do Processo e a Evolução do Direito**. Tradução de Lêda Boechat Rodrigues. 1ª edição, Editora Nacional de Direito, 1943.

CARDOZO, Benjamin N. **A Natureza do Processo e a Evolução do Direito**. Notícia bibliográfica, tradução e notas de Lêda Boechat Rodrigues. Imprensa: São Paulo, Ed. Nacional de Direito, 1956.

CENTRO de Estudos Rui Barbosa. **A Nação**, Rio de Janeiro, sexta-feira, 12 de abril de 1935. Edição 00690, p. 7.

DEWEY, John. **O Pensamento Vivo de Jefferson**. Apresentado por John Dewey. Tradução de Lêda Boechat Rodrigues. São Paulo, Livraria Martins, 1942.

FERNANDES, Hélio. A Academia no limite da crise: Entre suas vagas e uma presidência, a imortalidade se muda para a realidade. **Tribuna da Imprensa**, Rio de Janeiro, quarta-feira, 24 de agosto de 2000. Edição 15499, p. 3.

HOLANDA, Nestor de. Telhado de vidro. **Diário de Notícias**, Rio de Janeiro, quarta-feira, 22 de janeiro 1969. 2. caderno, edição 14161, p. 1.

LIMA, Hermes. A Suprema Corte na Constituição Americana. **Jornal do Commercio**, Rio de Janeiro, domingo e segunda-feira, 18 e 19 de setembro de 1977. Edição 00293, p. 5.).

LIMA, Raul. História do Supremo. **Diário de Notícias**, Rio de Janeiro, domingo, 8 de agosto de 1960. Edição 13104, p. 2.

PINTO, Paulo Brossard de Souza. Um livro brasileiro sobre a Suprema Corta Americana. **Jornal do Brasil**, Rio de Janeiro, domingo, 17 de agosto de 1958. 3. caderno, edição 00191, p. 7.

POT-POURRI. **Diário de Notícias**, Rio de Janeiro, sábado, 29 de novembro de 1969. 2. seção, edição A14436, p. 5.

REUNIÕES. **Correio da Manhã**, Rio de Janeiro, terça-feira, 1 de outubro de 1929. Edição 10661, p.6.

RIOS, Marilda. Elas Protegem seus imortais. **Correio da manhã**, Rio de Janeiro, domingo e segunda-feira, 08 e 09 de outubro de 1972. Edição 24385, p. 4.

RODRIGUES, José Honório. **Correspondência de José Honório Rodrigues**. Organização, prefácio, notas e traduções de Lêda Boechat Rodrigues. Rio de Janeiro: Academia Brasileira de Letras, 2000.

RODRIGUES, José Honório. **Ensaaios Livres**. Lêda Boechat Rodrigues (organizadora). São Paulo: Imaginário, 1991a.

RODRIGUES, José Honório. **História da História do Brasil**. Volume II – Tomo 2: A metafísica do Latifúndio: O Ultra-reacionário Oliveira Viana. São Paulo: Editora Nacional, 1988a.

RODRIGUES, José Honório. **História da História do Brasil**. Volume II – Tomo 1: A Historiografia Conservadora. São Paulo: Editora Nacional, 1988b.

RODRIGUES, José Honório. **Nova Correspondência de José Honório Rodrigues**. Organização, prefácio e traduções de Lêda Boechat Rodrigues; posfácio de Vamireh Chacon. Rio de Janeiro: Academia Brasileira de Letras, 2004.

RODRIGUES, José Honório; RODRIGUES, Lêda Boechat; NOGUEIRA, Octaciano. **O parlamento e a evolução nacional**. 5 v. em 8 t. Brasília: Senado Federal, 1972

RODRIGUES, Leda Boechat. **A côrte suprema e o direito constitucional americano**. Imprensa: Rio de Janeiro, Revista Forense, 1958.

RODRIGUES, Lêda Boechat. Bibliografia de José Honório Rodrigues. **RIHGB**, Rio de Janeiro, V. 227, p. 361-391, abr./jun. 1955.

RODRIGUES, Lêda Boechat. **Direito e política**: Os Direitos Humanos no Brasil e nos Estados Unidos. 2. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1991b.

RODRIGUES, Lêda Boechat. **História do Supremo Tribunal Federal**. Vol. 3. “A Doutrina Brasileira do Habeas Corpus. (1910-1930).” Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1991.

RODRIGUES, Lêda Boechat. **História do Supremo Tribunal Federal**. Vol. 4, tomo I: 19330-1963. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002.

RODRIGUES, Lêda Boechat. La Cour Supreme des Etats-Unis, la liberté de réligion et la séparations de l’Eglise et de l’Etat. In: **Extrait des Études offertes au Professeur Jacques Lambert**. Insitut de Droit Comparé de Lyon, 1974.

RODRIGUES, Leda Boechat. **La Suprema Corte e el Derecho Constitucional Norteamericano**. Traducción de Justo Pastor Benitez. México, Editorial Pomarca, 1956.

RODRIGUES, Lêda Boechat. **La Suprema Corte e el Derecho Constitucional Norteamericano**. México, Editorial Pomarca, 1956. Traducción de Justo Pastor Benitez.

RODRIGUES, Lêda Boechat; MELLO, José Octávio de Arruda. **José Honório Rodrigues: um historiador na trincheira**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1994.

SCHELLENBERG, Theodore Roosevelt. **Problemas arquivísticos do governo brasileiro: relatório apresentado ao diretor do Arquivo Nacional**. Trad. Leda Boechat Rodrigues. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 1960. (Publicações técnicas).

UMA festa na “União Universitária Feminina”: o discurso de saudação da senhorita Lêda Boechat. **Diário de Notícias**, Rio de Janeiro, domingo, 14 de abril de 1935. Terceira sessão, p. 21.

UMA palestra sobre direito criminal. **A noite**, Rio de Janeiro, quarta-feira, 06 de julho de 1938. Edição 09483, p. 3.

UR-GENTE. **Tribuna da Imprensa**, Rio de Janeiro, segunda-feira, 28 de janeiro de 1991. Edição 12641, p. 9.